

Ana Maria da Silva Magalhães

**PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO
E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
O REUNI EM MATO GROSSO DO SUL**



Reitor: Damião Duque de Farias
Vice-Reitora: Marlene Estevão Marchetti
Pró-Reitor de Planejamento e Avaliação Institucional: Edvaldo César Moretti

EDITORA DA UFGD

Coordenação editorial: Paulo Custódio de Oliveira

Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho

Revisão e normalização bibliográfica:

Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria

Programação visual: Marise Massen Fraïner

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M188p Magalhães, Ana Maria da Silva
Planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o reuni em Mato Grosso do Sul [livro eletrônico] / Ana Maria da Silva Magalhães -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. (Coleção Teses e Dissertações).
202p. ; 922 KB ePUB

ISBN: 978-85-8147-105-1
Possui referências

1. Política educacional. 2. Expansão educacional. 3. Educação superior – Mato Grosso do Sul. I. Título.
CDD – 378.1098171

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

© Todos os direitos reservados. Conforme lei nº 9.610 de 1998

COEG – Conselho de Ensino de Graduação
COUNI – Conselho Universitário
CPDO – *Campus* de Dourados
CTA – Comitê Científico
EAD – Educação a Distância
EEES – Espaço Europeu de Educação Superior
Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Expandir – Programa de Expansão das Universidades Federais
FACET – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia
FADIR – Faculdade de Direito e Relações Internacionais
FCBA – Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GED – Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Educação Superior
IFES – Instituições Federais de Educação Superior
IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEM – Setor Educacional do Mercado Comum do Sul
SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
Sisu/MEC – Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT – Universidade Estadual de Mato Grosso

UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aborda o processo de implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, institucionalizado por meio do Decreto n. 6.096/2006.

O Programa REUNI foi instituído em um momento de grande demanda por educação superior por parte da sociedade brasileira. Os órgãos governamentais, ao buscarem responder a essa demanda, apresentaram medidas públicas que se respaldavam na tríade: expansão, qualidade e equidade. De forma geral, as ações desenvolvidas se traduzem na formulação de ações voltadas à ampliação da oferta pública. São exemplos dessas ações a criação da Universidade Aberta do Brasil, a institucionalização da rede federal de educação tecnológica e particularmente o Programa REUNI, aqui tratado.

A partir desse cenário, o presente trabalho consegue capturar o movimento da expansão da educação superior construído no Brasil, explicitando o delineamento variável, embora constante, entre o setor público e o privado, que se constrói em espaços de contradições e de tensões.

Ao buscar expandir as vagas federais na educação superior, o REUNI estabelece uma lógica de aproveitamento e compartilhamento de quadro de pessoal e de infraestrutura, em que apresenta percentuais de rendimento dos alunos na ordem de 90% e da relação de 18 alunos por docente, trazendo um novo parâmetro de regulação à esfera federal.

Sem pretensões de avaliar a eficácia e a efetividade do REUNI, este livro explicita a lógica institucional que induziu a aceitação

do programa, a partir da análise dos planos institucionais das duas universidades federais localizadas em Mato Grosso do Sul, construídos a partir das Diretrizes Nacionais. Destaca-se que o trabalho detectou a adesão unânime ao programa de todos os representantes da comunidade universitária, a expensas do posicionamento crítico dos órgãos representativos de classe, como a União dos Estudantes – UNE e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES.

O trabalho mostra, em última instância, que a expansão do setor público, a partir do Programa REUNI, é concebida pelas instituições sul-mato-grossenses, em mecanismo dialético de se obter qualidade, especialmente porque se contrapõe à lógica mercantil do setor privado, que ainda se apoia na oferta do ensino como única função dessas instituições.

Nesse sentido, a educação, inclusive a educação superior, insere-se em um debate de ordem financeira e econômica global, no qual a educação, diante de um contexto de contradições, constitui-se como pauta na agenda governamental e supranacional.

O trabalho ainda aponta que o movimento de expansão da esfera federal é constante e deve permanecer assim nos próximos anos, uma vez que se considera o contexto em que o país está inserido, que aponta o Brasil como país emergente com alto grau de investimento produtivo, atraindo capital estrangeiro e ampliando sua atuação no cenário internacional. Essas condições econômicas e educacionais, em que se verifica também o alargamento dos níveis de atendimento à educação básica, induzem ainda mais a ampliação da demanda por educação superior, e especialmente por educação superior pública, o que por sua vez exige a construção de novas respostas e medidas públicas à sociedade.

Diante desse quadro é que as decisões acerca das políticas públicas de educação superior se tornam complexas e passam a ser

alvo de observação e de debate entre pesquisadores, educadores e gestores, atores influentes no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de educação, para os quais este livro traz grandes contribuições.

Ao tornar público este trabalho acredita-se que se está propiciando novas análises acerca das medidas públicas que buscam viabilizar a democratização da educação superior no país.

Giselle Cristina Martins Real
Dourados, 10 de maio de 2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA REUNI NO CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO DOS ANOS 2000	23
O movimento de expansão da educação superior no Brasil	27
Expansão do setor privado: formas de diversificação e massificação	34
Expansão do setor público: novas formas de diversificação e massificação	41
Nuances no movimento de expansão da educação superior no Brasil	50
O programa Reuni no movimento de expansão	54
Reuni: o que e quem propõe?	59
Reuni: por que e para quê?	65
Reuni: seus críticos	69
CAPÍTULO II	
A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM MATO GROSSO DO SUL NOS ANOS 2000	75
O movimento de expansão da educação superior em MS	77
As universidades federais em Mato Grosso do Sul	89
Características dos planos de reestruturação e expansão no contexto institucional	95
Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais do MS: quem propõe e como propõe	97
Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais: conteúdos e enfoques	103
CAPÍTULO III	
O REUNI EM MATO GROSSO DO SUL	123

Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais: por que e para quê?	123
Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais: seus críticos	126
A UFMS	126
A UFGD	133
Similaridades e divergências nos planos de reestruturação e expansão	141
O binômio quantidade e qualidade no contexto institucional	148
O Reuni e os planos de reestruturação e expansão das universidades em MS	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	187

INTRODUÇÃO

As propostas formuladas para a reestruturação e expansão das universidades federais do estado de Mato Grosso do Sul (MS), no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), constituem-se como o tema a ser abordado no presente trabalho.

O REUNI foi instituído no cenário nacional num momento em que a expansão das oportunidades de escolarização da população com qualidade se constituía como um dos temas centrais nos debates e nas políticas para educação, tanto no contexto nacional quanto no internacional.

No cenário internacional observam-se preocupações com a expansão da educação, explicitadas nas conferências mundiais de educação. A Conferência Mundial de Educação realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, trouxe como tema a “educação para todos”, referindo-se à necessidade de se garantir qualidade educacional.

A partir desta, várias conferências mundiais foram organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e os demais órgãos internacionais participantes de Jomtien, nas diversas áreas educacionais, inclusive para o ensino superior, apontando diretrizes no sentido de viabilizar a educação para todos e por toda a vida (UNESCO/OREALC, 2007).

A Conferência Mundial de Educação Superior¹ foi realizada em Paris no ano de 1998, e em seus documentos trouxe um artigo sobre equidade e qualidade do ensino superior.

No cenário nacional, a expansão da educação superior é tratada no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que traz entre as metas propostas, a de prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos.

As metas definidas no PNE tiveram prazo de dez anos para serem alcançadas, no entanto, essa meta de ampliação da educação superior não foi cumprida, sendo que em 2009 os percentuais de escolarização líquida² e bruta³ para esse nível de ensino eram iguais

1 UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_spa.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

2 A taxa de escolarização líquida para a educação superior (ou taxa de matrícula líquida) expressa a razão entre o número total de matriculados com idade entre 18 e 24 anos e o total da população nessa faixa etária. Esse índice indica o grau de atendimento pelo sistema de educação à população com idade adequada, sendo que, quanto maior a taxa de matrícula líquida, maior é a eficiência do sistema. Considerando que cada estudante tenha apenas uma matrícula em curso superior, uma taxa de matrícula líquida igual a 100% indica que todos os jovens de 18 a 24 anos estão matriculados na Educação Superior. De acordo com dados do IBGE (2010), para um total aproximado de 23,03 milhões de jovens na faixa etária correspondente, somente 3,36 milhões estavam matriculados nesse nível de ensino. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2011.

3 A Taxa de Matrícula Bruta da educação superior expressa a razão entre o total de matriculados, independente da idade, e a população na faixa etária de 18 a 24 anos. A taxa de matrícula Bruta denota a capacidade instalada do sistema de atender à população com idade correspondente. Uma taxa de matrícula Bruta igual a 100% indica que o sistema possui estrutura instalada capaz de atender toda a população na faixa etária correspondente. É possível haver taxa de matrícula bruta acima de 100% quando há a inclusão de estudantes fora da faixa etária correspondente. Quanto mais próximas de 100% as taxas de matrícula líquida e bruta, maior é a eficiência do sistema em termos de atendimento e fluxo, quando é menor a distorção idade/série. Considera 23,03 milhões de jovens de 18 a 24 anos e 5,95 milhões de matrículas na educação superior – conforme dados do IBGE (2010) e do INEP (2010).

a 14,6%, e 25,8%, respectivamente. No projeto de Lei que aprova o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2011-2020, que tramita no congresso nacional⁴, essa meta é retomada com a de número 12, que determina a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁵ foi lançado no ano de 2007, em consonância com o PNE, com um conjunto de ações para os níveis e modalidades de educação. Quanto ao PNE e PDE, o então ministro da educação Fernando Haddad apontou, à época de seu lançamento, que o PDE se apresentou como um “conjunto de programas que visam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas naquele diploma legal” (HADDAD, 2007, p. 7)

Ao avaliar as ações do PDE para a educação superior, Saviani (2007) aponta:

Na educação superior, ao fixar para as universidades federais a meta da duplicação de vagas até 2017, o PDE fica aquém do PNE, que, na meta 1, se propôs a atingir, até 2010, um número total de vagas capaz de absorver 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, o que significa a triplicação da totalidade das vagas atuais. A meta 17 do PNE foi, de algum modo, contemplada pela ação “Pós-Doutorado”. As outras 33 metas relativas à educação superior que constam do PNE não foram diretamente levadas em conta pelo PDE (p. 1240).

Ao referir-se à meta de duplicação das vagas das universidades federais, Saviani (2007) refere-se ao Programa REUNI.

4 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=490116>. Acesso em: 21 fev. 2011.

5 Sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, ver: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

Apesar do não cumprimento das metas, observou-se que as políticas implementadas, particularmente para a expansão das instituições federais de educação superior (IFES) puderam induzir crescimento no quantitativo de matrículas e de cursos nessas instituições. Desde 2007, quando o Programa REUNI foi instituído, observou-se um crescimento de aproximadamente 20,4% do total de matrículas nos cursos de graduação presencial nessas instituições.

O REUNI foi estabelecido pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo declarado de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Segundo o documento intitulado “Diretrizes Gerais” (MEC, 2007), que complementa o Decreto que instituiu o REUNI, as universidades federais que aderiram ao programa receberão, de forma gradual, recursos para ampliação de estruturas física e tecnológica, além da contratação de docentes e técnicos. Como contrapartida aos investimentos, as universidades firmaram compromisso de obter, ao final dos cinco anos da implantação do REUNI, um percentual de 90% de conclusões nos cursos de graduação presencial além da relação de dezoito alunos por professor.

Para aderirem ao Programa REUNI, as universidades elaboraram seus planos de reestruturação e expansão (planos institucionais) de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo decreto, vinculando os repasses dos recursos financeiros às etapas estabelecidas nos planos institucionais com vistas ao alcance dos objetivos e das metas do programa.

O REUNI contou com a adesão de todas as universidades federais brasileiras, que a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação elaboraram seus planos institucionais.

O estado de Mato Grosso do Sul contava em 2009 com 45 instituições de educação superior (IES), e destas, cinco se organizavam academicamente como universidade. Das universidades do estado, três são mantidas pelo poder público, e duas são particulares. As duas universidades federais do estado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) respondiam por aproximadamente 25,3% (INEP, 2010b) do total de matrículas em cursos de graduação presencial na educação superior do MS. Tal percentual confirma a significativa participação dessas IFES para a oferta de educação superior no presente estado.

A UFGD e a UFMS aderiram ao REUNI em outubro de 2007, quando houve a primeira chamada para adesão ao programa, com início das ações em 2008.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende responder à seguinte questão: como o Programa REUNI se configura nos Planos Institucionais das universidades federais em Mato Grosso do Sul?

O interesse pelo tema pesquisado iniciou-se a partir de minha atuação profissional em universidade federal, como técnica de assuntos educacionais, e ainda, como membro representante da classe de técnicos administrativos, na comissão de implantação do Programa REUNI na mesma universidade.

Essa experiência suscitou reflexões sobre as políticas públicas educacionais e sua complexidade diante dos atores envolvidos em seu ciclo de funcionamento, o que possibilitou a construção de questões, como a problemática que deu origem a este trabalho.

No contexto da produção científica, a escolha do tema se justifica, uma vez que o REUNI foi instituído em 2007, trazendo novas questões à educação superior brasileira, com a adesão da totalidade das IFES, de modo que o tema ainda é recente e não há produção

científica acumulada, especialmente no contexto das IFES de Mato Grosso do Sul⁶.

A escolha do tema é justificada por sua relevância social, pois com a universalização do acesso ao ensino fundamental e o comprovado aumento de conclusões desta etapa de ensino, verifica-se, nos últimos anos, uma notável expansão do ensino médio, e consequente demanda de egressos, que buscam a continuidade dos estudos em nível superior (GOMES, CARNIELLI, 2003).

Assim, o acesso ao conhecimento, para além das matrículas nos níveis posteriores de ensino, é buscado também por meio da garantia de padrões de qualidade (OLIVEIRA, 2000).

Este trabalho tem como propósito analisar os planos institucionais elaborados pelas universidades federais de Mato Grosso do Sul, com vistas a explicitar suas configurações a partir da proposta do Programa REUNI.

Dos estudos verificados acerca do Programa REUNI, especialmente os artigos científicos, observou-se que alguns discutem o tema no contexto da expansão da educação superior, particularmente como um programa que poderia impulsionar o crescimento do alunado do setor público, sobretudo das IFES (CUNHA, 2007) ou como um programa que trará uma expansão pouco significativa frente ao crescimento do setor privado (SGUISSARDI, 2008).

Alguns estudos buscam relacionar o REUNI com a “reforma universitária” em curso no Brasil, tratando de sua relação com mo-

6 Sabe-se que já existem artigos e livros publicados abordando o tema REUNI, no entanto esse tem sido tratado majoritariamente de maneira secundária. A título de exemplo, ao buscar artigos científicos disponíveis na internet, pesquisando o termo “REUNI” a partir do método integrado na base de dados do Scielo <<http://search.scielo.org/index.php>>, obteve-se apenas um artigo cujo tema principal é o Programa REUNI. Trata-se do artigo intitulado: O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. Sob autoria de Lima, Azevedo e Catani, foi publicado em 2007 (ver referências).

delos de universidades como o de Universidade Nova, que difere do modelo Humboldtiano⁷ de ensino e pesquisa (LIMA, AZEVEDO; CATANI, 2008) e com a inserção de mecanismos de mercado como o contrato de gestão que vincula os repasses financeiros às metas desenvolvidas (CHAVES, MENDES, 2009).

Outros estudos explicitam preocupações com as metas globais do Programa, especialmente pelas condições de trabalho docente e com a qualidade da educação, quando se busca a razão de 18 alunos por professor e 90% de conclusões nesse nível de ensino (LÉDA, MANCEBO, 2009; CHAVES, MENDES, 2009).

Em síntese, pode-se afirmar que a principal questão que permeia a formulação do Programa REUNI encontra-se associada ao binômio quantidade-qualidade, explicitando a necessidade de estudos empíricos sobre o tema.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir com as políticas educacionais na medida em que pretende desenvolver uma análise dos planos institucionais das IFES do estado de Mato Grosso do Sul.

Focaliza-se a educação superior concentrada em instituições universitárias conforme conceito empregado na legislação educacional brasileira, particularmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁸, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

7 Segundo Pereira (2009), os princípios essenciais postulados por Humboldt – de forma geral, até hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio – são essencialmente: a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (p. 31).

8 Segundo o artigo 52 da LDB: As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço

A legislação educacional citada coaduna com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, o ambiente organizacional/acadêmico dessas instituições deve-se pautar pela tripla função de ensino, pesquisa e extensão, que possibilita prerrogativas de autonomia, que outras instituições não universitárias não possuem.

Por suas características intrínsecas, a Universidade se constitui como o *locus* de formação em nível superior (CUNHA, 2003), sendo esta a “mais legítima instância de reflexão e de síntese da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 165).

Diante disso, focaliza-se a expansão da educação superior viabilizada pelas políticas de expansão do parque universitário federal, particularmente no estado de Mato Grosso do Sul.

A busca por ampliação das oportunidades de escolarização na educação superior traz para o centro dos debates as questões acerca da qualidade desse nível de ensino. Acredita-se que a qualidade educacional deve ser obtida a partir da expansão das oportunidades educacionais. Nesse sentido, para este trabalho, utiliza-se o referencial de qualidade em Gramsci (1974), que defende a concepção dialética de quantidade e qualidade:

[...] Se o nexa quantidade-qualidade é incindível, põe-se a questão: onde é que é mais útil aplicar a própria força de vontade: a desenvolver a quantidade ou a qualidade? Qual dos dois aspectos é mais controlável? Qual dos dois se mede

do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

mais facilmente? Sobre qual deles se podem fazer previsões, construir planos de trabalho? A resposta não parece duvidosa: sobre o aspecto quantitativo. Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre quantidade, que se quer desenvolver o aspecto ‘corpóreo’ do real não significa que se queira transcurar a ‘qualidade’, mas significa pelo contrário que se quer pôr o problema qualitativo na maneira mais concreta e realística, isto é, quer-se desenvolver a qualidade no único modo em que tal desenvolvimento é controlável e mensurável (p. 83-84).

A expansão da educação superior, assim como dos demais níveis de educação, é uma demanda da sociedade em constante transformação econômica e social, sendo que a democratização desse nível de ensino só é possível através da expansão acompanhada de qualidade. Assim, o referencial adotado neste trabalho aponta que a expansão das universidades federais pode sinalizar para a democratização do ensino superior.

A política pública aqui é entendida com base em Palumbo (1989), para o qual esta é inferida como um conjunto de ações, comportamentos, atitudes, intenções, programas implementados no âmbito público, com a finalidade de interferir/modificar determinada condição/meio. Nesse sentido uma política trata-se de “[...] um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes” (PALUMBO, 1989, p. 35).

A partir desse referencial, considera-se que a análise de políticas públicas está marcada por um processo cíclico, que vai desde a fase de formulação da política até a sua extinção. Especificamente neste trabalho, busca-se focar a fase de implementação do Programa REUNI no contexto da produção do texto no âmbito institucional. O contexto institucional refere-se à análise que permite observar em que medida as instituições de educação superior

incorporaram as diretrizes nacionais, o que possibilita explicitar a legitimidade do programa frente à sociedade, conforme designação de Mainardes (2006):

[...] o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. [...] as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas” (p. 53).

Diante disso, em grandes linhas pretendeu-se observar alguns itens no contexto nacional para então verificar o contexto institucional, que é o da prática.

No contexto nacional buscou-se contemplar o tema REUNI a partir de pesquisa documental focando atenção nos documentos referentes ao programa. Os documentos utilizados foram o decreto que instituiu o Programa REUNI e as “Diretrizes Gerais” que o complementam. Também foram utilizadas informações colhidas em *sites* de atores importantes no contexto das IFES, como o próprio Ministério da Educação (MEC), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino superior (ANDIFES) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

A investigação buscou o contexto da prática, no conjunto das IFES do MS, na medida em que focou seus planos institucionais. Outras fontes utilizadas foram os Pareceres *Ad Hoc* das Comissões indicadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) para homologação dos planos institucionais, as atas de reuniões dos conselhos universitários das IFES, além de documentos internos como Portarias e Resoluções referentes às

ações para formulação e implementação dos Planos Institucionais. Utilizou-se também o conteúdo das páginas institucionais na *internet*, e as revistas e folhetos produzidos pelas universidades para divulgar as ações do REUNI nas IFES. Subsidiariamente, com vistas a facilitar o acesso aos dados e documentos institucionais, realizou-se entrevista com representante de grupo de trabalho nomeado para elaboração do plano institucional de uma das instituições.

Para explicitar, em linhas gerais, o movimento de expansão do sistema de educação superior, foram utilizados dados dos censos educacionais e indicadores sociais. Esses dados foram coletados no *site* oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O presente trabalho é organizado em três capítulos, além das considerações finais.

O primeiro trata do desenvolvimento da educação superior no Brasil, a partir dos anos 2000. Busca delinear o contexto histórico educacional em que foi instituído o Programa REUNI, e, para tanto, apresenta dados estatísticos acerca da expansão da educação superior, promovida tanto pela via do privado como pela via do público. Esse capítulo busca ainda localizar o programa REUNI no movimento de expansão, na medida em que explicita suas configurações gerais.

O segundo capítulo trata da construção dos Planos Institucionais das IFES do MS. Delineia o movimento de expansão da educação superior no estado, e de suas universidades federais. Focaliza os planos institucionais no contexto de sua aprovação e explicita seus conteúdos e enfoques, buscando entender como as universidades se apropriaram das dimensões diretivas do REUNI.

No terceiro e último capítulo apresentam-se as configurações do programa REUNI em Mato Grosso do Sul. Nele explicitam-se

as razões, convergências e divergências nos planos das duas IFES, frente ao binômio quantidade e qualidade no contexto institucional.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA REUNI NO CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO DOS ANOS 2000

A educação superior iniciada no Brasil em 1808 com a fundação das primeiras escolas superiores (CUNHA, 1989a), manteve características de um sistema elitista e fechado até meados da década de 1990, quando passou por um processo de consolidação do que se pode denominar sistema de massa (GOMES, MORAES; 2009).

Conforme dados do IBGE (2003a), em 1910, doze anos após a proclamação da República, o Brasil contava com apenas cinco instituições que reuniam 3.305 matrículas na educação superior, enquanto havia 2.299.752 jovens brasileiros na faixa etária de 20 a 24 anos. As matrículas na educação superior representavam um atendimento potencial para apenas 0,1% dessa faixa etária.

Nos anos que se seguiram a educação superior ainda se manteve extremamente elitizada. Apesar do relativo crescimento, no ano de 1950 ainda havia um total de 43.958 matrículas na educação superior e um total de 4.984.555 jovens na faixa etária de 20 a 24 anos, ou seja, em termos proporcionais, o sistema de educação superior existente à época apresentava apenas 0,9% de atendimento potencial para essa faixa etária.

Nessa década o setor privado que já vinha crescendo consideravelmente passou a abarcar o maior número de instituições, de modo que em 1956 aproximadamente 51% das 598 instituições de ensino superior eram privadas (IBGE, 2003a).

A partir da década de 1960 e 1970, a educação superior passou a ter uma relativa abertura com aumento importante no número de suas matrículas advindas do acelerado desenvolvimento do sistema privado. Conforme aponta Cunha (1989b), as alterações estruturais ocorridas no Brasil até finais da década de 1960 fizeram com que se buscasse ascensão social por meio do ingresso em cargos das burocracias públicas ou privadas, sendo que esses cargos possuíam hierarquia organizada em torno de graus escolares. Com isso observou-se o aumento da demanda por níveis mais elevados de ensino, inclusive pelas camadas médias da população, que pressionavam pelo aumento do ensino médio e superior.

Segundo dados do IBGE (2003a), de 93.202 matrículas em cursos de graduação no ano de 1960, registraram-se 1.377.286 matrículas em 1980. Nesse período de vinte anos o total de matrículas cresceu à ordem de 1.377,7%.

No período que abarcou os anos de 1980 a 2000, houve um crescimento de 96% (IBGE, 2003a) nas matrículas nos cursos de graduação, sendo que o maior aumento registrado ocorreu na década de 1990. No primeiro ano dessa década havia 1.540.080 matrículas na educação superior, e já no ano 2000 esse número passou a ser igual a 2.694.245, ou seja, houve um crescimento igual a 75%.

Considera-se nesse contexto o movimento de expansão do ensino fundamental, o qual atingiu, nos anos de 1990, o índice de 100% de matrícula bruta (OLIVEIRA, 2007). Esse movimento histórico de expansão da educação, que resultou na universalização do acesso e permanência no ensino fundamental, elevou seus níveis de conclusão e como consequência gerou novas demandas para os níveis posteriores de escolarização.

Em 2000 havia um total de 8.192.948 matriculados no Ensino Médio total⁹, sendo que desse total contavam-se 1.836.130

9 Ensino médio, normal/magistério e integrado.

concluintes (INEP, 2001a). No ano de 2009 houve um crescimento de 1,8% no número de matrículas, quando se obteve um total de 8.337.160 matrículas no Ensino Médio, Normal Médio e Integrado, contando com 1.797.434 concluintes (INEP, 2010a)

O maior acesso da população no ensino médio é verificado quando se cotejam os dados populacionais com os dados referentes às matrículas nesse nível de ensino. No período que abarca os anos de 2000 a 2009 houve crescimento significativo nos índices de escolarização líquida e bruta no ensino médio.

Em 2000 a taxa de escolarização bruta do ensino médio era de 76,6% (IBGE, 2001; INEP, 2001a), esse número em 2009 era igual a 80,2% (IBGE, 2010). Ao mesmo tempo os índices de atendimento à população na faixa etária correspondente foram alterados, sendo que a taxa de matrícula líquida em 2000 era de 32,7% e em 2009 chegou a 50,9% (idem, ibidem).

Recentemente, a ampliação das oportunidades de escolarização da população, particularmente para o ensino médio, é prevista por meio de alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Originariamente o inciso II do artigo 4º dessa lei garantia a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (BRASIL, 1996). No ano de 2009, esse inciso sofreu alteração com redação dada pela Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, a qual substituiu a expressão “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade” por “universalização do ensino médio gratuito”.

O crescimento das matrículas no Ensino Médio, com sua tendente universalização, produz, a partir de seus egressos, demandas de pessoas que buscam acesso à educação superior.

O censo da educação superior divulgado pelo INEP registrou um total de 4.039.910 candidatos nos processos seletivos para in-

gresso em cursos de graduação presencial no ano de 2000 (INEP, 2001b). Em 2009, ano do último censo oficial divulgado, o número total de candidatos passou a ser igual a 6.223.430, o que representa um crescimento igual a 54% da demanda por vagas nas universidades.

Assim sendo, a ampliação das oportunidades educacionais na educação básica, particularmente no ensino médio, também é revelada no aumento do número de inscrições para os processos seletivos de ingresso nas instituições de educação superior. Além disso, a busca pelos níveis mais elevados de ensino faz com que aumentem as pressões sociais para a inclusão de questões relativas à expansão do ensino superior na agenda política.

A título de exemplo, é interessante observar que um dos carros-chefe das propostas de governo¹⁰ para a expansão do acesso à educação superior, do candidato à presidência da República reeleito para segundo mandato no ano 2006, foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Esse programa foi criado e implementado no primeiro mandato do referido presidente, sendo que sua finalidade é a de ofertar bolsas parciais e integrais para alunos de baixa renda em instituições privadas de educação superior.

Como exemplo de programa de apoio a estudantes do setor público cita-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído com o objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial de IFES brasileiras (BRASIL, 2010).

A educação superior é buscada pelos diversos estratos da sociedade, inclusive para as camadas economicamente menos privilegiadas da população, quando se verifica que,

10 Nesse sentido ver: <http://www.pt.org.br/portaltpt/dados/bancoimg/c091003193431plano_governo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Mesmo que de forma difusa e distorcida, para os filhos da classe operária e outros trabalhadores, o ensino superior é buscado como uma possibilidade real de mobilidade social, isto é, uma ascensão social que é desejada como única oportunidade de superar as condições de vida a que foram submetidos os trabalhadores em nosso país (BAUER, 2006, p. 454).

A expansão da escolarização vai, aos poucos, viabilizar o acesso a esses novos públicos ao ensino superior. Esses vêm buscando a continuidade dos estudos, seja pela via pública, que não apresenta capacidade suficiente para atender às demandas, seja pela via privada, que cresceu em ritmo acelerado desde finais da década de 1960.

O presente capítulo objetiva explicitar o movimento de expansão da educação superior, especificamente a partir dos anos 2000, com vistas a delinear o cenário histórico educacional nacional em que foi instituído o Programa REUNI, considerando que seu lançamento ocorreu no ano de 2007.

O movimento de expansão da educação superior no Brasil

A educação superior no Brasil apresenta características específicas, como a privatização e a diversificação institucional. A literatura da área sinaliza para a efetivação de processo de massificação desse nível de ensino, sobretudo no período pós-1995, quando o rápido crescimento da matrícula foi impulsionado pelo aumento de instituições privadas não universitárias (DIAS SOBRINHO, 2003; DOURADO, OLIVEIRA, CATANI, 2003).

As estatísticas oficiais, divulgadas pelo INEP, informam que, do total de 2.314 IES no Brasil, 89,4% são privadas. Além disso, do total de IES brasileiras, apenas 8% são organizadas academicamente como Universidade (INEP, 2010b).

Conforme dados do INEP, de um total de 2.695.927 matrículas em cursos de graduação presencial e a distância no ano 2000, passou-se a 5.954.021 matrículas em 2009, num crescimento proporcional de 120,5%.

O número de instituições de educação superior cresceu da ordem de 96,1% no período que abarca os anos de 2000 a 2009. Em 2000 havia 1.180 IES no Brasil, já em 2009, conforme mencionado anteriormente, o número de IES passou a ser igual a 2.314.

No Brasil, apesar da significativa expansão do sistema superior e das características de massificação¹¹, os índices de atendimento educacional à população¹² nesse nível são baixos. No ano de 2009, conforme mencionado anteriormente, a taxa de escolarização líquida na educação superior estava em torno de apenas 14,6%, enquanto a taxa de matrícula bruta era igual a 25,8%.

Esses índices indicam a baixa eficiência do sistema de educação superior brasileiro, que com sua capacidade instalada teria condições de atender pouco mais que um quarto da população na faixa etária correspondente.

Além de fatores históricos como a exclusão nos níveis anteriores de educação, outro fator que contribui para o reduzido atendimento à população na faixa etária é a baixa oferta de vagas para ingresso, especialmente no setor público de educação superior.

11 O termo massificação está diretamente relacionado à adaptação de um fenômeno a um grande número de pessoas, pela supressão dos caracteres diferenciados que apresentava. Segundo Gomes e Morais (2009) “O sistema de massa é definido, entre outras características, por atender entre 16 e 50% do grupo etário relevante, estando plenamente consolidado em relação ao sistema de elite quando passa a admitir mais de 30% das matrículas do coorte de jovens de 18 a 24 anos” (p. 4). O sistema de educação superior, que antes era restrito apenas à elite social, econômica e cultural, passa a absorver outras camadas da população.

12 Aqui os índices de atendimento educacional referem-se à taxa de matrícula bruta e líquida na educação superior, conforme já explicitado anteriormente.

Com base nos dados do INEP (2001b), verifica-se que no ano 2000 foram ofertadas 1.222.717 vagas para ingresso em cursos de graduação presencial e a distância em instituições de educação superior, sendo que no mesmo ano registrou-se um total de 4.047.912 candidatos inscritos. As vagas ofertadas representam aproximadamente 30,2% do número de candidatos total. É importante observar que, do total de vagas ofertadas, somente 252.062 estavam concentradas em instituições públicas. A oferta de vagas nas IES públicas representava apenas 6,2% do número de inscrições.

Em 2009, para as 6.889.269 inscrições nos processos seletivos para ingresso em cursos de graduação presencial e a distância, foram ofertadas 4.726.394 vagas, o que representa aproximadamente 68,6% da demanda. No entanto, deve-se observar que o quantitativo de vagas ofertadas para a educação a distância foi bem maior que o número de candidatos inscritos para esses cursos e que menos da metade dos inscritos ingressaram nesses cursos¹³.

Nesse sentido, tendo em vista que a grande demanda para a educação superior se concentra em torno dos cursos de graduação presencial, será dada ênfase a essa modalidade, sendo que a graduação a distância será tratada em separado, quando for o caso.

Em 2009 houve um total de 6.223.430 candidatos inscritos para as 3.164.679 vagas ofertadas para ingresso em cursos de graduação presencial. Esse total de vagas ofertadas representa 50,9% do total de inscrições para esses cursos.

Para o caso específico da oferta de vagas em cursos de graduação presencial no setor público, em 2009 foram ofertadas 393.882

13 No ano de 2009 houve um total de 665.839 inscrições para as 1.561.715 vagas ofertadas em cursos de graduação a distância (INEP, 2010). Do total de candidatos, apenas 332.469 ingressaram nos cursos EAD.

vagas para ingresso na educação superior, o que representou apenas 10,7% do total de inscrições em IES públicas (INEP, 2010b).

Apesar do significativo aumento na oferta de vagas para ingresso nos cursos de graduação, no período que abarca os anos de 2000 a 2009, o acréscimo no número de inscrições foi maior, de modo que a oferta de vagas ficou bem abaixo da demanda, especialmente no caso dos cursos de graduação presencial em IES públicas, conforme se mencionou anteriormente.

Nota-se que a grande responsável pelo aumento na oferta de vagas, no período em tela, é a rede privada, uma vez que, para o caso dos cursos de graduação presencial, enquanto as públicas incrementaram 60,4% do total de suas vagas ofertadas, as privadas tiveram um acréscimo de 185,5% no quantitativo de vagas dos processos seletivos para ingresso nessas IES.

No entanto, apesar do expressivo aumento na oferta de vagas na rede privada, esta ainda mantém menores índices de procura, sendo que no ano de 2009 a relação candidato/vaga para ingresso nos cursos de graduação presencial, nessas instituições, era de apenas 1,3, enquanto nas públicas essa relação era de 6,6 candidatos por vaga.

A despeito do número significativo de inscrições nos processos seletivos para ingresso nas IES, um dado preocupante divulgado nas estatísticas do INEP (2010b) é a baixa relação ingresso/vaga no Brasil, que fica em torno de 0,5. Essa relação é igual a 0,9 nas instituições públicas e nas privadas se mantém em 0,4.

Esses dados sinalizam que, apesar de existir demanda potencial para ingresso na educação superior, ainda há um alto índice de vagas ociosas, sobretudo nas IES privadas. Nesse sentido, é necessário que se intensifiquem ações que visem à ocupação dessas vagas ociosas, conforme expõe o Resumo Técnico do INEP (2009):

“considerando-se que a oferta de vagas deve refletir a capacidade instalada do setor para atender à demanda por cursos de graduação, é necessário verificar as razões que provocam a existência de tão grande número de vagas ociosas” (p. 16).

É importante notar que o crescimento dos setores público e privado não foi congruente, na medida em que o aumento da oferta de vagas públicas, conforme observado nos dados apresentados, ainda foi muito aquém da demanda, não sem deixar de reconhecer que nem todas as vagas têm sido preenchidas nos processos seletivos.

Esse dado sinaliza a necessidade de políticas mais efetivas para a expansão do ensino superior público, na medida em que o crescimento do setor privado se intensificou em razão das condições historicamente impostas para o acesso relacionadas às barreiras meritocráticas, agravadas pelo menor quantitativo de vagas ofertadas para ingresso nessas IES, além das condições de permanência no ensino superior público.

Em 2000 o setor privado concentrou aproximadamente 67,1% das 2.694.245 matrículas em cursos de graduação presencial. No ano de 2009, esse setor respondeu por cerca de 73,6% do montante de matrículas no ensino superior (INEP, 2010b).

O setor privado avançou na oferta de educação superior de maneira expressiva nos anos 2000. Cumpre destacar, no entanto, que as estatísticas oficiais apontam para a hegemonia desse setor, no que tange ao volume de matrículas, desde a reforma universitária de 1968, período em que o setor privado ultrapassou o número de matrículas do setor público (DURHAM, SAMPAIO, 2000).

O crescimento da rede privada de educação superior em detrimento da pública apresenta-se como característica marcante da expansão desse nível de ensino no Brasil. Outro atributo de desta-

que é a diversificação institucional, que se acentuou sobremaneira após o advento da LDB, Lei 9.394/96.

Para a organização institucional, o artigo 45 da LDB trouxe a seguinte redação: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Esse disposto foi regulamentado pelo Decreto nº. 2.207, de 15 de abril de 1997, que reconheceu a categoria de universidades, centros universitários, faculdades, faculdades integradas, institutos superiores e escolas integradas, como possibilidades de organização acadêmica para as instituições de educação superior.

Após sucessivas revogações, o Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, último decreto que regulamenta essas instituições, manteve a organização acadêmica das IES em faculdade, centro universitário e universidade.

Até então prerrogativa das universidades e das instituições de pesquisa científica e tecnológica, conforme disposto no artigo 207 da Constituição de 1988, o § 2º do artigo 54 da LDB abriu a possibilidade de autonomia para outras instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa.

Nesse caso, as instituições destacadas foram os centros universitários que receberam autonomia sem ter os mesmos encargos das universidades.

Os centros universitários são instituições que, assim como as universidades, conforme regulamentação específica dada pelo Decreto nº 5.786 de 24 de maio de 2006, podem criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, bem como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes.

A organização acadêmica dos centros universitários se difere da organização das universidades, especialmente porque os primei-

ros não necessitam desenvolver pesquisa institucionalizada. Com isso há uma menor exigência de dedicação de seus docentes (1/5 do corpo docente em dedicação exclusiva). Outra característica importante que difere o centro universitário da universidade reside no fato de que esses não podem criar cursos fora de sua sede.

Com essas novas possibilidades de organização acadêmica, a LDB e os decretos subsequentes favoreceram o crescimento observado na educação superior, o qual se intensificou a partir da diversificação e diferenciação institucional (DOURADO, OLIVEIRA, CATANI, 2003).

Segundo estatísticas oficiais, no ano 2000, 87% das IES no Brasil não eram organizadas academicamente como universidades, e em 2009 esse percentual passou a ser igual a 92% do total de IES (INEP, 2010b).

É importante observar que o aumento das faculdades e escolas superiores também está diretamente relacionado aos custos, quando essas não têm a necessidade de atender aos mesmos requisitos de dedicação e titulação docente das universidades e centros universitários. Para essas instituições, a folha de pagamento docente, em geral, representa o principal item de despesa (AMARAL, 2008).

A diversificação institucional também é observada no setor público. A título de exemplo cita-se a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A rede foi instituída com vistas à expansão da educação superior pública, dentro da lógica da diversificação institucional, com a criação de diversos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, além de universidade tecnológica federal e dos centros federais de educação tecnológica.

Mais pesquisas acerca das reais necessidades da demanda instalada para educação superior no Brasil são necessárias frente

ao curso de seu desenvolvimento, que cresce a partir da diversificação e privatização, sendo que ao mesmo tempo que não consegue atender sua demanda as IES ainda apresentam grande quantitativo de vagas ociosas, sobretudo na rede privada.

Expansão do setor privado: formas de diversificação e massificação

O caráter privatista da educação superior brasileira tem gerado inquietações, expressas na literatura da área, que são justificadas pelo crescimento acelerado do setor privado em prejuízo da adoção do modelo universitário além das preocupações acerca da manutenção da qualidade da educação.

A universidade se configura como a instituição própria do espaço de formação na educação superior (CUNHA, 2003), na medida em que sua organização acadêmica é pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, essa instituição possui papel fundamental no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

As estatísticas oficiais comprovam a tendência pela não adoção ao modelo de organização acadêmica em universidade no setor privado, sendo que no conjunto de suas 2.069 instituições esse setor possuía apenas 86 universidades em 2009, ou seja, 4,2% do total de IES (INEP, 2010b).

Os dados da tabela 1 informam o crescimento do número de instituições da rede privada por organização acadêmica a partir dos anos 2000:

**Tabela 1. Evolução do número de IES privadas por organização acadêmica
Brasil - 2000 a 2009**

Ano	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades*	%
2000	85	-	49	-	870	-
2001	85	-	64	30,6	1.059	21,7
2002	84	-1,2	74	15,6	1.284	21,2
2003	84	-	78	5,4	1.490	16,0
2004	86	2,4	104	33,3	1.599	7,3
2005	86	-	111	6,7	1.737	8,6
2006	86	-	115	3,6	1.821	4,8
2007	87	1,2	116	0,9	1.829	0,4
2008	86	-1,1	119	2,6	1.811	-1,0
2009	86	-	120	0,8	1.863	2,9
2000 - 2009		1,2		144,9		114,1

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

*Nessa categoria se incluem as faculdades, faculdades isoladas, escolas superiores e centros de educação tecnológica.

De acordo com os dados da tabela 1, em termos de instituições no período em tela, o menor aumento registrado foi no número de universidades, com um acréscimo percentual de somente 1,2%, o que significou o aumento de apenas uma universidade no período.

O centro universitário por sua vez foi a categoria que mais cresceu em termos de número de instituições, apresentando um crescimento proporcional de 144,9%, com o incremento de 71 instituições. Logo após aparecem as faculdades e escolas isoladas, com um aumento percentual de 114,1% no número dessas IES.

Pode-se observar também que até o ano de 2005 foi implantado o maior número de instituições, em termos proporcionais. Após esse período, diminuíram as escalas de crescimento, e em 2008 reduziu-se o número de instituições com relação ao ano de 2007, para o caso das faculdades e universidades.

De acordo com o resumo técnico do INEP,

[...] houve uma inversão da tendência, observada até o ano de 2007, de aumento do número de IES. Tal diminuição pode ser explicada pela integração de instituições, por fusão ou

compra, que também vem sendo registrada nos últimos anos (INEP, 2009, p. 9).

Em 2008, o movimento de fusão ou compra de IES privadas pode ser verificado ao se cotejarem os dados das tabelas 1 e 2. Os dados sinalizam que, apesar de haver redução no número de universidades e de faculdades no ano 2008 em relação ao ano de 2007, o mesmo não ocorreu com o número de matrículas nessas instituições, que cresceram 0,8% nas universidades e 8,4% nas faculdades. No ano seguinte, 2009, voltou a crescer o número de faculdades e de centros universitários, quando se criaram 52 faculdades e um centro universitário. Nesse ano não houve incremento no número de universidades.

**Tabela 2. Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presencial em IES privadas segundo a organização acadêmica
Brasil - 2000 a 2009**

Ano	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades*	%
2000	1.026.823	-	240.061	-	540.335	-
2001	1.139.629	11	332.525	38,5	619.375	14,6
2002	1.234.757	8,3	415.669	25	777.832	25,6
2003	1.290.816	4,5	484.503	16,6	975.333	25,4
2004	1.346.794	4,3	601.030	24,1	1.037.581	6,4
2005	1.426.962	6,0	659.170	9,7	1.174.835	13,2
2006	1.457.133	2,1	711.399	7,9	1.298.810	10,6
2007	1.561.503	7,2	663.321	-6,8	1.414.589	8,9
2008	1.574.683	0,8	694.495	4,7	1.533.913	8,4
2009	1.525.124	- 3,1	697.479	0,4	1.542.125	0,5
2000 - 2009		48,5		190,5		185,4

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

*Nessa categoria se incluem as faculdades, faculdades isoladas, escolas superiores e centros de educação tecnológica.

Em 2008, a redução do número de IES, acarretada pelo fechamento de algumas instituições, ocasionou, em alguns casos, o surgimento de IES maiores pelo processo de fusão de duas ou mais

instituições. Sendo assim, nesse ano, a diminuição do número de IES não atenuou o ritmo de crescimento das matrículas no setor privado. Além desse processo, há ainda mecanismos de ampliação de vagas e de crescimento dos cursos ofertados, sobretudo nos centros universitários, em que há a prerrogativa de autonomia.

A ampliação da capacidade financeira das mantenedoras também promoveu o aumento das faculdades no ano de 2009. As mantenedoras alargam sua atuação para competir com instituições menores, conforme explicita José Augusto Teixeira, diretor de planejamento e relações com o investidor da Anhanguera Educacional, uma empresa mantenedora que vem crescendo por meio da aquisição de IES no Brasil:

Hoje o segmento de educação superior conta com um número grande de instituições pequenas, ou seja, com 1200 a 2000 alunos. Esse grupo possui 75% dos brasileiros cursando ensino superior. Por isso, para crescer, a Anhanguera deve criar mercado para elevar o marketshare. A tendência é que o número de universidade e faculdades diminua, garantindo que a companhia aumente sua participação de mercado. Isso pode se dar através da aquisição dessas instituições ou a migração de alunos. A forma de fazer isso é entrar em cidades de pequeno e médio porte e competir com essas instituições, muitas delas ainda de administração familiar. Com uma mensalidade mais acessível, possibilitada por uma gestão de eficiência e qualidade, comprovada, por exemplo, com os últimos resultados do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), de 2007, em que os da Anhanguera tiveram uma média de 3,3 de 5, superior à nacional de 2,5. Portanto, hoje o mercado está estável, se considerarmos a taxa de penetração (TEIXEIRA, 2009).

Conforme se pôde notar no trecho exposto, a expansão acelerada do setor privado por compra ou fusão de instituições resulta de processos de atuação empresarial, por parte do setor privado,

que aplica regras de mercado para a oferta de educação, transformando-a em “mercadoria” (OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2008).

Essa atuação competitiva de mercado tem viabilizado a transformação das instituições de educação superior em oligopólios, conforme explicita Oliveira (2009):

Entretanto, mais do que sua transformação em mercadoria, o que estamos observando, no caso do ensino superior, é um processo intenso de concentração. Assim, é possível falarmos, também, em processo de oligopolização. Ou seja, o número de fornecedores tende a se concentrar ainda mais nos próximos anos e uma fatia significativa do mercado tende a ficar com os maiores grupos. Mantidas as condições atuais de sustentação exclusivamente por mensalidades, poucos serão os que conseguirão ocupar nichos específicos do mercado sem ser acossados pelas instituições maiores (p. 754).

Em termos gerais, o maior crescimento no montante de matrículas no período que abarca os anos de 2000 a 2009 é o observado nos centros universitários. No entanto, a tendência observada até o ano de 2005 nos centros universitários, de apresentar maior crescimento em seu volume de matrículas do que as faculdades e universidades, foi invertida nos anos subsequentes. A partir de 2006 as faculdades passam a apresentar maiores percentuais de crescimento do que o observado nos centros universitários e universidades.

Nesse sentido, ainda que os centros universitários possuam algumas prerrogativas de autonomia, as faculdades vêm se configurando como as instituições que tendem a crescer mais no setor privado, nos últimos anos. É importante notar que uma mesma mantenedora responde pela manutenção de várias IES, como é o caso da Anhanguera Educacional que mantém universidade, centros universitários e várias faculdades¹⁴.

14 Nesse sentido ver: <<http://www.unianhanguera.edu.br/instituicao/apresentacao/>

Ainda que em menor escala, se comparado à ação do mercado, outro fator apontado como indutor do aumento das matrículas no setor privado de educação superior se constitui no desdobramento de programas no interior das políticas implementadas pelo poder público direcionados a essas instituições, como é o caso dos programas Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e PROUNI. Esses programas se destacam especialmente pela possibilidade de ocupação das vagas ociosas desse setor (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; SEGENREICH, CASTANHEIRA, 2009).

O programa FIES, cujo objetivo é disponibilizar financiamento para estudantes matriculados em cursos superiores em instituições privadas, é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e desde a sua instituição no ano 1999, já atendeu mais de 560 mil estudantes¹⁵.

O PROUNI, por sua vez, foi criado em 2004 e institucionalizado em 2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, as instituições que aderem ao Programa PROUNI recebem algumas isenções fiscais. Desde sua institucionalização até o ano de 2010, esse programa ofertou 1.128.718 bolsas de estudos¹⁶.

Uma das ações do PDE em relação ao PROUNI e FIES foi a integralização do FIES ao PROUNI, quando os beneficiários de bolsas parciais do PROUNI passam a ter a possibilidade de financiar o restante da mensalidade. A Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007, alterou os limites para financiamento, o período de carência e diminuiu os juros para os alunos beneficiários do programa FIES.

apresentacao.php>. Acesso em: 26 jan. 2011.

15 Nesse sentido ver: <http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp> Acesso em: 27 fev. 2011.

16 Nesse sentido ver: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2011.

Estes dois programas, PROUNI e FIES, passaram a ter como parâmetro as avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (HADDAD, 2007).

O PROUNI, em especial, tem recebido críticas por parte da literatura da área, na medida em que transfere recursos públicos para o setor privado através de isenções fiscais (CUNHA, 2007; CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; SGUISSARDI, 2006; SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2005). Sguissardi (2006), por exemplo, aponta:

[...] Cálculos financeiros indicam que, com as modificações atuais, o custo dessas vagas em IES privadas [por meio do PROUNI] – que priorizam as atividades de ensino e apresentam em geral baixa qualidade – tornou-se maior do que o seria para o Tesouro Nacional nas universidades públicas, que priorizam atividades de ensino e pesquisa e são, via de regra, de melhor qualidade. A utilização dos espaços ociosos dos campi das IFES teria sido muito menos onerosa e cumpriria parte de um dos compromissos do plano de governo para a educação superior (p. 1043, grifo nosso).

Conforme Sguissardi (2006), se os recursos utilizados para a implementação do PROUNI e FIES nas IES privadas fossem transferidos para criação de novas vagas no setor público, certamente esse último poderia ter certo crescimento. No entanto, não se pode deixar de considerar que a simples destinação desses recursos para criação de vagas no setor público poderia não atender as necessidades de alguns públicos específicos que são alvo desses programas, quando no interior dessas ações existem reservas de bolsas para algumas políticas de ação afirmativa, além do indicador econômico, sobretudo para o caso do PROUNI.

A implementação do PROUNI se constituiu como bandeira de luta de movimentos sociais, como o “Movimento dos Sem Universidade¹⁷”, que busca a expansão do acesso à educação superior.

No entanto, observa-se que, mediante os caminhos delineados por essas políticas para a expansão da educação superior no Brasil, as mudanças desse nível de ensino em curso têm contribuído com a expansão da educação superior privada, por meio de programas como o PROUNI e o FIES.

Verifica-se, portanto, que há dois mecanismos de indução da expansão da educação superior no setor privado, sendo um promovido pelas políticas públicas que vêm contribuindo com a expansão dessas instituições, e outro que é o próprio mercado, o qual vem induzindo a expansão das instituições privadas, inclusive por meio de processo de “oligopolização”.

Esses mecanismos viabilizam o avanço do setor privado, especialmente quando se observa o interesse de instituições estrangeiras, inclusive financeiras, na aquisição de instituições brasileiras (OLIVEIRA, 2009; ALMEIDA, 2008).

Cumprе ressaltar que o movimento de expansão do setor privado no período em tela se sustenta em virtude da crescente demanda social por acesso à educação superior, especialmente a partir da ampliação do acesso e da permanência na educação básica, que gera demanda para acesso ao ensino superior, a qual o setor público não tem apresentado capacidade suficiente para atender.

Expansão do setor público: novas formas de diversificação e massificação

O ensino superior público brasileiro contava em 2009 com um total de 1.351.168 matrículas em cursos de graduação presen-

17 Nesse sentido ver: <<http://www.msu.org.br/prouni.html>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

cial, distribuídos em 245 IES, entre faculdades, universidades, centros universitários e institutos de educação tecnológica. As universidades representam 40,8% do total dessas IES e congregam 88,1% do montante de matrículas em cursos de graduação presencial na rede pública (INEP, 2010b). As demais matrículas estão distribuídas da seguinte forma: 1% nos centros universitários, 6,8% nas faculdades e 4,1% nos centros de educação tecnológica.

Tabela 3. Evolução do número de IES públicas por organização acadêmica Brasil - 2000 a 2009

Ano	Universi- dad.	%	Centros Univers.	%	Faculdades	%	CET/ FAT*	%
2000	71	-	1	-	85	-	19	-
2001	71	-	2	100	84	-1,2	26	36,9
2002	78	9,9	3	50	83	-1,2	31	19,2
2003	79	1,3	3	-	86	3,6	39	25,8
2004	83	4,8	3	-	89	3,5	49	25,6
2005	90	8,4	3	-	85	4,5	53	8,2
2006	92	2,2	4	33,3	86	1,2	66	24,5
2007	96	4,3	4	-	83	-3,5	66	-
2008	97	1,0	5	25	100	20,5	34	-48,5
2009	100	3,1	7	40	103	3	35	2,9
2000 a 2009		40,8		600		21,2		84,2

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

*Centro de Educação Tecnológica/Faculdade de Tecnologia.

Conforme se pode observar nos dados da tabela 3, o maior incremento no número de IES no período foi registrado para os centros universitários, cerca de 600%, enquanto o menor crescimento percentual foi o do número de faculdades, da ordem de 21,2%.

Apesar disso, em termos gerais, o poder público priorizou o incremento de universidades, sendo que, em termos absolutos, houve maior incremento no número de universidades, com 29 instituições a mais no período e o menor incremento no número de centros universitários, com seis a mais no período.

Ao se cotejarem os dados das tabelas 3 e 4, observa-se que, do total de universidades implementadas no período, 16 são federais, oito estaduais e cinco são municipais.

Em 2000 havia apenas um centro universitário público, mantido pelo poder municipal; já em 2009 o sistema público de educação superior passou a contar com sete centros universitários (cinco municipais e um estadual).

Por outro lado, enquanto se observa a diminuição do número de faculdades federais e municipais, verifica-se o aumento de mais que o dobro do número de faculdades estaduais.

O poder público federal implementou, no período, 24 Centros de Educação Tecnológica (CETs), totalizando 35 ao final do período. Os 8 CETs estaduais existentes em 2000 deixaram de existir em 2008, sendo que alguns passaram à categoria de faculdade.

**Tabela 4. Evolução do número de IES públicas por categoria administrativa e organização acadêmica
Brasil – 2000 e 2009**

		Federal	Estadual	Municipal
Universidade	2000	39	30	2
	2009	55	38	7
	%	41	26,7	250
Centro Universitário	2000	-	-	1
	2009	-	1	6
	%	-	100	500
Faculdade	2000	11	23	51
	2009	4	45	54
	%	-36,4	95,7	5,9
CET/FAT	2000	11	8	-
	2009	35	-	-
	%	218,2	-	-

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

No período analisado, enquanto o poder central priorizou a criação de universidades e centros de educação tecnológica, os municípios priorizaram a ampliação no número de centros universitários e de universidades e os estados (unidades federativas) o número de faculdades para a expansão da oferta de educação superior.

O incremento no número de instituições, não só das públicas, mas também das privadas, pretendeu atender demandas de egressos das diversas regiões do país, para além dos grandes centros. Isso pode ser notado quando o setor público aumentou sua parcela de atendimento no interior, em termos de volume de matrículas.

As IES municipais mantiveram no período 100% de suas matrículas concentradas fora das capitais. As demais IES públicas aumentaram seu atendimento às cidades do interior. De 31,9% em 2000, as federais passaram a reunir, fora das capitais, 39,8% do montante de suas matrículas, e as estaduais, de 72,2% em 2000 passaram a 72,3% em 2009.

No seu conjunto a parcela de matrículas fora das capitais na rede pública aumentou de 53,6% em 2000 para 56,6% em 2009. As privadas apresentaram tendência inversa, quando a parcela de matrículas em cidades do interior diminuiu, passando de 54,1% em 2000 para 50,9% em 2009.

O processo de interiorização da educação superior, especialmente do setor público, embora não tão expressivo, possui vertente democratizadora, na medida em que a expansão para o interior é necessária como possibilidade de atendimento às demandas resultantes da universalização do ensino fundamental e ampliação do ensino médio que ocorre também fora das capitais.

O próprio texto constitucional, com a redação original de 1988, previa nos Atos de Disposições Transitórias a interiorização da educação superior como estratégia de democratização, conforme segue:

Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Parágrafo único. Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional (BRASIL, 1999).

Apesar das deficiências no atendimento aos grandes centros e das críticas quanto à interiorização da educação superior, sobretudo pelas condições em que se dá essa expansão para o interior, com recursos escassos, especialmente no caso das universidades que articulam ensino, pesquisa e extensão (CUNHA, 2004), é interessante observar que, quando a rede pública aumenta sua parcela de atendimento no interior comparado à das capitais, as privadas diminuem.

Considerando que, *a priori*, as instituições públicas apresentam melhor qualidade que as privadas (CUNHA, 2004), faz-se necessária a busca pela ampliação de educação superior pública. Conforme aponta Oliveira (2009), a expansão desenfreada de instituições privadas somente poderá ser enfrentada com a expansão pública de qualidade com alternativas de atendimento em massa.

A tabela 5 ilustra o aumento das matrículas na rede pública de educação superior no período que abarca os anos de 2000 a 2009:

Tabela 5. Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presencial em IES públicas por organização acadêmica Brasil - 2000 a 2009

Ano	Universid.	%	Centro versit.	Uni- versit.	%	Faculd.	%	CET/ FAT	%
2000	780.166	-	4.618	-	-	78.920	-	23.322	-
2001	816.913	4,7	5.750	24,5	85.723	8,6	30.839	32,2	
2002	915.902	12,1	14.646	154,7	83.992	-2,0	37.115	20,4	
2003	985.465	7,6	16.605	13,4	89.504	6,6	44.796	20,7	

2004	1.022.923	3,8	13.883	-16,4	91.448	2,2	50.074	11,8
2005	1.042.816	1,9	15.757	13,5	89.436	-2,2	44.180	-10,5
2006	1.053.263	1,0	16.510	4,8	91.587	2,4	47.944	8,5
2007	1.082.684	2,8	17.617	6,7	87.634	-4,3	53.033	10,6
2008	1.110.945	2,6	23.110	31,2	98.975	12,9	40.935	-22,8
2009	1.190.596	7,2	13.849	-40,1	91.990	-7,1	54.733	33,7
2000 a		52,6		199,9		16,6		134,7

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

Em termos relativos, o maior crescimento no volume de matrículas na graduação presencial, no período, ocorreu nos centros universitários; em segundo lugar aparecem os centros de educação tecnológica, seguidos das universidades e das faculdades. No entanto, em termos absolutos, o maior crescimento ocorreu nas universidades, que incrementaram 410.430 matrículas a mais no período. Os centros universitários aumentaram, no período, 9.231 matrículas; as faculdades, 13.070; e os CET, 31.411.

Nota-se que a educação tecnológica implementou um quantitativo considerável de matrículas no período. Vale lembrar que, conforme mencionado anteriormente, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Por meio dessa Lei, para a educação superior foram criados 38 institutos de educação tecnológica a partir de processos de transformação e/ou integração de centros federais de educação tecnológica e escolas técnicas. Além desses, foi criada uma universidade tecnológica federal e dois centros federais de educação tecnológica.

Por outro lado, a diferenciação do ensino superior gerada pela adoção de cursos de formação tecnológica, em paralelo aos cursos de bacharelado e licenciatura, tem gerado inquietações por parte da literatura da área. Para Garcia e Lima Filho (2004), os cursos

de educação superior por meio de cursos tecnológicos reforçam a dualidade do sistema de educação no Brasil, uma vez que esses são cursos “[...] de duração reduzida, destituídos de aprofundamento científico e tecnológico, limitados à atividade de ensino dissociada da extensão e da pesquisa, constituindo um modelo de ensino superior de baixo custo, alternativo ao modelo universitário” (GARCIA, LIMA FILHO, 2004, p. 24).

Apesar disso, a possibilidade de adotar um modelo de ensino superior com custos menores implica que é possível pensar em capitalizar o desenvolvimento do sistema público de educação superior por meio do desenvolvimento dos CEFETs e IFETs.

O desenvolvimento da educação tecnológica em instituições federais aparece como alternativa à demanda por educação superior, sendo que, como se trata de instituições públicas, pressupõe-se certa qualidade com relação às privadas, nas quais “a baixa qualidade do ensino ministrado é a regra” (CUNHA, 2004, p. 810). Além disso, a custos menores do que o das universidades, por exemplo.

Cumprе ressaltar que em 2009 havia 680.679 matrículas em cursos tecnológicos, dentre as quais apenas 57.534 se concentravam nas IFES, ou seja, 8,4% do total de matrículas nesses cursos. A grande maioria das matrículas em cursos tecnológicos está concentrada em IES privadas, que em 2009 respondiam por 85% do total de matrículas de cursos superiores de tecnologia¹⁸.

Além das políticas emanadas pelo poder central para a indução do aumento de vagas por meio da instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, observa-se o incentivo à oferta de cursos na modalidade de educação a distância

18 Conforme a Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002, CNE/CP Art. 4º, “Os cursos superiores de tecnologia são de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2011.

(EAD), como é o caso da criação da Universidade Aberta do Brasil, por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Segundo o artigo 1º desse decreto, a finalidade da UAB é a “de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”.

O setor público contava, em 2000, com 1.682 matrículas em cursos de graduação a distância, e em 2009, esse número era igual a 172.696. Apesar do expressivo aumento no volume de matrículas no setor público, seu montante de matrículas representa pouco mais que um quinto da oferta de cursos de graduação nessa modalidade.

De modo geral o sistema de educação superior público apresentou certa expansão no período analisado, no entanto essa não foi suficiente para reverter o quadro de privatização desse nível de ensino no Brasil.

Apesar de limitado, o sistema público ainda apresenta condições de crescimento com a estrutura que possui, conforme pode ser observado, por exemplo, no número de vagas não preenchidas em vestibulares e outros processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação presencial, e da distribuição de vagas no período noturno nas IES.

Tabela 6. Percentual de matrículas no turno noturno e número de vagas ociosas IES públicas por categoria administrativa – Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal
Matrículas no turno noturno (2008*)	37,7%	25,9%	43,5%	71,6%
Vagas ociosas** (2008)	36.725	7.387	4.372	24.966
Vagas ociosas** (2009)	39.551	1.912	10.037	27.602

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

* Dado não disponível para o ano de 2009.

** Refere-se às vagas não preenchidas nos vestibulares e outros processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação presencial expressa pela diferença entre o total de vagas ofertadas e o total de ingressos nos cursos.

Conforme ilustra a tabela 6, em 2008, o número de matrículas em cursos noturnos era de aproximadamente 37,7% do total, sen-

do que apenas as municipais concentravam a maior parte de suas matrículas no noturno. A distribuição de matrículas entre os turnos diurno e noturno estaria melhor delimitada nas estaduais, quando se aproxima da distribuição mais igualitária nos dois períodos, o que em tese poderia viabilizar um melhor aproveitamento da estrutura existente. No mesmo ano, do total de 36.725 vagas ociosas em IES públicas, 24.966 encontravam-se nas IES municipais, as IFES possuíam 7.387 vagas ociosas e as estaduais 4.372.

Em 2009 observou-se que, enquanto as IES estaduais e municipais aumentaram suas vagas ociosas, houve uma significativa redução das mesmas nas federais. Tal redução pode ser decorrência da intensificação de ações nas IFES para ocupação de vagas ociosas, o que se constitui numa das dimensões do REUNI.

Embora a ocupação das vagas ociosas e a ampliação das matrículas no noturno possam gerar o aumento do setor público, o desenvolvimento desse setor somente a partir da estrutura existente fica longe de atender a demanda. Assim, seu avanço só pode ser alcançado a partir de políticas efetivas que promovam sua valorização e expansão, o que implica

[...] um enfrentamento da complexa questão do equacionamento das condições de oferta pública, que abrange desde aspectos relativos à eficiência da gestão no âmbito dos serviços públicos, à diferenciação dos modelos de organização do ensino superior, à utilização das novas tecnologias da informação e as condições de financiamento do ensino superior. Para tal, será necessário implementar resoluta política de valorização do setor público. Entretanto, transformar tal formulação em política prática pressupõe superar desafios complexos, que se iniciam com a construção de uma estratégia comum de valorização do público [...] (OLIVEIRA, 2009, p. 754-755)

Nesse sentido, a forma de garantir que a educação superior possa expandir de maneira qualitativa volta-se para as políticas públicas que devem processar avaliação de seus efeitos no movimento de expansão que tem sido delineado para a educação superior brasileira.

Nuances no movimento de expansão da educação superior no Brasil

O sistema de educação brasileiro tem ampliado seu atendimento em todos os níveis de ensino e, com isso, permitido que novos públicos sejam incluídos em seu interior. Com a inclusão desses públicos, alguns desafios são postos ao sistema, conforme apontam Oliveira e Araujo (2005):

Foram incorporadas parcelas da população que antes não tinham acesso à educação e cujas experiências culturais eram diferentes daqueles que antes constituíam o grupo de usuários da escola, ou seja, com o processo de expansão das oportunidades a escola incorporou as tensões, as contradições e as diferenças presentes na sociedade (p. 8).

Essa massa de egressos da educação básica, cada vez mais heterogênea em termos culturais e econômicos, busca acesso à educação superior. As pressões decorrentes dessa demanda são parcialmente respondidas a partir de um conjunto de ações, que envolvem bolsas, cotas, subsídios, programas de assistência estudantil.

Parte do quantitativo de egressos, ao não ter acesso às IES públicas, busca as privadas, e conta com programas de financia-

mento, como é o caso do FIES e dos programas de bolsas¹⁹, como as ofertadas por meio de programas dos governos municipais, estaduais e do governo federal, a exemplo do PROUNI, além de programas de bolsas das próprias instituições (FACEIRA, 2009).

No caso das privadas, além dos programas de bolsas, algumas dessas instituições “puxam” suas mensalidades para baixo com vistas a abranger mais público e ter condições de competir dentro do setor (BAUER, 2006).

Em linhas gerais, a busca por mensalidades mais acessíveis tem favorecido a proliferação das faculdades privadas, que têm se multiplicado nos últimos anos, conforme se observou nas estatísticas oficiais.

Por outro lado, parte das pressões por acesso às IES, em especial as públicas, se traduz em políticas de ações afirmativas nessas instituições, a exemplo das cotas e de programas de assistência estudantil. A esse respeito, o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior expõe:

Na graduação presencial das IES públicas, do universo de ingressos por processo seletivo, 36.294 ocorreram por meio de programas de reserva de vagas. Entre os tipos de programas de reserva de vagas coletados (étnico, procedente de ensino público, social/renda familiar, pessoa com deficiência e outros), o destaque ficou com o que se destina a alunos “procedentes de ensino público” (69%), seguido do relacionado com identidade étnica com 25% [...] (INEP, 2010c, p. 20).

Outro item que se multiplica são os cursinhos populares preparatórios para os processos seletivos para ingresso no ensino superior (CASTRO, 2005).

19 Segundo informa o Resumo Técnico do INEP (2010c), para cada dez matriculados em instituições privadas, três possuem bolsas de estudos.

Em termos gerais, ações, como programas de assistência estudantil e de cotas, aos poucos favorecem a entrada na educação superior de públicos que anteriormente eram excluídos por barreiras meritocráticas, econômicas ou outras historicamente construídas. No entanto, apesar de sua significativa inserção no contexto brasileiro, essas ações são medidas paliativas e, grosso modo, o não atendimento pelo setor público faz com que aumente o setor privado, que, com mensalidades competitivas, programas de bolsas e de subsídios, apresenta-se como alternativa de atendimento para as demandas existentes.

A tabela 7 traz o percentual de alunos distribuídos por quintos de rendimento familiar *per capita*, para os anos 2002 e 2009:

Tabela 7. Estudantes do ensino superior, da rede pública e da rede particular total e respectiva distribuição percentual por quintos de rendimento familiar *per capita* Brasil 2002 e 2009

Ano	IES	Total*	1º quint	2º quint	3º quint	4º quint	5º quint
2002	Públicas	1.110.966	2,3	4,7	9,9	23,9	59,2
	Particulares	2.821.618	1,2	1,4	5,7	17,6	74,0
2009	Públicas	1.425.000	3,4	7,9	12,6	25,2	50,9
	Particulares	4.653.000	1,5	5,7	12,1	27,4	53,3

Fonte: Elaborada com base nos dados do IBGE (2003b, 2010).

*Com exceção das pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Conforme ilustra a tabela 7, apesar de a grande maioria dos matriculados no ensino superior pertencer às duas parcelas mais ricas da população, pode-se visualizar uma relativa mudança no perfil dos estudantes em termos de rendimento. Enquanto diminuíram os indicadores para as matrículas das parcelas mais ricas da população (último quint), observa-se o aumento dos indicadores para os demais níveis de rendimento. Em 2002, do total de estudantes matriculados em IES públicas e privadas, 16,9% e 8,3%, respectivamente,

pertenciam à parcela de estudantes do primeiro ao terceiro quinto. Já em 2009 esses índices passaram a ser iguais a 23,9% e 19,3% do total de estudantes.

Em termos absolutos, no ano de 2002, do total de estudantes matriculados na educação superior, 421.947 pertenciam à parcela referente aos três primeiros quintos de rendimento familiar *per capita*. Em 2009 esse número passou a ser igual a 1.238.604, num crescimento de 93,5% para esse indicador. Observa-se que o quantitativo total de estudantes cresceu aproximadamente 54,5%.

É importante notar que a maior mudança na distribuição de estudantes por rendimento *per capita* ocorreu no setor privado, sendo que em 2009 quase um quinto do seu alunado possuía rendimento familiar *per capita* junto aos três primeiros quintos de rendimento.

Do total de estudantes matriculados em 2009, verifica-se que 118.245 estavam entre os 20% mais pobres da população, ou seja, pertenciam ao 1º quinto de distribuição de rendimento, sendo que desses, 48.450 estavam matriculados em IES públicas e 69.795 em IES privadas.

Parte desse conjunto é formada por trabalhadores das classes populares, que estudam no período noturno, depois de terem cumprido sua jornada de trabalho, muitos com média de idade acima de trinta anos (BAUER, 2006).

Nesse sentido, embora a educação superior no Brasil esteja muito longe de ser universal, quando as taxas de matrícula bruta e líquida ainda estão em torno de 25,8% e 14,6% respectivamente, a inclusão de públicos como esse, conforme já enunciado, traz contradições inerentes aos processos de expansão de qualquer nível de ensino. Os desafios são postos especialmente para o trabalho docente, que precisa ser pensado a partir de novos parâmetros que atendam as particularidades dos públicos que vão sendo inseridos.

Junto às contradições, o aumento das oportunidades de escolarização da população traz a questão da qualidade para o centro dos debates. Nesse sentido, Beisiegel (2002) explicita:

Se os alunos das escolas primárias, médias, ou mesmo em parte das escolas superiores não produzem de acordo com as expectativas do professor, se as bases culturais da maioria da clientela dificultam o rendimento esperado, a possibilidade de encaminhamento de respostas para estes desencontros talvez implique uma reorientação dos padrões de expectativas vigentes. Em outras palavras é possível que as soluções não devam ser procuradas, por exemplo, na reprovação maciça ou na progressiva eliminação dos alunos “atrasados”, mas na busca de procedimentos que possibilitem extrair da situação de ensino os melhores índices de rendimento esperáveis tendo em conta as condições dadas. É possível que esta nova escola, com esta nova clientela e com suas novas funções sociais implique também um conceito diverso de qualidade do ensino. Como chegar à formulação deste novo conceito ou como obter essa qualidade é uma questão de pesquisas e, principalmente, de imaginação criadora do educador. Mas, certamente, **a primeira condição para o êxito deste empreendimento está na aceitação dos problemas colocados por esta nova escola como desafios legítimos** (p. 40-41, grifos do autor).

Nesse sentido, embora a expansão do sistema educacional seja permeada por contradições estruturais, quando novos públicos se inserem, volta-se ao conceito de qualidade de Gramsci (1974), para o qual só é possível obter qualidade a partir da quantidade. Assim, a expansão das oportunidades educacionais na educação superior e as contradições decorrentes desta se constituem em assunto para as pesquisas e desafio para as políticas públicas.

O Programa Reuni no movimento de expansão

Na presente seção trata-se do Programa REUNI no processo de expansão da educação superior, e para tanto explicita-se o cres-

cimento das IFES em termos de matrículas, cursos e instituições.

As universidades federais representam 55% do conjunto de universidades públicas e 29,6% do total de universidades brasileiras. Dos cursos ofertados em universidades, 27,9% concentram-se nas federais, que reúnem 25,7% do total de matrículas em cursos de graduação presencial em universidades no Brasil. As federais concentram o maior percentual de matrículas em universidades públicas, com um total de 58,6%.

Segundo expõe a tabela 8, as universidades federais contavam, em 2009, com 55 instituições que congregavam 696.693 matrículas em cursos de graduação presencial, distribuídas em 3.868 cursos.

Tabela 8. Evolução do número de instituições, cursos e matrículas em universidades federais Brasil – 2000 a 2009

Ano	Universidades Federais	%	Cursos*	%	Matrículas*	%
2000	39	-	1.861	-	459.011	-
2001	39	-	1.940	4,2	471.989	2,8
2002	43	10,3	2.047	5,5	500.459	6,0
2003	44	2,3	2.078	1,5	527.719	5,4
2004	46	4,5	2.102	1,1	533.892	1,2
2005	52	13,0	2.156	2,6	549.171	2,9
2006	53	1,9	2.464	14,3	556.231	1,3
2007	55	3,8	2.660	8	578.536	4
2008	55	-	2.822	6,1	600.772	3,8
2009	55	-	3.868	37,1	696.693	16
2000 a 2009		41,0		107,8		51,8

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

* Graduação presencial.

Pode-se notar, por meio dos dados da tabela 8, que do ano 2000 ao ano 2009 foram criadas 16 universidades federais, o que representou um crescimento de 41% no número dessas instituições. Quanto ao quantitativo de cursos de graduação presencial, houve aumento em 107,8%, resultando em um acréscimo de 51,8%

das matrículas nesses cursos, que em termos absolutos representa 237.682 novas matrículas.

Observa-se ainda que nos anos de 2002 e 2005 houve os mais altos índices de crescimento no número de IFES, sendo que em 2002 foram quatro IFES a mais, com relação ao ano anterior, e em 2005 foram incrementadas mais seis IFES, totalizando 52 universidades.

Por outro lado, o maior crescimento percentual no número de cursos ocorreu em 2006 e em 2009. A criação das universidades em 2005 refletiu no maior aumento no número de cursos em 2006, uma vez que estas foram instituídas em 2005 com início das atividades em 2006. Em 2009 foram criados vários cursos no contexto do Programa REUNI.

Os mais altos percentuais de crescimento das matrículas na graduação presencial ocorreram nos anos de 2002, 2003 e 2009.

As políticas para a expansão da educação superior emanadas pelo poder público contribuíram para a ampliação do número de matrículas, cursos e IFES no período em tela. Como exemplo, pode-se citar o programa de Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior (GED), instituído pela Lei 9.678, de 3 de julho de 1998.

Essa Lei trazia, no §2^a do artigo 1^o, a seguinte redação: “A pontuação será atribuída a cada servidor em função da avaliação de suas atividades na docência, na pesquisa e na extensão, observado o seguinte: I – dez pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte pontos” (BRASIL, 1998).

Ao atribuir pontos às atividades de docência, em termos de número de aulas ministradas, o referido programa trouxe modificações para a organização e distribuição do trabalho docente, que acarretou no aumento das matrículas e uma maior relação de alunos matriculados por docente (GOMES, MORAES, 2009; SGUISARDI, SILVA JUNIOR, 2009).

Se a GED causou impacto no quantitativo de matrículas pelo aumento no número de aulas por docente, é provável que tenha sido de maneira mais significativa apenas nos primeiros anos de sua implementação, uma vez que o acréscimo no número de aulas era limitado a 12 horas semanais para efeitos de contagem com vistas à atribuição de pontos no contexto da GED. Essa lei foi revogada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Outro fator que influenciou no acréscimo de matrículas nas universidades federais, de 1999 até o ano de 2002, reside nas formas de financiamento adotadas à época pelo governo central, conforme explicita Amaral (2005):

Desde 1999, na gestão Paulo Renato como ministro da Educação, passou-se a aplicar outro modelo apoiado numa modelagem desenvolvida na Inglaterra, dividida em duas fases: *atividades de ensino e atividades de pesquisa*. As primeiras consideram os alunos da instituição – graduação, mestrado, doutorado e residência médica. Já a parcela relacionada à *pesquisa* leva em conta os docentes envolvidos com a pós-graduação, nos programas avaliados pela CAPES com nota igual ou superior a três. Passou a ser, portanto, importante para as escolas o aumento no número de estudantes, por ser altamente valorizado nessa metodologia (p. 87).

O aumento dos recursos a serem repassados estava atrelado ao aumento das matrículas. Conforme Amaral (2005), praticamente não havia acréscimo nos montantes destinados a estes investimentos de um ano para outro, de modo que a ampliação dos repasses a uma instituição implicava na redução dos recursos repassados para outra instituição.

A expansão das universidades federais, dentro dessa lógica, deu-se de maneira desigual, o que aprofundou as diferenças entre essas instituições.

De maneira geral, essas políticas foram capazes de induzir crescimento no número de matrículas na educação superior, no entanto, conforme aponta Amaral (2005), a expansão, além de não ser acompanhada dos recursos necessários, conformou com a supervalorização da dimensão ensino em detrimento das demais dimensões da instituição universitária, particularmente a pesquisa.

As universidades implementadas a partir de 2003 foram criadas no contexto do Programa de Expansão das Universidades Federais (Expandir), emanado do poder central, cujo objetivo é a criação de novas universidades e a implementação de novos *campi*.

O programa Expandir começou a ser implementado, em primeira fase, no período de 2003 a 2008, com a criação de dez novas universidades federais (MEC, 2009). Dentre essas universidades, foi criada a UFGD, no ano de 2005, por desmembramento do *campus* de Dourados da UFMS.

O aumento no número de instituições, além da ampliação do quantitativo de *campi* universitários²⁰, trouxe maior impacto no número de matrículas em 2007, 2008 e 2009. Nesse período houve um incremento de 118.157 matrículas nessas IES.

Por sua vez, o aumento no número de matrículas e cursos a partir de 2008 ocorreu no contexto do Programa REUNI, que aparece como uma segunda fase do programa Expandir (MEC, 2009), com início em 2008 e vigência até o ano 2012.

Observa-se que o maior crescimento no número de matrículas no período ocorreu em 2009, que apresentou 95.921 matrículas a mais que no ano anterior.

No caso da GED e do modelo de financiamento para as IFES até 2002, os investimentos eram vinculados ao número de aulas

20 Nesse sentido ver: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_ifesconv.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

por docente e o quantitativo de alunos na instituição. No caso do REUNI, os investimentos são vinculados às ações nos Planos Institucionais, que buscam alcançar as metas de 18 alunos por professor e de 90% de conclusões nos cursos de graduação presencial.

Ao focar a questão da expansão da educação superior, é possível inferir que as medidas adotadas no período se traduziram em ações concretas, uma vez que as estatísticas oficiais apontam para um crescimento real das instituições federais e das suas matrículas. Houve o crescimento em 41% no número de IFES, 107,8% nos cursos e de 51,8% no quantitativo de matrículas no período que abarca os anos de 2000 a 2009.

Embora esses dados não alterem o quadro de privatização das matrículas na educação superior brasileira, pode-se observar o processo de implementação das políticas nacionais focadas na expansão do setor público. No entanto, é preciso verificar em que condições ocorreu a expansão com base nessas políticas.

Reuni: o que e quem propõe?

Para adesão ao Programa REUNI, as universidades elaboraram seus Planos Institucionais com base nas diretrizes emanadas pelo decreto que o instituiu. As principais metas diretivas do programa são: “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007).

No que tange à reestruturação acadêmica, as diretrizes do REUNI estão organizadas da seguinte forma:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período

noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Com base nessas diretrizes, todas as universidades que aderiram ao REUNI devem aumentar o número de cursos noturnos, implantar sistema de créditos e favorecer a mobilidade acadêmica, além de diversificar os seus modelos, o que evitaria a profissionalização precoce e especializada. Essa última pode ser viabilizada através da adoção de ciclos de formação comum, sendo o inicial de formação mais geral e os demais para a formação específica.

O Programa REUNI foi lançado no contexto do PDE, como uma das ações voltadas para a expansão da educação superior. Segundo o documento intitulado “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas”, publicado pelo MEC em 2008:

[...] O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Em linha com proposta da Associação Nacional dos Dirigentes

das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), feita em 1997, o REUNI, mediante investimento maciço na educação superior, pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação [...] (MEC, 2008, p. 27).

Em notícia publicada em 15 de janeiro de 2008 no portal da Andifes²¹, Gustavo Balduino, secretário executivo da associação, afirma:

[...] a Andifes formalizou junto ao presidente Lula uma proposta para dobrar o número de alunos nas universidades federais, sem comprometer a qualidade e priorizando cursos noturnos, formação de professores para a educação básica e a superação das desigualdades regionais [...] (BALDUINO, 2007).

Consta ainda, na referida notícia, que este documento embasou a formulação do Programa REUNI, instituído por meio de decreto em abril do ano 2007, para o qual todas as universidades federais existentes à época aderiram, responsabilizando-se pelo alcance gradativo das metas estabelecidas no documento até o ano de 2012 a partir das diretrizes do programa.

Observa-se, portanto, a participação da Andifes como uma das principais interlocutoras do governo na elaboração e implementação do programa REUNI.

Conforme mencionado anteriormente, o REUNI foi instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo declarado de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

21 Nesse sentido ver <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=248:reuni&catid=50&Itemid=100017>. Acesso em: 20 nov. 2010.

Foi nomeado um grupo assessor, por meio da Portaria nº 552 SESU/MEC, de 25 de junho de 2007, responsável pela elaboração do documento intitulado “Diretrizes Gerais”, de agosto de 2007. Esse grupo é formado pelos seguintes integrantes: Alex Bolonha Fiúza de Mello (reitor da Universidade Federal do Pará), Antônio Carlos Pedroza (assessor do reitor da Universidade de Brasília), Leandro R. Tessler (assessor especial da Administração Superior da Universidade Estadual de Campinas), Luis Davidovich (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo (Ministério da Educação), Murilo Silva de Camargo (decano de graduação da Universidade de Brasília), Naomar Monteiro de Almeida Filho (reitor da Universidade Federal da Bahia), Orlando Afonso Valle do Amaral (pró-reitor de planejamento e finanças da Universidade Federal de Goiás), Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha (sub-secretário de planejamento do MEC), Paulo Speller (reitor da Universidade Federal de Mato Grosso), Ricardo Siloto da Silva (pró-reitor de administração da Universidade Federal de São Carlos), Roberto da Silva Fragale Filho (Comitê Científico do INEP), Rodrigo de Araújo Ramalho Filho (SESU/MEC).

Pode-se perceber que há a presença de três reitores e dois assessores de reitor, sendo que todos os demais membros têm inserção em administração universitária, tendo passado por funções administrativas como pró-reitorias, ou coordenadorias gestoras, e ainda representantes dos segmentos do ministério da educação.

Verifica-se na constituição desse grupo assessor a falta de representatividade de outros segmentos da comunidade interna das IFES, como de sindicatos de docentes e da representatividade estudantil, o que se aplica também aos seminários que vêm ocorrendo para acompanhamento das ações do REUNI

Desde a instituição do Programa REUNI no ano 2007, foram realizados seminários em nível nacional para acompanhamento do programa, sendo que o último foi realizado no ano 2010.

No VIII Seminário Nacional do REUNI, ocorrido em janeiro de 2010 em Brasília, reunindo reitores, vice-reitores e pró-reitores de universidades federais brasileiras, observou-se a defesa por adoção ao sistema de ciclos de formação.

Este seminário foi realizado com o objetivo de levantar discussões acerca da expansão da educação superior no período de 2011 a 2020 de modo a gerar subsídios para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação. As discussões no seminário originaram cinco documentos²² com diretrizes, metas e indicadores para: expansão das instituições federais de educação superior; sistemas de financiamento das IFES; gestão e transparência nas IFES; modelos acadêmicos e formações; e papel das IFES.

No seminário, a expansão das IFES foi o tema prioritário. Nas contribuições apresentadas pelos participantes para os modelos acadêmicos e de formação foram apresentadas várias propostas para a adoção de regimes curriculares baseados em ciclos de formação, sem deixar de considerar relevante o reconhecimento da equivalência entre os diversos modelos e as diferentes modalidades acadêmicas. Também apresentaram propostas para a superação do sistema departamental, apontado como rígido por sua organização disciplinar, devendo este ser substituído pelo regime de ciclos para uma formação interdisciplinar.

Observa-se, assim que as propostas dos formuladores institucionais, que participaram desse seminário, que por sua vez são

22 Nesse sentido ver: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=141:viii-seminario-nacional-do-reuni-universidades-federais-consolidacao-e-expansao&catid=44:seminarios-reuni&Itemid=82>. Acesso em: 03 ago. 2010.

vinculados à Andifes, estão alinhadas com as propostas constantes no decreto que instituiu o Programa REUNI, sendo que não se observou alterações substantivas nas propostas do programa, mas sim estratégias para o alcance das metas estabelecidas originariamente no decreto que o instituiu.

Diferentemente da Andifes, o ANDES se posicionou contrariamente à adesão do REUNI pelas universidades, à época em que se publicou o decreto que instituiu o programa.

No referido ano o sindicato dos docentes publicou vários informes criticando duramente o Programa REUNI e sua adesão pelas universidades federais brasileiras. O movimento docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) impetrou mandado de segurança para cancelar a adesão ao programa nessa universidade, na qual também houve a ocupação da reitoria por estudantes que eram contrários à forma como foi conduzida a adesão ao REUNI na universidade²³.

Da mesma forma, apesar das controvérsias²⁴, se houve ou não movimento articulado com a União Nacional dos Estudantes (UNE), sabe-se que em 2007 ocorreram protestos, com a ocupação de pelo menos três reitorias por estudantes²⁵, em favor da não adesão ao REUNI pelas respectivas IFES, ou com reivindicação de mais discussões antes de sua adesão.

Verifica-se, na constituição do grupo assessor e dos representantes dos seminários de acompanhamento do REUNI, características de formulação de políticas com ênfase na base de poder de

23 Nesse sentido ver: <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4909>>. Acesso em: 4 dez. 2010.

24 Em entrevista do então presidente da UNE, este se posicionou favorável ao Programa REUNI. Nesse sentido ver: <http://www.une.org.br/home3/educacao/educacao_-_2010/m_17965.html>. Acesso em: 19 nov. 2010.

25 Nesse sentido ver: <<http://www.universia.com.br/universitario/materia.jsp?materia=14720>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

seus formuladores, reitores, pró-reitores, para garantir sua adesão no contexto dos demais setores (OFFE, 1990, p. 52).

No entanto, a falta de representatividade maior de outros segmentos, como os sindicatos de docentes e a união estudantil, na elaboração das diretrizes do REUNI, bem como as ações decorrentes de seu encaminhamento nas IFES, contribuíram para a menor aceitação do programa por esses setores.

Mediante a divisão de opiniões de alguns dos atores institucionais, observa-se que, apesar dos ganhos em termos de expansão de vagas e da criação de novos cursos, as universidades federais vivenciam as coerências e as incongruências de adesão ao Programa REUNI. Ressalta-se que todas as universidades existentes em 2007 aderiram a esse programa.

Reuni: por que e para quê?

As universidades federais, ao aderirem ao Programa REUNI, assinaram um compromisso de metas, cujo alcance gradual garante a liberação, também gradual, dos recursos previstos no orçamento constante nos planos elaborados por estas.

Dessa forma o cumprimento das metas do programa é atrelado ao financiamento, de modo que os contratos de gestão assinados pelos reitores das IFES garantem a contrapartida ao investimento em custeio e infra-estrutura das universidades no âmbito do Programa REUNI.

O Programa REUNI, ao estabelecer metas de conclusão e de ocupação de vagas ociosas, além da ampliação da oferta de vagas no período noturno, pretende otimizar o sistema a partir da estrutura já existente, conforme estabelecido em suas diretrizes gerais (MEC, 2007).

Para considerar a possibilidade de aproveitamento de toda a estrutura na universidade nos períodos noturno e diurno, seria

necessário distribuir as matrículas de maneira igualitária nos dois períodos.

No ano de 2008, quando teve início a implantação do REUNI nas IFES, havia uma distribuição desigual de matrículas nos turnos noturno e diurno²⁶, que se dava da seguinte forma: 25,9% de suas matrículas no noturno e as demais, 74,1%, no diurno.

A título de exemplo, do total de matrículas em universidades federais em 2008, 453.188, estavam concentradas no diurno e 147.584 no noturno. O aumento das matrículas no noturno para igualar ao diurno representaria um acréscimo de 50,9% do montante de matrículas em universidades federais.

Sabe-se que, devido às peculiaridades de cada curso, nem sempre é possível ter a mesma estrutura para todos os cursos no diurno e noturno de maneira igualitária. No entanto, é possível pensar em formas de se aproveitar a estrutura existente de maneira mais otimizada com a ampliação de vagas no período noturno.

Em 2009, as universidades federais tiveram um quantitativo de 2.276 vagas ofertadas para ingresso que não foram preenchidas nos vestibulares e outros processos seletivos. Essas vagas ociosas representavam cerca de 0,3% do total de matrículas em cursos de graduação presencial nas universidades federais no ano de 2009. Em 2008 esse percentual era de aproximadamente 1%.

Além do vestibular, do ENEM e de outros processos seletivos, as universidades vêm adotando outros processos para ingresso nos cursos, como admissão de diplomados, reingresso, entrevistas, avaliação de currículo, de modo que as vagas ociosas vêm sendo ocupadas. Em 2009 ingressaram 14.453 alunos por meio desses outros processos de admissão. Observa-se que esses ingressos, além de

26 Os dados referentes à distribuição de matrículas no noturno e diurno não estão disponíveis no Censo da Educação Superior para o ano de 2009.

ocuparem as vagas que sobraram dos processos seletivos, ocupam as vagas resultantes de exclusão de alunos no decorrer do curso, e de aumento de vagas nos cursos.

A considerável diferença entre o número de ingressos e o número de matriculados no curso pode oferecer uma noção do quantitativo de retenções de alunos nesses cursos em universidades federais. Em 2009 houve uma média de 47,8 ingressos por curso, considerando um total de 184.708 ingressos em 3.868 cursos de graduação presencial. Em 2008 essa média era igual a 39.

Esses dados sinalizam que o quantitativo de alunos por sala, nessas turmas de ingresso, é relativamente grande, o que dificulta pensar em aumentar vagas, a partir das ofertadas para ingresso.

Cotejando-se os números referentes às conclusões em 2009 e os referentes aos ingressos em 2006, verifica-se que, em média, 66,3% dos ingressantes concluíram o curso em quatro anos. Se forem considerados os ingressos de cinco anos antes, esse percentual é igual a 75%.

Possivelmente esses dados são resultantes, tanto do quantitativo de evasões, quanto das retenções nos cursos de graduação presencial nas IFES. Nesse sentido, é possível pensar em capitalizar o aumento das matrículas por meio de políticas de combate à evasão e de correção de fluxo.

Em 2009 havia uma média de nove alunos matriculados por função docente em exercício nas IFES. Se excluirmos desse cálculo as funções docentes de “tempo parcial” e de “horista”, esse percentual passa a ser igual a 12,2 alunos por professor.

O ano de 2009 foi o segundo ano para implementação do Programa REUNI e, portanto, alguns indicadores já sofreram alterações, a exemplo do quantitativo de vagas ociosas. Além disso, houve a contratação de um número significativo de docentes nessas IES e cursos novos, que ainda não haviam formado nenhuma turma.

Sabe-se que os números verificados não consideram a matrícula projetada, no entanto esses indicadores podem dar uma ideia da capacidade de utilização da estrutura do sistema de universidades federais brasileiras.

Diante disso, verifica-se que as universidades federais ainda possuem um relativo potencial de crescimento em suas matrículas, a partir da estrutura existente. Esse crescimento, apesar de limitado, pode ir ao encontro de uma crítica histórica de ineficiência das IFES que tiveram que enfrentar a divulgação sistemática de elevados valores para o custo dos alunos dessas instituições (AMARAL, 2003, 2008; CUNHA, 1989a).

Quanto a algumas dessas críticas, Cunha (1989a) aponta que:

Trata-se das críticas que os privatistas, com impressionante apoio governamental, vêm desfechando contra o que chamam de desperdício de recursos nas universidades públicas. Tabelas comparativas com as relações entre o número de estudantes e o de professores e de funcionários técnico-administrativos têm sido construídas, de modo a servirem de apoio a artigos que mostram as universidades públicas funcionando como cabides de empregos, ao contrário das universidades privadas, particularmente as chamadas **comunitárias**. Pretendem, assim, convencer a opinião pública de que os recursos governamentais estariam melhor empregados nestas mais do que naquelas universidades. Não é o caso de comentar, aqui, a impropriedade dessas relações, nem do fato de seus beneficiários omitirem, freqüentemente, questões da maior importância, como a qualidade do ensino e a produção de ciência, de cultura e de tecnologia. Queremos, isto sim, destacar um elemento que não tem sido apontado: o simples fato de se atacar e se defender, em função do número de estudantes por docentes e funcionários, a produtividade da universidade, já significa uma referência à antiga e dominante (senão exclusiva) função — o ensino, uma regressão institucional, se se considera a nova identidade que vinha se firmando nos anos 70 (p. 8).

As metas do REUNI (90% de conclusões e 18 alunos por professor) impactam diretamente a eficiência do sistema, uma vez que esse não é utilizado em todo o seu potencial. No entanto, conforme explicitou o trecho de Cunha (1989a), pelo fato das universidades possuírem a tripla função de ensino, pesquisa e extensão, têm especificidades que devem ser consideradas quando se propõe sua expansão.

Algumas das críticas ao REUNI, tanto por parte da literatura da área, quanto por parte do ANDES²⁷, focam as metas do programa e as possíveis estratégias para alcançá-las. A análise desses críticos aponta para a possível precarização do trabalho docente devido à lotação de salas de aula e ao elevado índice de conclusões de cursos no interior das IFES. Além, é claro, da sobrecarga de atividades de ensino para o docente, que se daria em detrimento das demais, e em especial das de pesquisa.

Assim, se por um lado é importante que haja um melhor aproveitamento dos recursos públicos, e nesse sentido a busca de eficiência com a estrutura existente traz economia de recursos que poderão ser melhor aproveitados com o atendimento de contingentes maiores, por outro lado há que se refletir sobre qual tipo de expansão se pode processar em torno de metas como as que propõem o Programa REUNI. Observa-se que essas metas foram incorporadas como estratégia para ampliação da educação superior no projeto de Lei que trata do novo Plano Nacional da Educação, com vigência para os próximos dez anos e que tramita no Congresso Nacional.

Reuni: seus críticos

Conforme mencionado no decorrer desse trabalho, o Programa REUNI sofreu intensas críticas, especialmente por suas metas

27 Conforme se explicitará na próxima seção.

de conclusão e da relação alunos/docentes. As polêmicas em torno do programa podem ser visualizadas na literatura da área e em publicações do sindicato dos docentes.

Para alguns críticos, o cumprimento das metas do REUNI seria inviável, já que acarretaria a precarização do trabalho docente e o comprometimento da qualidade do ensino ofertado (ANDES, 2007; LIMA, AZEVEDO, CATANI, 2008; LÉDA, MANCEBO, 2009; CHAVES, MENDES, 2009).

A ANDES, por sua vez, demonstrou-se contrária à adesão das IFES ao REUNI, conforme publicação em seu *site* institucional datada de agosto de 2007. O denominado “Dossiê REUNI” (ANDES, 2007), publicado pela ANDES, é composto por uma série de notas, informes e artigos, que apresentam críticas à relação entre a estrutura acadêmica, proposta nas diretrizes do Programa REUNI, com o modelo de “Universidade Nova” que é semelhante ao adotado no Processo de Bolonha. O modelo de educação superior no Processo de Bolonha se configura como um espaço de formação em nível superior competitivo organizado em ciclos de formação.

No Dossiê REUNI, além das críticas quanto à reestruturação acadêmica, há ainda a crítica aos percentuais de recursos vinculados ao programa, considerando que o programa prevê um aumento de 20% no orçamento das universidades e, por outro lado, espera obter um aumento em 100% das vagas nestas universidades, de modo que o investimento fica aquém da necessidade de readequações em termos de estruturação para esse aumento nas vagas.

O dossiê aponta, inclusive, que o cumprimento das metas impostas pelo decreto que instituiu o Programa REUNI, de 18 alunos por professor e de 90% de conclusões, poderá comprometer seriamente o trabalho docente devido à lotação de salas de aula e aos mecanismos adotados para alcançar os altos índices de conclusão.

Na linha de correlação do Programa REUNI com o modelo de “Universidade Nova”, Lima, Azevedo e Catani (2008) publicaram um estudo que aponta a influência do modelo europeu, nas recentes tentativas de reforma da educação superior no Brasil. Para estes autores, a adoção do modelo semelhante ao adotado no Processo de Bolonha seria viabilizada por meio do Programa REUNI. Este estudo discute as implicações do possível abandono do modelo Humboldtiano de universidade e da necessidade de se discutir o projeto de país para, então, levantar o debate acerca da reforma universitária (LIMA, AZEVEDO, CATANI, 2008).

Para Mancebo e Léda (2009), além da precarização do trabalho docente em torno das metas do REUNI, ainda se observa que os recursos não são compatíveis com a expansão proposta no programa, ficando aquém da necessidade das IFES.

Essas autoras apontam que os efeitos deste programa “[...] poderão aprofundar o quadro de precariedade em que se encontram muitas IFES, comprometer a qualidade do ensino ministrado e intensificar a exploração do trabalho docente [...]” (LÉDA, MAN-CEBO, 2009, p. 52).

Chaves e Mendes, em trabalho publicado em 2009, explicitaram preocupações com relação aos modelos de contrato de gestão, por meio do Acordo de Metas que as universidades federais assinaram ao aderir ao Programa REUNI. Uma vez que a liberação de recursos está atrelada ao cumprimento destas metas, as pesquisadoras questionam se “essa política de expansão transformará as universidades públicas federais em organizações ‘prestadoras de serviços’ com estrutura de gestão voltada para a arbitragem de contratos” (CHAVES, MENDES, 2009, p. 65-66).

Para Amaral (2009), os mecanismos utilizados pelo governo, que oferece financiamento em troca do cumprimento de seus ob-

jetivos, como é o caso dos contratos de gestão do REUNI, ferem a autonomia universitária. Conforme Amaral (2010):

A imposição de contratos de gestão se constitui em uma forte ingerência do governo nas universidades, quando elas são obrigadas a atingirem metas que não foram por elas estabelecidas; não há a garantia de que o cumprimento dessas metas, discutidas e estabelecidas pelos governantes, significará o melhor caminho a ser seguido pelas universidades (p. 334).

Sguissardi (2008) e Cunha (2007) analisam a expansão da educação superior pela via do REUNI. Os dois entendem a importância desse programa para impulsionar o quantitativo de matrículas no setor público. No entanto, o primeiro explica:

A multiplicação dos *campi* das IFES, a criação recente de mais 12 universidades federais em diversos estados do Brasil, beneficiando importantes regiões metropolitanas, mas especialmente do interior do país, e, certamente, o REUNI deverão ter importante impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal. Mas, infelizmente, seu efeito sobre a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas será diminuto diante do muito mais expressivo crescimento do setor privado, especialmente representado pelo sub-setor particular ou privado/mercantil (SGUISSARDI, 2008, p. 996).

Cunha (2007) aponta as possibilidades de expansão do sistema federal de educação superior por meio do REUNI. Para esse autor:

O conjunto de medidas denominadas Plano de Desenvolvimento da Educação incluiu o Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(REUNI). Sem embargo de diretrizes de duvidosa eficácia, como a de apoio à “modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada”, isto é, o bacharelado interdisciplinar, o programa prevê apoio financeiro aos projetos de universidades que se dispuserem a reduzir as taxas de evasão, preencher as vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente por não levar em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior (p. 821).

Nesse sentido, ao se focar a expansão, observa-se a importância do programa no sentido de ampliar o alunado nas IFES. No entanto, preocupações no entorno do Programa REUNI se voltam principalmente para a manutenção da qualidade desse nível de ensino nessas instituições, sendo que todas as universidades existentes no ano de 2007 ou aderiram ao programa ou já foram criadas no âmbito do REUNI, como é o caso da Universidade Federal do ABC (MEC, 2009).

Nesse sentido, apesar de as convergências presentes na política de educação superior sinalizarem para a expansão das instituições federais, permanecem e se intensificam as tensões acerca da qualidade da educação superior, que se constitui como a grande questão a ser resolvida nos próximos anos. Não se pode deixar de considerar, no entanto, que os debates não podem se pautar em modelos de elite do passado, quando se propõe a reflexão de uma educação que se expande e se massifica.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM MATO GROSSO DO SUL NOS ANOS 2000

O estado de Mato Grosso do Sul originou-se a partir da divisão do estado de Mato Grosso (MT) em 11 de outubro de 1977 (GRESSLER, VASCONCELOS, 2005). O MS localiza-se na região Centro Oeste do Brasil, com fronteiras com os estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e com Paraguai e Bolívia.

Com uma área de 357.124,962 km² e população estimada em 2007 de 2.265.021 habitantes, o MS tem na pecuária e na agricultura suas principais fontes econômicas, sendo suas principais cidades Dourados e Corumbá, além da capital, Campo Grande (PORTAL MS, 2010).

Ainda que com índices menores que o registrado no contexto nacional, a educação superior em Mato Grosso do Sul tem apresentado significativa expansão que aqui será analisada com dados a partir dos anos 2000.

No ano de 2009, o sistema de educação superior de Mato Grosso do Sul comportava 41 IES com 431 cursos de graduação presencial com 65.141 matrículas em cursos de graduação presencial e 22.493 matrículas em cursos de graduação a distância (INEP, 2010b).

Das 41 IES localizadas no estado, observam-se cinco universidades, sendo três públicas e duas privadas. Das universidades

públicas, duas, UFMS e UFGD, são mantidas pela União, e uma, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), é mantida pelo poder público estadual.

A UFMS, até 2000, possuía apenas a sede na capital do estado e mais três *campi* localizados no interior do estado, a saber: o de Dourados, o de Corumbá e o de Aquidauana. A partir dos anos 2000, ampliou sua atuação no estado implantando mais oito *campi* no interior.

Em 2001 foram implantados os *campi* de Coxim e de Paranaíba. Em 2006, no contexto do programa Expandir, a UFMS implantou mais dois *campi* no interior do estado, nas cidades de Chapadão do Sul e de Nova Andradina, e em 2009 mais três, nas cidades de Bonito, Naviraí e Ponta Porã (UFMS, 2009).

A UFGD, por sua vez, foi criada em 2005, também no contexto do programa Expandir, a partir do desmembramento do *campus* de Dourados da UFMS.

A UFMS e a UFGD aderiram o Programa REUNI e passaram por processo de reestruturação de acordo com seus planos institucionais elaborados a partir das diretrizes emanadas pelo Decreto 6.096/2007.

Diante disso se observa a significativa inserção do MS no conjunto das políticas públicas para a educação superior, particularmente as voltadas para a expansão do parque universitário federal.

Neste capítulo objetiva-se explicitar a construção dos planos institucionais das universidades federais localizadas no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, em primeiro lugar analisa-se o movimento de expansão da educação superior no estado nos anos 2000. Em segundo lugar, descreve-se o desenvolvimento do parque universitário federal do MS. Finalmente, busca-se caracterizar os planos institucionais das universidades federais do MS.

O movimento de expansão da educação superior em MS

Da mesma forma como ocorre no cenário nacional, em Mato Grosso do Sul o movimento de universalização do ensino fundamental também ocasionou a ampliação do acesso e permanência no ensino médio. As conclusões no ensino médio geram a cada ano novas demandas para ingresso no ensino superior, além da demanda represada já existente de anos anteriores.

A tabela 10 apresenta dados acerca do número de vagas ofertadas, de inscritos em vestibulares e outros processos seletivos para ingresso em cursos de graduação presencial, além do número de ingressos nesses cursos, no período que abarca os anos de 2000 a 2009.

A título de exemplo, verifica-se que, de acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica publicado pelo INEP, a média de concluintes do Ensino Médio a partir dos anos 2000 é de aproximadamente 18.500 concluintes por ano.

A tabela 9 ilustra a evolução no número de vagas ofertadas e de inscritos nos processos seletivos e ingressos em IES a partir dos anos 2000 em Mato Grosso do Sul:

Tabela 9. Evolução do número de vagas ofertadas; inscritos e ingressos nos cursos de graduação presencial (vestibular e outros processos seletivos) Mato Grosso do Sul - 2000 a 2009

Ano	Vagas ofertadas	%	Inscritos em vestibulares e processos seletivos	%	Ingressos	%
2000	18.319	-	62.244	-	15.380	-
2001	21.356	16,6	76.658	23,2	17.485	13,7
2002	24.279	13,7	67.937	-11,4	18.690	6,9
2003	27.491	13,2	81.022	19,3	20.981	12,3
2004	28.554	3,9	85.397	5,4	20.145	-4,0
2005	30.889	8,2	81.726	-4,3	21.296	5,5
2006	32.766	6,1	74.699	-8,6	20.712	-5,4
2007	32.463	-0,9	68.336	-8,5	19.701	-4,9
2008	34.068	4,9	70.886	3,7	18.298	-7,1
2009	36.779	8,0	62.488	-11,8	16.748	-8,5
2000 a 2009		100,8		0,4		8,9

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

No período em tela houve um aumento em 100,8% do total de vagas ofertadas, 0,4% nas inscrições dos processos seletivos e de 8,9% no número de ingressos.

Apesar da média de 18.500 concluintes no ensino médio por ano, observa-se que o número de inscritos nos processos seletivos é mais que o triplo. Junto aos concluintes do estado há a demanda de egressos do ensino médio de outros estados que participam dos processos seletivos das IES do MS, além da demanda historicamente acumulada para ingresso na educação superior. Além disso, há as inscrições do mesmo candidato em mais de uma IES.

Conforme dados da tabela 9, enquanto no ano 2000 foram ofertadas 18.319 vagas para ingresso em cursos de graduação presencial, em IES do MS, em 2009 esse número era igual a 36.779. No primeiro ano ingressaram 15.380 estudantes e no último 16.748. A diferença entre o número de vagas ofertadas e o número de ingressos aponta para a existência de um grande número de vagas ociosas²⁸ nessas instituições, que foi igual a 2.939 em 2000 e 20.031 em 2009.

Considerando que a oferta de vagas reflete a capacidade instalada do setor para atender a demanda por cursos de graduação (INEP, 2009), a existência de vagas não preenchidas nos processos seletivos gera preocupação, pois, conforme já mencionado, existe demanda represada de egressos do ensino médio que ainda não foi atendida, além das novas que se formam a cada ano.

A ocupação dessas vagas ociosas representaria um aumento em 30,1% no montante de matrículas da educação superior em Mato Grosso do Sul, no entanto, cumpre destacar que, das 20.031 vagas ociosas nessas IES, 99,3% estão concentradas nas privadas. Nesse sentido, a maior demanda não atendida se volta para o in-

28 Refere-se às vagas de ingresso não preenchidas nos vestibulares e outros processos seletivos.

gresso nas públicas, que em 2009 não preencheram apenas 150 das 6.673 vagas ofertadas.

Esse dado se repete na relação candidatos por vagas para ingresso na educação superior no estado.

Tabela 10. Relação candidatos/vaga na graduação presencial segundo a categoria administrativa – Mato Grosso do Sul - 2009

Total Geral	Pública				Privada
	Total	Federal	Estadual	Municipal	
1,7	4,4	4,4	4,4	-	1,1

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

Conforme se observa nos dados da tabela 10, a média de candidatos por vaga em cursos de graduação em Mato Grosso do Sul em 2009 foi igual a 1,7. Entre as públicas esse número foi igual a 4,4. As privadas, por sua vez, mantiveram a menor média, que foi igual a 1,1 candidatos por vaga ofertada.

Observa-se que, apesar da concorrência de pouco mais que um candidato por vaga nas IES privadas, menos da metade desses candidatos ingressa nessas instituições. Nesse sentido, as políticas devem se voltar para a expansão do setor público como forma de atendimento às demandas dos ingressantes.

A evolução do número de IES, matrículas e cursos de graduação presencial em instituições de educação superior em Mato Grosso do Sul pode ser visualizada por meio dos dados da tabela 11:

Tabela 11. Evolução do número de cursos, matrículas e instituições de educação superior Mato Grosso do Sul - 2000 a 2009

Ano	IES	%	Cursos*	%	Matrículas*	%
2000	30	-	246	-	42.304	-
2001	33	36,7	274	11,4	47.475	12,2
2002	39	18,2	297	8,4	55.824	17,6
2003	39	-	326	9,8	61.078	9,4
2004	41	5,1	334	2,5	64.462	5,5
2005	44	7,3	360	7,8	65.336	1,4
2006	43	-2,3	383	6,4	67.113	2,7

2007	40	7	387	1,0	66.707	-0,6
2008	41	2,5	408	5,4	68.775	3,1
2009	41	-	431	5,6	65.141	3,0
2000 - 2009		36,7		75,2		54,0

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

*Graduação presencial.

Conforme ilustra a tabela 11, no período em tela, as matrículas em cursos de graduação presencial tiveram um crescimento de 54%. Esse índice está abaixo do visualizado em nível nacional, que no período abarcado foi igual a 89,9% (INEP, 2010b).

Da mesma forma, os índices de crescimento no número de IES e cursos no MS no período considerado foram inferiores ao observado no cenário nacional. Enquanto no MS houve o incremento de 36,7% no número de instituições e de 75,2% no número de cursos, em termos de Brasil esse crescimento percentual foi igual a 96,1% IES a mais no período e de 162,9% no quantitativo de cursos.

Quanto ao número de IES no MS, nota-se que de 2000 a 2005 houve a implementação de 14 IES, totalizando 44. De 2005 a 2007 houve a redução de quatro IES e em 2008 houve a implantação de mais uma.

A tendência nacional de fusão ou compra de IES também é visualizada no estado de Mato Grosso do Sul. Conforme aponta Oliveira (2009), em 2007 a Anhanguera Educacional adquiriu por compra universidade e faculdades em Mato Grosso do Sul:

A Anhanguera comprou as seguintes instituições:

[...]

g) Em outubro de 2007, a Universidade Regional do Pantanal (UNIDERP), de Campo Grande (MS) e mais cinco instituições do Grupo Pedro Chaves Santos Filho, de Mato Grosso do Sul, as Faculdades Integradas de Ponta Porã, Faculdades Dourados, Instituto de Ensino Superior de Dourados, Centro Universitário de Campo Grande e as Faculdades Integradas de Rio Verde, por R\$ 246,8 milhões (p. 746).

Conforme dados disponíveis no Sistema de consulta de instituições de educação superior credenciadas pelo MEC²⁹ (e-MEC), as Faculdades Integradas de Ponta Porã foram transformadas em Faculdade Anhanguera de Ponta Porã; o Instituto de Ensino Superior de Dourados e as Faculdades de Dourados deram origem à Faculdade Anhanguera de Dourados; o Centro Universitário de Campo Grande transformou-se em Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande e as Faculdades Integradas de Rio Verde continuaram com o mesmo nome, com mudança na mantenedora. A UNIDERP, por sua vez, passou a ser denominada Universidade Anhanguera – UNIDERP.

Frente a esses dados, observa-se que o processo de oligopolização da educação superior em curso no Brasil (OLIVEIRA, 2009) é expressivo em MS. Conforme dados do e-MEC, dos 51 municípios sul-mato-grossenses em que há a presença de IES, 35 possuem unidade de instituições mantidas pela Anhanguera Educacional, dentre faculdades, polos de EAD e *campi* universitários.

Verifica-se no estado, que o sistema privado comporta a diversificação institucional existente no país, o que não ocorre na esfera pública, que possuía em 2009 somente instituições organizadas academicamente como universidades, conforme visualizado na tabela 12:

Tabela 12. Instituições de educação superior em Mato Grosso do Sul por organização acadêmica e administrativa - 2009

Instituições	Públicas	Privadas	Total
Universidades	3	2	5
Centros universitários	-	2	2
Faculdades	-	34	34
Total	3	38	41

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

29 Nesse sentido ver: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

As três IES públicas existentes no estado em 2009 estavam organizadas academicamente como universidades, o que não ocorre com as instituições do setor privado, que possui duas universidades, dois centros universitários e 34 faculdades. Na rede privada, apenas 4,9% das IES são universidades, e se somarmos os centros universitários esse índice passa a ser igual a 9,8%.

Nota-se, portanto, que a tendência nacional que caracteriza a diversificação institucional na educação superior, particularmente pela multiplicação de faculdades isoladas, pode ser visualizada no estado. O percentual de faculdades no conjunto de IES no Brasil é igual a 85% e em MS esse número é igual a 83% do total de instituições.

Não obstante ao número reduzido de instituições (apenas três de quarenta e uma) a rede pública de educação superior em MS responde por aproximadamente 35,9% das matrículas nesse nível de ensino. No Brasil esse percentual é igual a 26,4%. Em MS o setor público, conforme mencionado anteriormente, comporta somente universidades, enquanto a grande maioria das instituições da rede privada se classifica como faculdade.

As faculdades, em sua maioria, são instituições pequenas que comportam números reduzidos de matrículas e, assim como os centros universitários, não podem possuir mais que um *campus*; portanto, abarcam menores proporções em termos de número de matrículas em cursos de graduação presencial do que as universidades que podem ser *multicampi*.

Das três universidades públicas com sede em Mato Grosso do Sul, somente a UFGD é estruturada em apenas um *campus* universitário, sendo que a UFMS é organizada em dez *campi* no interior do estado, mais a Cidade Universitária localizada na capital³⁰ e

30 Dados disponíveis em: <<http://www-nt.ufms.br/institution/view/id/18>>. Acesso

a UEMS possui quinze unidades setoriais³¹ distribuídas nas regiões do estado.

As universidades privadas do estado também possuem estrutura *multicampi*³², sendo que para educação presencial a Anhanguera – UNIDERP possui trinta e quatro *campi* universitários distribuídos nas cidades do estado. A UCDB, por sua vez, comporta sua estrutura em quatro *campi* universitários.

Assim, no seu conjunto, as universidades localizadas em Mato Grosso do Sul respondem por aproximadamente 64,1% do montante de matrículas da educação superior, já os centros universitários comportam algo próximo de 15,1% do total de matrículas e as faculdades 20,8%. Verifica-se, por meio desses dados, que o percentual de matrículas na rede pública, bem como a concentração de matrículas em universidades do estado, está acima da média nacional de 26,4% e de 53,1%, respectivamente.

Apesar de manter o caráter privatista, pode-se considerar como positiva a maior concentração de matrículas em universidades, uma vez que estas instituições possuem a prerrogativa de ensino indissociável à pesquisa e à extensão.

Das 41 IES localizadas em MS, dez estão fixadas ou possuem sede na capital, as demais se encontram com sede no interior do estado. A capital do estado conta com um centro universitário, seis faculdades, além de unidade sede de três universidades. As demais universidades e o centro universitário possuem sede na cidade de Dourados.

Observa-se que o grande número de faculdades isoladas em MS está distribuído nos diversos municípios do interior do estado,

em: 30 nov. 2010.

31 Dados disponíveis em: <<http://www.uems.br/portal/cursos.php>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

32 Dados disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Njcx>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

nos quais também se verificam um número importante de polos de EAD de IES tanto de Mato Grosso do Sul³³ quanto de IES de outros estados³⁴.

Desse modo, a expansão da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul é também caracterizada pela interiorização, sendo que esse processo na maioria das vezes se configurou a partir de recursos escassos e sem um planejamento sistemático para a implementação de IES e *campus* universitários no interior (BITTAR, SILVA e VELOSO, 2003).

A expansão do ensino superior no interior do estado se deu a partir da “paroquialização” da educação (OLIVEN, 1993), a partir da proliferação de faculdades isoladas com estruturas precárias³⁵, já que academicamente voltadas somente para o ensino, e a partir das configurações de mercado, nessas instituições que passaram a manter a hegemonia no que tange ao número de IES.

Conforme mencionado anteriormente, a Anhanguera Educacional mantém IES no MS, sendo uma universidade com suas unidades na capital e no interior do estado, além de faculdades e polos de educação a distância.

A Anhanguera trabalha em torno de modelos de gestão com preços reduzidos, com o objetivo de atrair públicos das classes bai-

33 A Anhanguera - UNIDERP, por exemplo, possui polos de EAD em 18 cidades do estado. Nesse sentido ver: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Njcx>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

34 Nesse caso pode-se citar a Universidade Anhembí Morumbi (UAM), que possui polos em seis municípios do estado, a saber: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Nesse sentido ver: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NDY2>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

35 Apenas a título de ilustração, observou-se que, segundo dados do INEP (2009), em 2008 as faculdades, além de possuírem um grande número de professores horistas, ainda possuem cerca de 59,3% do seu corpo docente formado por graduados e especialistas. Somente 3% do corpo docente é formado por doutores.

xa e média baixa, nas quais é possível abranger um maior volume das matrículas, conforme se nota na fala do Diretor de Planejamento e Relações com Investidor da instituição:

A nossa atuação através de *campus* já tem uma estratégia mais estabelecida: atender com qualidade e mensalidade acessível. Isso é possível e destaca a companhia porque o mercado brasileiro, primeiramente, não atende toda população brasileira que poderia estar no ensino superior. A taxa de penetração ainda é baixa em comparação a outros países. Considerando pessoas entre 18 a 24 anos, no Brasil ela é menor que 20%, sendo que, por exemplo, no Chile e na Argentina, é de mais de 40%. Há três motivos para esse cenário: (1) não existem instituições que oferecem curso superior a preços acessíveis como a Anhanguera; (2) A dificuldade de se trabalhar com preços menores é a ineficiência na gestão. Muitas dessas empresas menores já estão operando no vermelho, o que dificulta ainda mais a redução das mensalidades (TEIXEIRA, 2009).

Empresas como a Anhanguera utilizam estratégias de *marketing* e de gestão empresarial, sendo que os custos de um aluno nesta instituição é cinco vezes menor que o custo de um aluno no setor público (GEWEHR, 2009), o que facilita a redução do preço das mensalidades.

Se o “[...] ensino superior só pode ser desenvolvido com recursos caros e raros, que não existem em qualquer lugar” (CUNHA, 2004, p. 813), o predomínio de instituições, como as mantidas pela Anhanguera Educacional, no interior do estado, aponta para as condições em que se processa a expansão da educação superior pela via do privado nas cidades de Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, no setor público, a falta de articulação entre as IES acarretou a sobreposição de *campi* e cursos em diversas ci-

dades do estado. Para Mello (2010), a ausência de um planejamento específico para a melhor distribuição das instituições de educação superior em MS fragilizou o processo de expansão do ensino superior por meio da interiorização. Do total de municípios sul-mato-grossenses, 15,5% possuem duas IES públicas implementadas, e 53,4% não tem unidades setoriais³⁶ de IES públicas implantadas.

Apesar de frágil e “paroquial”, o processo de interiorização do ensino superior em curso em MS amplia as oportunidades de escolarização para as regiões fora da capital, sendo que esse processo, ainda que precário, constituiu-se como um avanço no sentido de focar a população de regiões afastadas e com menos acesso à educação superior (ALMEIDA, FIDELIS, PISTORI, 2004).

Os dados apresentados referem-se às matrículas em cursos de graduação presencial, no entanto, conforme exposto nas estatísticas oficiais, há um número expressivo de matrículas na EAD em Mato Grosso do Sul. Em 2009, o censo do INEP registrou um total de 22.493. Esse quantitativo de matrículas na EAD representa mais que um quarto do total de matrículas nos cursos de graduação nas IES sul-mato-grossenses.

A presença da educação a distância no estado é significativa, uma vez que o montante de matrículas, frente ao total na educação superior, está acima da média nacional, que é igual a 14,1%.

Do montante total de matrículas nessa modalidade, 93,2% estão reunidas em IES privadas. Nesse sentido, a educação a distância insurge como uma alternativa à deficiência de atendimento na educação superior, especialmente pelo poder público, cujas unidades universitárias não foram distribuídas de maneira mais equitativa nos diversos municípios do interior do estado.

A tabela 13 ilustra a distribuição das matrículas em cursos de graduação presencial em IES do MS por turno no ano³⁷ de 2008:

Tabela 13. Matrículas em cursos de graduação presencial, segundo a categoria administrativa e o turno – Mato Grosso do Sul - 2008

	Matrículas Total	Diurno	%	Noturno	%
Públicas/Privadas	68.775	25.146	36,6	43.629	63,4
Públicas	22.476	10.751	47,8	11.725	52,2
Privadas	46.299	14.395	31,1	31.904	68,9

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

Observa-se que a concentração de matrículas no período noturno no ensino superior do MS é igual a 63,4%, sendo que esse percentual se aproxima da média nacional, que é igual a 62,6%. Em 2008, as IES privadas concentravam em MS 68,9% do total de suas matrículas no noturno, sendo que no Brasil esse percentual é igual a 70,9% do total. Isso, no entanto, não é visualizado na distribuição de matrículas no setor público, que para o caso das IES de MS é igual a 52,2% do total de matrículas e no cenário nacional essa média é igual a 37,7%.

A partir desses dados pode-se inferir que, de modo geral, a distribuição de matrículas na rede pública aponta para um melhor uso da estrutura existente, sendo que nas condições de distribuição das matrículas é possível utilizar uma estrutura parecida nos dois períodos, o que pode diminuir o número de salas ociosas.

Essa distribuição mais igualitária não ocorre no setor privado, o que pode ser decorrente do grande número de vagas não preenchidas nos processos seletivos para ingresso nos cursos, já que, conforme mencionado, o número de vagas ofertadas evidencia o potencial de atendimento da IES.

37 Utiliza-se como referência o ano de 2008, considerando que não há dados acerca da distribuição de matrículas por turno para o ano de 2009 no Censo da Educação Superior publicado pelo INEP.

A maior concentração de matrículas no período noturno também confirma a possibilidade de maior atendimento a estudantes que trabalham no diurno e que buscam continuidade de estudos em nível superior.

Recentemente foi criado o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. Esse instituto faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFMS está em fase de implantação em sete municípios, sendo que em março de 2010 o primeiro *campus* entrou em funcionamento, na cidade de Nova Andradina. Os demais serão instalados em Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas³⁸.

A educação tecnológica no sistema federal, implementada no estado, poderá se configurar como uma importante colaboração para a expansão da educação superior em MS.

A implantação desse instituto de educação tecnológica veio somar-se às IES como uma nova forma de diversificação institucional no estado, especialmente com o setor público que até então contava somente com o modelo universitário.

No setor público buscou-se a adoção do modelo universitário com duas universidades federais e uma estadual, e mais recentemente da educação tecnológica, com a criação de um instituto federal de educação tecnológica.

Destacam-se como características da expansão da educação superior em MS a diversificação institucional e a privatização desse nível de ensino. A diversificação institucional no estado é marcada

38 Dados disponíveis em: <<http://www.ifms.edu.br/campi/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

pela proliferação de faculdades isoladas, sobretudo no interior do estado, a partir de cursos noturnos.

As universidades federais em Mato Grosso do Sul

Até o ano de 2005 o estado de Mato Grosso do Sul contava com apenas uma universidade federal, a UFMS³⁹, que teve sua origem antes da divisão do estado, com a então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

Os primeiros cursos superiores no sul do, à época, estado de Mato Grosso surgiram em 1962 com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande. Em 1966 esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande. No ano seguinte, 1967, o governo do estado aumentou a rede de educação superior no sul do estado com a criação do Instituto de Ciências Humanas e Letras na cidade de Três Lagoas e o Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá.

A Lei Estadual nº 2.947, de 16 de novembro de 1969, instituiu a UEMT a partir da integração do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande com o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá e do Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas.

Estes institutos passaram a se constituir nos primeiros *campi* da UEMT, sendo que em 1970 foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Dourados, que foram incorporados à universidade.

A UEMT foi federalizada a partir da divisão do estado em 1979, quando passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) através da Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979.

39 Dados disponíveis em: <<http://www.ufms.br/index.php?id=12&modo=his>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

Atualmente a UFMS conta com dez *campi* universitários localizados no interior do estado, além da Cidade Universitária localizada na capital. Os *campi* estão localizados em Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A universidade possuía, em 2009, 93 cursos de graduação presenciais e um total de 12.177 alunos matriculados nesses cursos (INEP, 2010b). Quanto à pós-graduação stricto-sensu, a UFMS contava em 2009 com dezoito programas de mestrado e quatro de doutorado⁴⁰.

A partir da Cidade Universitária de Campo Grande, a UFMS abrange uma extensa área geográfico-educacional que resulta num raio de mais de 500 km, atingindo cerca de cem municípios e incluindo estados e países vizinhos, tais como Paraguai e Bolívia, de onde se origina parte de seus alunos-convênio (UFMS, 2010).

Conforme descreve em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2010/2014), a UFMS possui a seguinte missão institucional:

Desenvolver, difundir e socializar o conhecimento por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços e promover a formação integral e permanente dos cidadãos, preparando-os para que possam intervir e atuar com dinamismo no processo de desenvolvimento local, regional, nacional e internacional (UFMS, 2010).

A missão da UFMS é focada no desenvolvimento, por meio de suas indissociáveis funções de ensino, pesquisa e extensão.

Já a UFGD foi criada em 2005 no âmbito do programa Expandir, a partir do desmembramento do *campus* de Dourados (CPDO)

40 Dados disponíveis em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=51001012>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

da UFMS. Na oportunidade todos os cursos que pertenciam ao extinto *campus* passaram a compor o quadro de cursos da nova universidade.

O CPDO originou-se a partir do Centro Pedagógico de Dourados, que foi inaugurado em 1970 para início de atividades em 1971, com os cursos de Letras e Estudos Sociais. Ainda na década de 1970 foram implantados mais quatro cursos: História, Ciências, Agronomia e Pedagogia.

Na década de 1980 foram implantadas mais habilitações nos cursos de Pedagogia e Letras, além dos cursos de Geografia, Ciências Contábeis, Matemática, Ciências Biológicas e Análise de Sistemas. Nos anos 90 também foram criados o mestrado em Agronomia (1994) e o mestrado em História (1999).

Em 2000 foram implantados os cursos de Medicina, Direito e Administração; em 2002 foram implantados os mestrados em Geografia e em Entomologia e Conservação da Biodiversidade; e em 2003 o doutorado em Agronomia.

Dessa forma, o *campus* de Dourados, antes denominado Centro Universitário de Dourados (CEUD), com origens no Centro Pedagógico de Dourados, já possuía um número importante de cursos de graduação, além de três programas de mestrado e um doutorado. Esse desenvolvimento acima da média, em comparação com os outros *campi* da UFMS, imprimia características de *campus* avançado ao de Dourados, conforme assinalam Almeida e Souza (2010):

É salutar mencionar que, nos últimos anos, o CEUD destacou-se entre os outros *campi* da UFMS, pelo volume de sua produção científica, principalmente em atividades de qualificação docente, mas também em projetos de Iniciação Científica (prática cada vez mais presente no *campus*); no oferecimento de diversos cursos de Especialização, assim como na organização de inúmeros eventos científicos. Nos anos de 1990 também foi retomada a prática de publicação de periódicos científicos. Nesse contexto, são produzidas em

Dourados a Revista de Geografia (desde 1994, em parceria com a Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Dourados); a revista de História Fronteiras (desde 1997) e a revista de Ciências Agrárias Cerrado (desde 1998) (p. 4).

Esse avanço viabilizou as discussões acerca do desmembramento do *campus* que daria origem à nova universidade. Os encaminhamentos do processo de criação da UFGD começaram a ser debatidos oficialmente em 2003, sendo que a primeira resolução, nº 56 do Conselho do *Campus* de Dourados, que abriu o processo de discussão para a possível criação da Universidade Federal da Grande Dourados data de sete de abril do referido ano (CPDO/UFMS, 2004).

Ao ser implantada, a UFGD atenderia a região da Grande Dourados, que abrange trinta e sete municípios, o que corresponde a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população de Mato Grosso do Sul (idem, ibidem).

A criação da UFGD foi fruto de intensas discussões tanto por parte da comunidade acadêmica como da política, cuja articulação do poder público municipal, estadual e federal criou condições favoráveis à aprovação do projeto de lei que a instituiu⁴¹.

A UFGD foi instituída por meio da Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, com sede e foro na cidade de Dourados, estruturada em apenas um *campus*. Esta contava em 2009 com 32 cursos de graduação presencial e 4.273 alunos matriculados nesses cursos. No referido ano havia nove programas de mestrado e um de doutorado. Em 2010 já havia 13 programas de mestrado e três de doutorado⁴².

41 Dados disponíveis em: < <http://www.campograndenews.com.br/cidades/ufgd-comemora-5-anos-com-disputas-e-brigas-historicas-07-29-2010> >. Acesso em: 02 dez. 2010.

42 Dados disponíveis em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/Proje>

A missão institucional da UFGD, conforme consta em seu PDI (2008-2012), é:

Gerar, sistematizar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover justiça social (UFGD, 2008, p. 8).

Tal missão é focada nas funções sociais dessa instituição por meio de suas prerrogativas de instituição universitária.

No ano de 2007, as duas universidades federais do estado de Mato Grosso do Sul aderiram ao Programa REUNI, que, conforme já mencionado, configura-se como uma segunda fase do programa Expandir. Essas universidades passam por processos de reestruturação de acordo com seus planos institucionais a partir das diretrizes propostas no decreto nº 6.096/2007.

A evolução do crescimento das universidades federais de MS pode ser observada a partir dos dados da tabela 14:

Tabela 14. Evolução do número de cursos, matrículas e universidades federais Mato Grosso do Sul - 2000 a 2009

Ano	Universidades	%	Cursos*	%	Matrículas*	%
2000	1	-	67	-	11.290	-
2001	1	-	76	13,4	12.054	6,8
2002	1	-	77	1,3	13.453	11,6
2003	1	-	77	-	14.660	9,0
2004	1	-	76	-1,3	15.379	4,9
2005	2	100	76	-	15.582	1,3
2006	2	-	86	13,2	15.414	-1,1
2007	2	-	86	-	15.355	-0,4
2008	2	-	88	2,6	15.471	0,8
2009	2	-	125		16.450	6,3
2000 - 2009		100		86,6		45,7

Fonte: Elaborada com base nos dados do INEP.

*Graduação presencial.

toRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=51005018>. Acesso em: 20 jan. 2011.

De acordo com os dados da tabela 14, observa-se que no período houve a criação de apenas uma universidade, a UFGD, quando o estado passou a contar com duas universidades federais. Observa-se ainda o aumento de 86,6% do total de cursos e de 45,7% do total de matrículas nas IFES.

O maior incremento no número de cursos ocorreu nos anos de 2001 e 2006. Em 2001 esse aumento, assim como o das matrículas, ocorreu no contexto da existência da GED.

O acréscimo do número de cursos em 2006 ocorreu com a implantação da UFGD, e de *campi* da UFMS no interior do estado. A ampliação das matrículas em 2009 ocorreu no contexto do REUNI.

Em 2000 havia apenas uma instituição, a UFMS, com 67 cursos, sendo que a UFGD foi criada em 2005 e suas atividades tiveram início em 2006. Nesse ano foi registrado o maior percentual de aumento de cursos, quando foram implantados mais dez. Somou-se ao final do período, o número de 125 cursos nas duas instituições.

Quanto ao número de matrículas, o maior percentual de aumento foi registrado no ano 2003, decrescendo até 2007. Mesmo com a implantação de outra universidade, alcançaram-se percentuais negativos nos anos de 2006 e 2007, voltando a crescer novamente, em pequena proporção, a partir de 2008.

Ao se comparar o desenvolvimento do sistema universitário federal em nível nacional e o observado em Mato Grosso do Sul no período que abarcou os anos de 2000 a 2009, verifica-se que, com exceção somente do crescimento do número de instituições, que em termos proporcionais foi de 41% em nível nacional e no MS foi de 100%, as demais escalas de crescimento comparadas ficaram no estado abaixo do visualizado nacionalmente.

Em termos de cursos, enquanto o crescimento proporcional registrado no Brasil foi de 107,8%, em Mato Grosso do Sul esse ficou na marca de 86,6%. Da mesma forma, para o caso das matrículas, no presente estado essas majoraram cerca de 45,7% enquanto a

escala de crescimento registrada para as universidades federais no seu conjunto foi de 51,8% no período de 2000 a 2009.

Assim, não obstante a significativa inserção das universidades federais do presente estado nas políticas para expansão da educação superior, as escalas diferenciadas de crescimento da educação superior observadas em nível nacional e em MS também é observada no caso específico da expansão das universidades federais.

Se por um lado essas escalas distintas de desenvolvimento podem ser resultado de relações mais distantes com o governo central, na medida em que o estado se localiza em região fora dos grandes centros demográficos, por outro lado, o aumento proporcional diferenciado também pode ser reflexo de apropriações distintas, por parte dos atores institucionais, das políticas emanadas do poder central para a expansão da educação superior.

Características dos planos de reestruturação e expansão no contexto institucional

Os planos institucionais da UFMS e da UFGD estão organizados conforme formulário do MEC, e disponíveis no *site* institucional das respectivas universidades⁴³.

Na primeira parte do texto encaminhado ao MEC, observam-se os dados da universidade, nos quais se encontram, além das informações de identificação, o histórico, a descrição das características atuais da instituição e a súmula do plano.

A segunda parte do texto detalha as dimensões dos planos institucionais em que essas, a partir do diagnóstico da situação atu-

43 Plano institucional da UFMS. Disponível em: <<http://www.nt.ufms.br/reuni>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

Plano institucional da UFGD. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/soc/couni/normas-e-regulamentos/reuni-diretrizes-gerais-para-a-ufgd>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

al da instituição, fixam metas a serem alcançadas com cronograma de execução. Descrevem também as estratégias adotadas para o alcance das metas, as etapas e os indicadores para alcance dessas em cada uma das dimensões estabelecidas no decreto.

Os planos institucionais da UFGD e da UFMS estão organizados a partir das seis dimensões propostas no decreto 6.096/2007, a saber:

A - Ampliação da oferta de educação superior pública;

B - Reestruturação acadêmico-curricular;

C - Renovação pedagógica da educação superior;

D - Mobilidade intra e inter-institucional;

E - Compromisso social da instituição;

F - Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

De acordo com o decreto que instituiu o Programa REUNI e conforme suas Diretrizes, as dimensões do REUNI devem se desdobrar em subdimensões.

A primeira dimensão é organizada a partir de propostas para o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas.

A segunda dimensão possui como subdimensões a revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade; a reorganização dos cursos de graduação; a diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos.

A terceira dimensão se desdobra nas subdimensões: articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem e prever programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo.

A quarta dimensão busca contemplar a promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior. Na quinta dimensão são descritas as políticas de inclusão, os programas de assistência estudantil, bem como as políticas de extensão universitária.

Na sexta e última dimensão são descritas ações para a articulação da graduação com a pós-graduação, por meio da expansão qualitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Além da explicitação das dimensões dos planos institucionais, também se observa o plano geral de implementação da proposta no qual se descreve a reordenação de gestão acadêmica da IFES, a formação docente, o plano de contratação de docentes e técnicos e o plano diretor de infraestrutura física.

Como componentes do plano também se observam o cronograma geral de implementação e execução; o orçamento parcial e global; os planos de acompanhamento e avaliação da proposta e de acompanhamento de indicadores de qualidade; a descrição das expectativas de transformação da universidade a partir dos impactos globais; além dos anexos.

Nas próximas seções descrevem-se as características mais gerais dos planos institucionais das universidades federais do MS. Destacar-se-ão os indicadores de expansão, de reformulação da estrutura acadêmica, além dos indicadores de qualidade das instituições definidos nos Planos.

Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais de MS: quem propõe e como propõe

A UFMS e a UFGD aderiram ao REUNI junto a mais quarenta universidades federais, em primeira chamada, ocorrida no dia 29 de outubro de 2007, para implantação do programa no 1º semestre de

2008. As demais onze universidades federais aderiram ao programa em segunda chamada, no dia 17 de dezembro de 2007, para implantação do programa no 2º semestre de 2008.

A adesão do programa REUNI pela UFMS foi aprovada por unanimidade em seu Conselho Universitário,

Também ficou assegurado o início do REUNI em nossa Instituição, quando ao final do ano de 2007 ocorreu a liberação de 60% dos recursos previstos para o exercício de 2008, destinados ao início dos investimentos relativos ao programa do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído através do Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007, e adotado pelo Ministério da Educação como forma de ampliar o número de vagas no ensino superior, do qual a UFMS aderiu por decisão unânime dos membros do Conselho Universitário, em reunião extraordinária na data de 24 de outubro de 2007. (UFMS, 2008, p. 8)

Pode-se observar, nesse documento, que ao se referir ao REUNI, a UFMS destaca como sua função a ampliação do número de vagas no ensino superior. A partir dessa forma como se explicita o REUNI no contexto institucional da UFMS, pode-se verificar a ênfase dada aos aspectos quantitativos, ligados ao processo de ampliação das vagas, em detrimento de medidas relacionadas aos aspectos de reestruturação curricular.

Para a construção de seu Plano de Reestruturação e Expansão, a UFMS constituiu um grupo de trabalho específico para essa finalidade. O grupo era composto essencialmente por membros da administração central da instituição, conforme explicita o seguinte trecho da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 24 de outubro de 2007:

[...] O Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Cezar Augusto Carneiro Benevides, que nominou aos pre-

sentas a constituição do Grupo de Trabalho, integrado pelos Pró-reitores: Cezar Augusto Carneiro Benevides, Célia Maria da Silva de Oliveira, Rosa Maria Fernandes de Barros, Sebastião Luiz de Mello e Roberto Assad Pinheiro Machado e também pela Gerente de Recursos Humanos – Dulce Maria Tristão, que elaboraram as propostas da UFMS no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (COUNI/UFMS, 2007, p. 1).

Observa-se na composição da comissão que elaborou o plano institucional da UFMS a presença de servidores vinculados à administração central da universidade, composta essencialmente por docentes que ocupam as funções de pró-reitores da instituição e por uma técnica administrativa que ocupa a função de gerente de recursos humanos.

Essa situação praticamente não se altera na composição do grupo de trabalho, instituído por meio da Portaria nº 704, de 14 de dezembro de 2007, designado para acompanhar a implantação do plano institucional aprovado.

Esse grupo foi composto pelos pró-reitores da universidade e alguns técnicos ligados às respectivas pró-reitorias, com o objetivo de acompanhar as ações, conforme se pode verificar por meio da transcrição a seguir exposta:

PORTARIA Nº 704, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.
O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho, integrado pelos Pró-Reitores CEZAR AUGUSTO CARNEIRO BENEVIDES, matrícula SIAPE nº 0433736, de Ensino de Graduação; CÉLIA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 0433137, de Pesquisa e Pós-Graduação; ROSA MARIA FERNANDES DE BARROS, matrícula SIAPE nº 0432225, de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis; SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO, ma-

trícula SIAPE nº 0432005, de Administração; ROBERTO ASSAD PINHEIRO MACHADO, matrícula SIAPE nº 0433118, de Planejamento, Orçamento e Finanças; pela Gerente de Recursos Humanos da Pró-Reitoria de Administração, DULCE MARIA TRISTÃO, matrícula SIAPE nº 0432391, e por JACSON MARTINS FEDOROWICZ, matrícula SIAPE nº 0432432, e VÂNIA MARIA FERREIRA MELO, matrícula SIAPE nº 1144955, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para, sob a presidência do primeiro, acompanhar as ações decorrentes do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI da UFMS, aprovado pela Secretaria de Ensino Superior-SESU/MEC (BOLETIM DE SERVIÇO/UFMS, 2008).

Para a elaboração do plano institucional, o grupo de trabalho se apoiou nas propostas encaminhadas pelas direções dos campi da instituição localizados no interior do estado e das unidades setoriais da cidade universitária de Campo Grande, conforme informou a representante do grupo de trabalho para elaboração do plano institucional da UFMS:

Em linhas gerais a universidade quando consultada pelo Ministério da Educação, encaminhou um documento a todos os centros, departamentos, faculdades, consultando sobre a proposta de cada unidade naquilo que (cada unidade) poderia e gostaria de contribuir para a proposta de adesão. Foi feito uma CI circular (comunicação interna) explicando do que se tratava o programa, enviada a cada unidade, que discutiu com seus representantes e isso retornou para a universidade, no caso para a pró-reitoria de ensino de graduação. O reitor constituiu uma comissão e mais especificamente no caso do ensino de graduação que ficava na pró-reitoria de graduação e o presidente dessa comissão era o pró-reitor de ensino da época, junto com os coordenadores. Resumindo: eles juntaram as propostas das unidades e fizeram uma análise daquilo que era viável para a universidade oferecer ou não, diante disso fizeram uma proposta e encaminharam ao Conselho Diretor da universidade que analisou (tirou alguns

pontos, propôs outros) e aprovou. Conforme foi publicado o Conselho Universitário aprovou a proposta da universidade de adesão ao Reuni, e enviou a proposta ao MEC⁴⁴.

Assim como ocorreu na UFMS, a adesão do Programa REUNI pela UFGD foi aprovada por unanimidade em seu Conselho Universitário, sendo que o plano enviado ao MEC foi elaborado por comissão nomeada, por meio de portaria pelo reitor da universidade. Trata-se da Portaria n° 335, de 21 de setembro de 2007, cujo texto é o seguinte:

PORTARIA NÚMERO: 335 DE 21-09-2007, PUBLICADO EM 27-09-2007

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Designar os servidores WEDSON DESIDÉRIO FERNANDES, Matrícula SIAPE n° 0433031, SILVANA DE ABREU, Matrícula SIAPE n° 0433645, MARILDA MORAES GARCIA BRUNO, matrícula SIAPE n° 1545621, ROSEMAR JOSÉ HALL, Matrícula SIAPE n° 1546315, RAFAEL TAVARES PEIXOTO, Matrícula SIAPE n° 0433606, e REINALDO DOS SANTOS, Matrícula SIAPE n° 1542793, sob a presidência do primeiro, para elaborar a proposta final de participação da UFGD no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Prof. Damião Duque de Farias (BOLETIM DE SERVIÇO/ UFGD, 2007).

Os servidores da UFGD designados para elaborar a proposta final de participação da instituição no programa REUNI possuem

44 Entrevista realizada no dia 03/02/2011, com a assessora da Reitoria da UFMS, representante do Grupo de Trabalho de acompanhamento e avaliação do REUNI na instituição.

as seguintes funções: vice-reitor (Wedson Desidério Fernandes), pró-reitora de Administração e Planejamento (Silvana de Abreu), presidente da Comissão de Extensão, Relações e Interação com a Comunidade (Marilda Moraes Garcia Bruno), coordenador do curso de Administração da UFGD (Rosemar José Hall), chefe da divisão de Apoio e Permanência, entidade ligada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Rafael Tavares Peixoto), e diretor da Faculdade de Educação (Reinaldo dos Santos).

Pode-se observar que todos os participantes possuem cargos vinculados à administração central, e também são membros do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC) ou do Conselho Universitário (COUNI) da UFGD.

As instituições de Mato Grosso do Sul vão indicar para o processo de elaboração de seus Planos de Reestruturação e de Expansão pessoas vinculadas a funções administrativas e comissionadas. Portanto, uma situação parecida com a visualizada em nível nacional, em que o grupo assessor era composto, em sua maioria, por reitores e pessoas ligadas ao MEC. Observa-se que, mesmo no contexto institucional, não houve a presença de membros indicados por suas representações nos movimentos organizados socialmente. Não há preocupação com a presença de representantes de estudantes, docentes ou de técnico-administrativos no processo de formulação desse programa ou mesmo dos planos institucionais. Essa situação explícita tendência de se estabelecer coalizões políticas entre dirigentes e formuladores institucionais no contexto do REUNI.

Verificam-se, nesse processo de formulação de política para a expansão educacional, relações contraditórias em que o grupo gestor se apoia na base de poder dos seus protagonistas para garantir a força de convencimento dos demais setores (OFFE, 1990, p. 52).

Nesse sentido, é possível compreender a ênfase dada ao pessoal de cargo administrativo e comissionado para a formulação tanto das diretrizes nacionais do REUNI quanto para os planos institucionais.

Nesse sentido, embora tenham ocorrido manifestações contrárias ao REUNI por parte da ANDES e notícias de posicionamentos contrários de estudantes, houve a adesão de 100% das IFES ao programa, bem como não houve registro de votos contrários aos planos elaborados, nas atas dos conselhos superiores das instituições de Mato Grosso do Sul.

Os procedimentos utilizados para o processo de elaboração dos Planos de Reestruturação e Expansão das instituições em Mato Grosso do Sul seguiram os encaminhamentos que se desdobram a partir da metodologia implícita às Diretrizes Nacionais em que a estrutura esteve pautada no poder político de seus gestores. Esses procedimentos deram condições para a aprovação de forma unânime ao mesmo tempo em que garantem a agilidade do desenvolvimento no período estabelecido no cronograma de implementação da proposta.

Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais: conteúdos e enfoques

Os planos institucionais apresentam, em linhas gerais, as intenções das instituições a partir da adoção das diretrizes nacionais estabelecidas para o programa REUNI. Com isso pode-se apreender as concepções que as instituições de Mato Grosso do Sul trazem para o seu processo de reestruturação de expansão.

Para responder à indagação acerca do “o que”, os Planos Institucionais das instituições de Mato Grosso do Sul aprovaram para seus processos de reestruturação e expansão da educação superior, serão apresentados os quadros 1 e 2 com a síntese de seus conteúdos.

As Diretrizes Nacionais construíram um modelo de formulário eletrônico com dimensões pré-definidas, apontadas anteriormente, em que cada instituição apresentaria suas propostas específicas. De forma geral, seria uma forma de induzir as instituições a tratar de cada dimensão no contexto das intenções gerais do Ministério da Educação.

Essas dimensões estavam subdivididas em: diagnóstico da situação atual, metas para serem alcançadas com cronograma de execução, estratégias para alcançar as metas, etapas e indicadores.

Este trabalho focaliza as metas e estratégias constantes nos Planos Institucionais como forma de explicitar o conteúdo do plano REUNI de cada instituição, por se constituir como o item mais detalhado pelas próprias instituições. O diagnóstico e o histórico das instituições servirão como base para compreender as razões pelas quais as instituições optaram pelas metas e ações a serem desenvolvidas quando foram tratar de suas perspectivas para se reestruturarem e se expandirem.

O quadro 1 apresenta as metas e estratégias descritas no plano institucional da UFMS para cada uma das subdimensões do programa REUNI:

Quadro 1. Metas e estratégias descritas no Plano de Reestruturação e Expansão da UFMS (continua)

Subdimensão	Meta	Estratégia
A.1. Aumento das vagas de ingresso, especialmente no período noturno	Obter os percentuais de 55,9% e 57% dos cursos e vagas respectivamente ofertadas no período noturno.	Criação de novos cursos de graduação no período noturno, especialmente os de formação de professores; Aumento de vagas nos cursos existentes.
A.2. Redução das taxas de evasão	Reduzir em 10% ao ano o número de acadêmicos excluídos pelas diversas razões; A mesma meta de 10% é para alterar a situação daqueles em que envolvem os retidos por série.	Alteração da legislação acadêmica vigente, quanto à exclusão por reprovação e a retenção por série. Ampliação da oferta de disciplinas em períodos especiais ou em horários alternativos. Incentivo à oferta de disciplinas de nivelamento para os acadêmicos com excesso de dependências.

A.3. Ocupação das vagas ociosas	Preencher, em média, 50% das vagas ociosas ofertadas em cada processo seletivo.	Realização de processos seletivos com vagas para: mudança de curso; transferência de outras IES nacionais; portadores de cursos superiores de graduação; ex-acadêmicos que não tenham concluído o seu curso anterior.
A.4. Outras opções nesta dimensão não contempladas no decreto.	Não há.	Não há.
B.1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade	Atingir até 2012 a implantação de projeto pedagógico de curso em 100% dos cursos de graduação.	Criação de uma coordenadoria responsável para orientar, acompanhar e avaliar a implantação dos projetos pedagógicos de cursos.
B.1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade	Transformar a Divisão de Currículos e Programas em Coordenadoria responsável pela orientação técnica para a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso, Setorial e Institucional.	
B.2. Reorganização dos cursos de graduação	Garantir responsável pela coordenação de curso em todos os cursos de graduação. Garantir a implantação e funcionamento do colegiado de curso em todos os cursos de graduação.	Promoção de discussão (2008) da criação do departamento de coordenação de curso de graduação, câmaras e/ou comissões; Criação de núcleos, câmaras e/ou comissões setoriais de cunho temporário de acordo com as necessidades de cada unidade e diante dos propósitos pertinentes; Viabilização das mudanças estatutárias e regimentais pertinentes; Promoção da discussão da lotação dos professores, preferencialmente, em uma única subunidade de cada unidade acadêmica setorial e a realização de “contrato de trabalho” junto a cada coordenação de curso ou outro local, onde for realizar as suas atividades acadêmicas.
B.3. Diversificação das modalidades de graduação	Consolidar a Faculdade de Computação (Facom); Envolvimento integral de docentes de outras unidades setoriais no acompanhamento da experiência. Envolvimento integral da pós-graduação nos cursos da Facom, consideradas as suas especificidades e pertinências.	Implantação de estratégias pedagógicas diferenciadas; Envolvimento de docentes das outras unidades setoriais no acompanhamento da experiência; Envolvimento da pós-graduação de computação nos cursos da Faculdade de Computação.

<p>B.4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos</p>	<p>Identificar ao longo do ano de 2008 experiências realizadas; Obrigatoriedade (a partir de 2009) de o acadêmico cursar, no mínimo, duas disciplinas de áreas de conhecimento diferentes daquela em que esteja enquadrado o seu curso de graduação.</p>	<p>Discussão com a comunidade acadêmica sobre a viabilidade de sua implantação; Identificação de outras alternativas sobre o assunto.</p>
<p>B.5. Prever modelos de transição, quando for o caso</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há.</p>
<p>C.1. Articulação da Educação Superior com a Educação Básica, Profissional e Tecnológica</p>	<p>Incentivar a divulgação dos eventos relacionados ao assunto fazendo uso do portal eletrônico da UFMS.</p>	<p>Realização obrigatória de Estágio Supervisionado nos cursos de graduação pelos acadêmicos dos cursos de pós-graduação; Matrícula obrigatória em, no mínimo, duas disciplinas optativas em cursos de área de conhecimento diferenciada do seu curso de origem.</p>
<p>C.2. Atualização de metodologia de ensino-aprendizagem</p>	<p>Levantar semestralmente as atividades pertinentes ao assunto efetivamente realizadas.</p>	<p>Devolução obrigatória das provas escritas aos acadêmicos; Para cada unidade setorial acadêmica, a criação e implantação de: centros de auto-instrução; laboratórios de informática; salas de multimídia. Utilização do ensino a distância em atividades acadêmicas (percentual previamente definido); Incentivar a troca de experiências entre as Coordenações de Curso e professores de áreas comuns; Uso mais intenso dos recursos tecnológicos disponíveis e em condições de acesso.</p>
<p>C.3. Prever programa de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>

Quadro 1. Metas e estratégias descritas no Plano de Reestruturação e Expansão da UFMS
(continua)

Subdimensão	Meta	Estratégia
D.1. Promoção da ampla mobilidade estudantil	Levantar periodicamente das ações neste sentido	Matrícula obrigatória em, no mínimo, duas disciplinas optativas ao longo do curso de graduação realizadas em cursos de áreas de conhecimento diferenciadas do seu curso de origem; Aproveitamento de estudos realizados em outras IES federais dentro do Programa de Mobilidade Acadêmica Interno e Externo.
E.1. Políticas de Inclusão	Atingir até 2012 50% de ocupação de alunos egressos de escolas públicas que tenham cursado pelo menos 50% nessas instituições.	Reserva de vagas para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino médio; Implantação da Monitoria de Ensino remunerada; Ampliação da Bolsa de Trabalho
E.2. Programas de Assistência Estudantil	Criar e fortalecer o Programa de Permanência do acadêmico; Aumento anual de 10% na quantidade de bolsas oferecidas a partir de 2008; Reestruturar e instituir o Perfil do Estudante da UFMS; Fortalecer e instituir parcerias com empresas de transporte municipal por meio do Programa de Passe Estudantil; Fortalecer o Programa de Atividades Físicas da UFMS; Reestruturar os Programas de Orientação Profissional; de Estágios extracurriculares; e o Programa Institucional de Qualidade de Vida;	Contratação de mais técnicos para: Transformação do atendimento existente em Assessoria Oficial ligada a Reitoria; Criação do Centro de Convivência em todos os campi da instituição; Ampliação do Programa de atividades físicas em todos os campi; Administração do espaço em cada campus; Estabelecimento de parcerias com seguradoras, para assegurar as atividades dos acadêmicos da UFMS.
E.2. Programas de Assistência Estudantil	Criar e fortalecer o Programa de Permanência do acadêmico; Aumento anual de 10% na quantidade de bolsas oferecidas a partir de 2008; Reestruturar e instituir o Perfil do Estudante da UFMS; Fortalecer e instituir parcerias com empresas de transporte municipal por meio do Programa de Passe Estudantil; Fortalecer o Programa de Atividades Físicas da UFMS; Reestruturar os Programas de Orientação Profissional; de Estágios extracurriculares; e o Programa Institucional de Qualidade de Vida;	Contratação de mais técnicos para: Transformação do atendimento existente em Assessoria Oficial ligada a Reitoria; Criação do Centro de Convivência em todos os campi da instituição; Ampliação do Programa de atividades físicas em todos os campi; Administração do espaço em cada campus; Estabelecimento de parcerias com seguradoras, para assegurar as atividades dos acadêmicos da UFMS.

E.2. Programas de Assistência Estudantil	<p>Criar e fortalecer o Programa de Permanência do acadêmico; Aumento anual de 10% na quantidade de bolsas oferecidas a partir de 2008; Reestruturar e instituir o Perfil do Estudante da UFMS; Fortalecer e instituir parcerias com empresas de transporte municipal por meio do Programa de Passe Estudantil; Fortalecer o Programa de Atividades Físicas da UFMS; Reestruturar os Programas de Orientação Profissional; de Estágios extracurriculares; e o Programa Institucional de Qualidade de Vida;</p>	<p>Contratação de mais técnicos para: Transformação do atendimento existente em Assessoria Oficial ligada a Reitoria; Criação do Centro de Convivência em todos os <i>campi</i> da instituição; Ampliação do Programa de atividades físicas em todos os <i>campi</i>; Administração do espaço em cada campus; Estabelecimento de parcerias com seguradoras, para assegurar as atividades dos acadêmicos da UFMS.</p>
E.2. Programas de Assistência Estudantil	<p>Reestruturar e fortalecer o Programa de Encaminhamentos Médicos e Odontológicos ao acadêmico. Criar e fomentar os Programas de: Idiomas; Apoio a Eventos do Movimento Estudantil da UFMS; Apoio Psicopedagógico ao acadêmico; Acesso à Informática; Apoio Instrumental ao Estudante de Odontologia, Música e Artes, ou outras áreas conforme demanda. Criar e fomentar ações para pesquisa do Perfil dos Estudantes Egressos da UFMS. Institucionalizar o Programa de Incentivo a participação em Eventos. Construir espaços para alojar temporariamente os participantes dos Eventos promovidos pela UFMS. Criar as Políticas de: Seguro de Acidentes Pessoais aos Estudantes da UFMS; e de Seguro Saúde aos Estudantes da UFMS.</p>	

E.3. Políticas de Extensão Universitária	Consolidar e institucionalizar a Extensão Universitária	Implantação da Escola de Extensão para auxiliar a criação e divulgação das ações de extensão e desenvolver cursos de férias para formação de extensionistas. Ampliação do Programa de Apoio a Extensão Universitária; Triplicação do número de ações de extensão envolvendo a comunidade universitária; Ampliação do Programa de Bolsa de Extensão da UFMS; Fomento e ampliação os Programas de Extensão permanentes da UFMSAção;
E.3. Políticas de Extensão Universitária		Institucionalização e incentivo da produção bibliográfica da Série Extensão Universitária da UFMS; Revitalização do Teatro Glauce Rocha (espaço cultural da UFMS); Criação de Quiosques de Informação Digital e acesso à Internet nas Unidades da UFMS de grande fluxo de estudantes; Investimento em novos sistemas de informação para automatizar a gestão de todos os processos envolvendo Extensão Universitária.
F.1. Articulação da Graduação com a pós-graduação	Ampliar a produção científica da UFMS em média de 6% ao ano, totalizando 30% em 5 anos; Aumentar o número de doutores em média de 6% ao ano, totalizando 30% em cinco anos; Criar em média de 3 cursos de mestrado e um de doutorado por ano, totalizando 15 cursos de mestrado e 5 de doutorado em 5 anos; Reduzir o percentual de cursos com conceito 3, em média de 30% nos cinco anos; / Ampliar em média 10% no número de vagas por ano nos cursos de pós-graduação; Ampliar em média de 4% da produção tecnológica da UFMS ao ano; Criar em média de 1 curso de mestrado profissionalizante por ano, totalizando 5 em cinco anos.	As estratégias para esta dimensão não estão claras (as informações preenchidas nesse campo explicitam mais um diagnóstico da pós-graduação na instituição além de suas necessidades, mas não propõe ações).
Fonte: Elaborado com base no Plano de Reestruturação e Expansão da UFMS		

Conforme se pode observar pelo conteúdo definido pela UFMS, constante no quadro 1, o seu Plano Institucional de Reestruturação e Expansão teve como foco a expansão institucional. A ênfase concentrou-se na ampliação de vagas, de cursos e de *campi*. Há inclusive uma preocupação com a ampliação dos cursos noturnos, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física. A expansão é meta tanto para a graduação quanto para a pós-graduação, o que está contemplado nas dimensões “A” e “F”. Outras dimensões do Plano ficaram em segundo plano, como a dimensão B, que traz a “reestruturação acadêmico-curricular”. Nessa dimensão o Plano tratou de indicar a transformação da Divisão de Currículos e Programas em Coordenadoria no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação. Não tratou propriamente de promover reestruturações curriculares, mas busca, administrativamente, viabilizar condições de acompanhar e orientar tecnicamente a elaboração de projetos pedagógicos dos cursos ofertados e aqueles a serem ofertados. Nesse sentido é estabelecido que cada curso tenha um coordenador responsável e um colegiado de curso implantado. Em termos de reestruturação curricular é definido que o acadêmico curse no mínimo duas disciplinas de áreas de conhecimento diferentes daquela em que esteja enquadrado o seu curso de graduação.

Pode-se observar que essa meta, bem como as estratégias definidas para essa meta, não propõe medidas distintas àquelas usualmente já empregadas pelas instituições federais, e pelas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação, em que já é previsto a presença de disciplinas optativas como forma de flexibilização curricular. A opção por duas disciplinas para ser cursadas fora da área do curso não traz alterações ou avanços nas propostas curriculares empregadas no contexto brasileiro. Nesse mesmo sentido está a adoção de coordenador responsável e de colegiado para curso da instituição.

Ao se referir à subdimensão “B.3” que trata da “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada”, a UFMS propõe a consolidação da Faculdade de Computação, sem explicitar modalidades novas a serem implantadas. Portanto, a meta proposta não contempla o que é solicitado na subdimensão, que foca a diversificação de modalidades de graduação. Na dimensão “E”, que trata do “compromisso social da instituição”, são apresentadas metas envolvendo a definição de cotas para alunos oriundos da escola pública, a ampliação de bolsas de apoio estudantil e o aumento dos projetos de extensão universitária. Cumpre destacar que até o processo seletivo de 2011 a UFMS não havia implantado o sistema de cotas para o acesso à instituição, mas antes adotou o ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC), conforme indica o Edital n°. 158, de 30 de novembro de 2010.

Outras dimensões são menos contempladas ainda, como é o caso da dimensão “C”, que trata da “Renovação pedagógica da educação superior”. Nessa dimensão a UFMS restringe-se a equipar as Unidades com laboratórios de informática. Os outros itens mencionados são de pouca alteração aos padrões usualmente utilizados nas universidades como a “devolução obrigatória das provas escritas aos acadêmicos”. Quanto à subdimensão que trata de “prever programa de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo” não houve manifestação por parte da UFMS. Na dimensão “D”, que se refere à “mobilidade acadêmica intra e interinstitucional”, restringe-se a informar que a meta é “fazer levantamento periódico nesse sentido”.

De forma geral, pode-se observar que a concepção do REUNI, retratada no Plano Institucional da UFMS é de expansão de vagas, cursos e *campi*, tanto na graduação como na pós-graduação.

O quadro 2 apresenta metas e estratégias descritas no Plano Institucional da UFGD:

Quadro 2. Metas e estratégias descritas no Plano de Reestruturação e Expansão da UFGD (continua)

Subdimensão	Meta	Estratégia
A.1. Aumento das vagas de ingresso, especialmente no período noturno	Aumentar o número de vagas dos cursos já existentes na UFGD; Criar nove cursos novos em 2009.	Expansão do quadro de professores e de técnicos administrativos; Ampliar o custeio e o investimento; Redimensionamento da estrutura física existente e construir e adequar os espaços físicos.
A.2. Redução das taxas de evasão	Reduzir aproximadamente 40% na taxa de evasão de graduandos.	Implantação de ações de nivelamento e ampliação dos meios de subvenção estudantil, por meio de programas de bolsas; Manutenção de projeto de atendimento psicossocial para alunos; Reformulação de projetos pedagógicos com ênfase na flexibilização curricular. Ampliação eventos de extensão e cultura e implantar o centro de convivência.
A.3. Ocupação das vagas ociosas	Diminuir em 80% do índice de vagas ociosas em 4 anos.	Adoção de regime de matrículas de sistema de créditos; Oportunização de formas alternativas de ingresso para ocupação das vagas ociosas; Criação de condições de permanência do acadêmico; acesso e atendimento das necessidades específicas dos acadêmicos com deficiência; Construção de um processo contínuo de avaliação do número/ cursos/motivos da existência das vagas ociosas.
A.4. Outras opções nesta dimensão não contempladas no decreto	Não há.	Não há.

<p>B.1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade</p>	<p>Consolidar, institucionalmente, a liberdade acadêmica no âmbito da UFGD; Construir em todas as unidades de ensino, a cultura de avaliação permanente; Reformular e executar política de avaliação institucional do processo de revisão e análise da estrutura acadêmica; Promover a descentralização do processo de estruturação e definição curricular para as unidades de ensino.</p>	<p>Instituição de avaliação curricular como ponto fundamental do processo de revisão da estrutura acadêmica; Monitoramento constantemente e profundamente o processo de avaliação curricular; Otimização do processo de avaliação institucional, agregando os resultados das avaliações externas, criando estudos de tendência, por meio de séries estatísticas de acompanhamento desses resultados, de modo a observar os impactos que a alteração curricular gera na qualidade dos cursos; Construção do Programa de Auto-Avaliação Institucional – considerando, além das dez dimensões previstas no SINAES, os indicadores específicos sobre as ações desencadeadas a partir da adoção do Programa do REUNI.</p>
<p>B.1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade</p>		<p>Elaboração de banco de dados estatísticos – com séries históricas referentes ao fluxo estudantil; Revisão das normas internas – com vistas a implementar maior autonomia às unidades de ensino. Elaboração de normas específicas para o processo de implantação da reestruturação curricular; Instituição eventos destinados à ressignificação do processo de avaliação curricular.</p>
<p>B.2. Reorganização dos cursos de graduação</p>	<p>Implantar em todas as unidades acadêmicas cursos ligados às demandas da comunidade da Grande Dourados; Implantar em todos os cursos sistema de ciclos de formação geral; Implantar sistemas de cota, com no mínimo 25% das vagas para egressos de escolas públicas.</p>	<p>Adoção do sistema de ciclos com duas fases: a primeira, de formação geral na área de conhecimento ou na unidade acadêmica, com 25% de sua carga horária com disciplinas comuns a todos os cursos; e a segunda, de formação específica, com 10% da carga horária total do curso de disciplinas eletivas.</p>
<p>B.3. Diversificação das modalidades de graduação</p>	<p>Criar novos cursos nas Unidades Acadêmicas, diversificando a educação superior; Criar em cada Unidade de Ensino, sistema de tutoria e atendimento discente em tempo integral, por meio de plataformas educacionais; Otimizar a integração entre a formação continuada de professores e a formação inicial.</p>	<p>Inserção de novos cursos nas unidades acadêmicas; Realização de mobilidade entre a UFGD e outras instituições de ensino superior e a mobilidade dentro da própria instituição.</p>

B.4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos	Diversificar as modalidades de cursos de graduação ofertados nos próximos 4 anos; Favorecer o aumento do ingresso de estudantes, a redução das taxas de evasão, a ampliação da mobilidade estudantil e articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica.	Adoção de sistema de créditos; Realização de reestruturação curricular para todos os cursos, com espaços de flexibilização curricular; Garantia aos alunos da opção de escolher, ao final da primeira fase, outro curso da área de conhecimento que estão cursando;
B.4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos		Realização de reestruturação curricular com possibilidade de maior aproveitamento do estudo realizado por cada discente; Implantação de certificação intermediária viabilizada pelo estabelecimento de política de diversificação de modalidades, implantando os cursos tecnológicos de forma integrada ao bacharelado; Com a implantação dessa política, subsidiariamente, serão utilizadas as seguintes estratégias: - Realização de seminários sobre os cursos tecnológicos e sua certificação intermediária; - Reestruturação das normas curriculares internas, de modo a facilitar a implantação do novo regime curricular; - Indução, por meio de incentivos de incremento à infraestrutura acadêmica e ampliação de corpo docente, as unidades de ensino a implantarem a certificação intermediária; - Ampliação, intensificação e otimização das parcerias e convênios com empresas, instituições e organizações da sociedade civil.
B.5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso	Não há.	Não há.
C.1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica	Elevar o nível de ensino por meio da articulação e interdependência entre a formação básica, profissional e tecnológica; Ampliar índices de acesso e elevar para 90% a permanência e conclusão no ensino superior por meio da reestruturação curricular e da inovação pedagógica.	Criação de um observatório da educação básica; Implementação de programas de extensão e programa institucional de bolsas de iniciação à docência; Desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, articulados com a formação profissional e tecnológica;

<p>C.1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica</p>	<p>Elevar o nível de ensino por meio da articulação e interdependência entre a formação básica, profissional e tecnológica; Ampliar índices de acesso e elevar para 90% a permanência e conclusão no ensino superior por meio da reestruturação curricular e da inovação pedagógica.</p>	<p>Criação de um observatório da educação básica; Implementação de programas de extensão e programa institucional de bolsas de iniciação à docência; Desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, articulados com a formação profissional e tecnológica;</p>
<p>C.1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica</p>	<p>Organizar os ciclos de formação, geral e específica; Ampliar e dinamizar a oferta de disciplinas e componentes curriculares, disponibilizando-as para a livre escolha dos acadêmicos; Incentivar propostas pedagógicas centradas no processo dialógico e emancipatório da construção do conhecimento; Ampliar a participação dos acadêmicos, em projetos de pesquisa, ensino e extensão; Promover ações articuladoras da universidade com a educação básica por meio da implementação de núcleos de formação e desenvolvimento de profissionais da educação; Implementar o Curso de Licenciatura Letras-Libras e Bacharelado Guia Intérprete para a formação de profissionais especializados tendo em vista a atuação no ensino básico; Utilizar a tecnologia da informação e comunicação como ferramentas para o acesso ao currículo, construção e democratização do conhecimento; Discutir e rever o processo de avaliação: critérios, instrumentos e procedimentos.</p>	<p>Estabelecimento de parcerias com universidades, escolas de educação básica e empresas; Desenvolvimento de eventos sobre inovação pedagógica e experiências exitosas no ensino superior; Implementação de núcleos de estudos, pesquisas e formação contínua sobre metodologia e didática do ensino superior e educação básica; Promoção da revisão do projeto político pedagógico das unidades de ensino; Flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem nos ciclos de formação geral e específica; Implementação de ações de melhoria da qualidade do ensino e promoção da aprendizagem por meio de procedimentos didático-metodológicos diferenciados; Oferecimento de cursos e oficinas de informática para professores, acadêmicos da UFGD e da educação básica; Desenvolvimento de uma política de avaliação educacional democrática. Avaliação qualitativa do desempenho do acadêmico em relação ao seu progresso individual, às condições e estratégias de ensino durante o percurso formativo; Implantação dos laboratórios de Letras-Libras e de práticas inclusivas para formação contínua de professores da educação básica e o atendimento às necessidades educacionais especiais de acadêmicos da UFGD.</p>

Quadro 2. Metas e estratégias descritas no Plano de Reestruturação e Expansão da UFGD (continua)

Subdimensão	Meta	Estratégia
<p>C.2. Atualização de metodologia de ensino-aprendizagem</p>	<p>Fornecer aos professores apoio pedagógico de forma a promover seu aperfeiçoamento profissional, científico e tecnológico por meio de metodologia de educação a distância; Desenvolver 20% das atividades com apoio das novas tecnologias educacionais; Fomentar atividades da graduação que privilegiem a autonomia do aluno; Oferecer treinamento aos professores com objetivo de integrar os programas de ensino às novas tecnologias</p>	<p>Criação de um núcleo de apoio pedagógico; Criação de uma Rede de Tecnologias da Informação e Comunicação que possa oferecer suporte em atividades presenciais e não presenciais; Implementação de linhas de apoio a Projetos de desenvolvimento de tecnologias sociais de aplicação de recursos tecnológicos; Criação de meios de comunicação da UFGD para a integração pedagógica da comunidade da UFGD e desta com a sociedade; Levantar as necessidades pedagógicas dos professores; Criação de fóruns informais ou clubes de interesses pedagógicos; Aumento dos recursos tecnológicos à disposição da comunidade universitária; Criação de condições e momentos que possam estimular a reflexão dos professores sobre a sua prática para inovar ações educativas; Criação de fórum de discussão virtual e um plantão de atendimento presencial; Desenvolvimento na instituição de uma cultura de avaliação; Criação de um observatório sobre inserção de tecnologias na UFGD.</p>
<p>C.3. Previsão de programa de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo</p>	<p>Integrar os cursos de graduação com ações interdisciplinares visando propiciar a interação dos cursos de bacharelado, licenciaturas e especialização de professores; Integrar os cursos de formação de professores com os demais cursos da universidade;</p>	<p>Realização de seminários e colóquios sobre inovação pedagógica no ensino superior; Implementação do programa de formação continuada para os professores da graduação, a ser realizada por meio do órgão de tecnologia, comunicação e formação.</p>

Quadro 2. Metas e estratégias descritas no Plano de Reestruturação e Expansão da UFGD (continua)

Subdimensão	Meta	Estratégia
<p>C.3. Previsão de programa de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo</p>	<p>Atualizar e/ou capacitar o corpo docente da UFGD quanto à formação e inovação didático-pedagógica e inclusão digital; Promover a inovação pedagógica por meio de estudos, pesquisas, análise de diferentes modelos pedagógicos, de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas.</p>	<p>Oferta aos professores de diferentes áreas, formação e/ou atualização de conhecimentos epistemológicos da construção do conhecimento, saberes didático-pedagógicos e tecnológicos; Oferta sistematicamente cursos e módulos de formação continuada sobre didática e metodologia do ensino superior aos docentes; Oferta de assessoria de formação de professores: encontros com especialistas, orientados para atendimento especializado aos coordenadores de curso; Promoção de seminário PROGRAD/ Ensino de Graduação para trocas de experiências exitosas no ensino superior; Desenvolvimento de cursos para coordenadores e professores sobre: avaliação institucional, avaliação qualitativa do processo de aprendizagem dos acadêmicos e das estratégias de ensino; Criação de um órgão de tecnologia, comunicação e formação.</p>
<p>D.1. Promoção da ampla mobilidade estudantil</p>	<p>Possibilitar ao acadêmico uma nova opção de escolha de disciplinas; Possibilitar a mobilidade acadêmica para outra IES; Promover mobilidade entre áreas na UFGD, possibilitando que os alunos ingressantes matriculem-se em disciplinas eletivas em outras áreas do conhecimento; Promover mobilidade entre cursos, possibilitando a realização de carga horária parcial em outra IES;</p>	<p>Revisão e articulação de ementas dos cursos de graduação; Revisão de normas e regulamentos para o aproveitamento de créditos; Cumprimento de 25% da carga horária, nos dois primeiros anos de formação, em disciplinas comuns a todos os cursos; Cumprimento de 75% da carga horária na área específica de conhecimento; Estabelecimento de livre escolha de disciplinas em qualquer curso ou campo do conhecimento -10% da carga horária total do curso em disciplinas eletivas.</p>

D.1. Promoção da ampla mobilidade estudantil	Flexibilizar as condições para aproveitamento de créditos intra e interinstitucional; Estabelecer normas para o novo sistema de aproveitamento de créditos, viabilizando a mobilidade intra e inter-institucional; Dar maior visibilidade e divulgação ao programa de mobilidade acadêmica com outras Instituições de Ensino Superior; Possibilitar a complementação de Formação.	Estabelecimento de ingresso acadêmico por curso, com opção ao final da primeira etapa, de mobilidade para outro curso, dentro da mesma área de conhecimento; Estabelecimento de aproveitamento das vagas ociosas e garantia de vagas extras para as novas opções de mobilidade intra e inter-institucional; Formalização de convênios para o programa de mobilidade acadêmica; Oferta de programas de formação cultural e de cidadania; Transformação em créditos as atividades de formação cultural; Estabelecimento de outros convênios e intercâmbio entre IFES.
D.1. Promoção da ampla mobilidade estudantil	Flexibilizar as condições para aproveitamento de créditos intra e interinstitucional; Estabelecer normas para o novo sistema de aproveitamento de créditos, viabilizando a mobilidade intra e inter-institucional; Dar maior visibilidade e divulgação ao programa de mobilidade acadêmica com outras Instituições de Ensino Superior; Possibilitar a complementação de Formação.	Estabelecimento de ingresso acadêmico por curso, com opção ao final da primeira etapa, de mobilidade para outro curso, dentro da mesma área de conhecimento; Estabelecimento de aproveitamento das vagas ociosas e garantia de vagas extras para as novas opções de mobilidade intra e inter-institucional; Formalização de convênios para o programa de mobilidade acadêmica; Oferta de programas de formação cultural e de cidadania; Transformação em créditos as atividades de formação cultural; Estabelecimento de outros convênios e intercâmbio entre IFES.
E.1. Políticas de Inclusão	Atender às necessidades específicas e educacionais especiais dos acadêmicos com deficiência, matriculados na UFGD; Desenvolver programas de Geração de Renda com as comunidades vulneráveis.	

<p>E.2. Programas de Assistência Estudantil</p>	<p>Ampliar parceria com os Serviços de Saúde da Comunidade para oferecer atendimento médico e hospitalar aos acadêmicos da UFGD; Viabilizar programa de atendimento emergencial à saúde aos acadêmicos; Ampliação do número de atendimentos na psicologia e assistência social; Formação contínua dos profissionais da área; Ampliar em 30% a oferta de bolsa alimentação integral aos acadêmicos de baixa renda; Ampliar o número e o valor das bolsas; Subsidiar a alimentação para todos os acadêmicos matriculados; Buscar subsídios para o transporte coletivo de alunos com baixa renda; Apoiar a luta por passe livre para todos os estudantes; Descobrir, incentivar e apoiar os acadêmicos com habilidades esportivas ou talento artístico; Ampliar as bolsas de incentivo ao esporte e à cultura; Agilizar a construção do Centro Poliesportivo; Criar espaços de convivência; Viabilizar a prestação de serviços; Oferecer diferentes modalidades de práticas esportivas e de lazer.</p>	<p>Estabelecimento e ampliação de parcerias entre os hospitais e serviços de saúde; Articulação, junto à Faculdade de Ciências da Saúde da UFGD, a criação de serviço de saúde para o atendimento emergencial de acadêmicos; Viabilização da criação de um serviço de atendimento psicossocial; Providência referente à organização de arquivos com o material e documentação conforme procedimentos éticos; Viabilização de recursos para a oferta de bolsa de alimentação integral aos acadêmicos de baixa renda; Provimento de subsídio de alimentação, no restaurante universitário; Provimento de recursos para a ampliação de bolsas permanência aos alunos de baixa renda; Busca de parcerias e subsídios para o custeio de atividades esportivas e competições; Busca de subsídios para o custeio de acadêmicos com habilidades artísticas; Estabelecimento de convênios com as empresas de transporte; Incentivo a projetos de extensão voltados a ações de integração e convivência entre os membros da comunidade acadêmica.</p>
<p>E.3. Políticas de Extensão Universitária</p>	<p>Ter um incremento de mais de 100% do número de projetos de extensão e dobrar o número de programas de extensão; Transformar a Unidade I da UFGD em espaço de Cultura e Extensão; Promover a interculturalidade por meio de ações que visem resgatar, preservar e valorizar a identidade cultural do MS; Estabelecer um marco definitivo nas ações de extensão da UFGD; Consolidar a universidade em sua tarefa educativa de integração com a comunidade.</p>	<p>Realização de parcerias e convênios com outras instituições; Oferecimento de cursos que desenvolvam ações culturais diversas; Ampliação da oferta de cursos de extensão; Realização, uma vez ao mês, de uma atividade cultural na UFGD; Valorização dos artistas da UFGD; Desenvolvimento da capacidade de expressão oral e escrita dos participantes; Desenvolvimento de projetos e atividades culturais com as comunidades interna e externa.</p>

E.3. Políticas de Extensão Universitária	<p>Ter um incremento de mais de 100% do número de projetos de extensão e dobrar o número de programas de extensão; Transformar a Unidade I da UFGD em espaço de Cultura e Extensão; Promover a interculturalidade por meio de ações que visem resgatar, preservar e valorizar a identidade cultural do MS; Estabelecer um marco definitivo nas ações de extensão da UFGD; Consolidar a universidade em sua tarefa educativa de integração com a comunidade.</p>	<p>Realização de parcerias e convênios com outras instituições; Oferecimento de cursos que desenvolvam ações culturais diversas; Ampliação da oferta de cursos de extensão; Realização, uma vez ao mês, de uma atividade cultural na UFGD; Valorização dos artistas da UFGD; Desenvolvimento da capacidade de expressão oral e escrita dos participantes; Desenvolvimento de projetos e atividades culturais com as comunidades interna e externa.</p>
E.3. Políticas de Extensão Universitária	<p>Ter um incremento de mais de 100% do número de projetos de extensão e dobrar o número de programas de extensão; Transformar a Unidade I da UFGD em espaço de Cultura e Extensão; Promover a interculturalidade por meio de ações que visem resgatar, preservar e valorizar a identidade cultural do MS; Estabelecer um marco definitivo nas ações de extensão da UFGD; Consolidar a universidade em sua tarefa educativa de integração com a comunidade.</p>	<p>Realização de parcerias e convênios com outras instituições; Oferecimento de cursos que desenvolvam ações culturais diversas; Ampliação da oferta de cursos de extensão; Realização, uma vez ao mês, de uma atividade cultural na UFGD; Valorização dos artistas da UFGD; Desenvolvimento da capacidade de expressão oral e escrita dos participantes; Desenvolvimento de projetos e atividades culturais com as comunidades interna e externa.</p>

A partir dos dados constantes no Quadro 2, pode-se perceber que a UFGD procura contemplar todas as dimensões propostas nas Diretrizes Nacionais. A dimensão que teve um foco menor na proposição de alterações às medidas adotadas pela instituição foi a dimensão “C”, que se refere à “Renovação pedagógica da educação superior”. Nesta, a UFGD se propõe a reforçar a proposta constante na dimensão “B”, que descreve seu processo de “reestruturação acadêmico-curricular”. Assim, na dimensão “C”, retoma-se a proposta de adoção de ciclos, geral e específico, de formação como forma de inovação pedagógica. Nesse mesmo sentido, aponta que esse processo de reformulação curricular estaria viabilizando o aproveitamento escolar de 90%, conforme previsto nas diretrizes gerais nacionais do REUNI. Como forma de dinamizar a relação

da educação superior com a educação básica, refere-se ao curso de Letras, com habilitação em Libras, ofertado em parceria com a UFSC, para a formação de profissionais especializados para atuar na educação básica. As demais metas e estratégias propostas apresentam ações convencionais às atividades educacionais como a realização de eventos, fóruns, cursos, oficinas de informática para a observação da educação básica e a formação dos professores para atuar com tecnologias e educação inclusiva.

De forma geral, a UFGD dá ênfase ao processo de expansão, com a previsão de criação de nove cursos de graduação, como a principal meta da dimensão “A”, que trata da “ampliação da oferta de educação superior pública”. Esta ampliação está prevista também na pós-graduação em três cursos de doutorado e nove de mestrado, presentes na dimensão “F”. Nessa dimensão “A” há ainda metas estabelecidas para se atingir 80% de aproveitamento das vagas ociosas e pretende-se reduzir 40% da taxa de evasão, que na época da elaboração do Plano Institucional era de 12,8%.

A UFGD também atende ao processo de “reestruturação curricular” prevista na dimensão “B”, quando estabelece o sistema de ciclos de formação, previstos em formação geral e específica, quando propõe a inclusão de eixos comuns de formação para todos os acadêmicos da universidade para a formação geral. Ainda, transforma o regime acadêmico de seriado anual para o sistema de créditos semestral. Também adota o sistema de cotas, sendo 25% das vagas reservadas aos alunos oriundos da escola pública. Outro ponto de destaque nessa dimensão refere-se à avaliação institucional, como uma meta capaz de gerar monitoramento sistemático de avaliação dos cursos existentes, dos cursos a serem criados e, especialmente, capaz de avaliar o processo de implantação do Programa REUNI, no contexto institucional.

Na dimensão “D”, que se refere à “mobilidade intra e inter-institucional”, o Plano prevê a mobilidade interna entre os cursos

de mesma área de conhecimento da instituição. Essa meta é viabilizada por meio da reestruturação curricular, que prevê ciclo de formação geral. Além da mobilidade interna, o plano acolhe as demais formas de mobilidade por meio de aproveitamento de créditos e de intercâmbios interinstitucionais.

O Plano Institucional ainda dá ênfase à dimensão “E”, que se refere ao “compromisso social da instituição”. Na medida em que adota o sistema de cotas sociais para 25% de suas vagas, propõe ampliação do programa de concessão de bolsas de apoio estudantil e outras formas de bolsas tanto institucionais quanto de órgãos externos. Outra ênfase está na inserção da instituição na construção de política e de práticas de educação inclusiva.

A partir da análise do conteúdo desenvolvido pelas duas instituições sul-mato-grossenses, pode-se perceber que há aspectos congruentes e outros distintos na concepção de reestruturação e de expansão desencadeada a partir do REUNI no contexto nacional. É possível inferir que apesar do desenho estabelecido pelas Diretrizes Nacionais do Programa, a incorporação foi diferente para cada uma das instituições analisadas.

CAPÍTULO III

O REUNI EM MATO GROSSO DO SUL

A UFGD e a UFMS se constituem como instituições federais de educação superior, sendo as únicas a serem contempladas com o REUNI no estado de Mato Grosso do Sul. Assim, ao analisarem-se os Planos Institucionais dessas universidades explicita-se a concepção do REUNI construída a partir desse contexto.

Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais: por que e para quê?

Toma-se o histórico e o diagnóstico que cada instituição fez para possibilitar a compreensão das metas e estratégias apresentadas em cada Plano Institucional analisado, buscando explicitar as razões das diferenças e das semelhanças entre esses Planos. O histórico institucional e o diagnóstico que subsidiam os Planos Institucionais possibilitam compreender o “porquê” e o “para quê” de cada Plano.

Cumpra esclarecer que o processo histórico e de construção da identidade de cada instituição é fator que influencia na construção de suas metas, que nesse contexto representam a construção da política institucional, conforme aponta Azevedo (1997):

[...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada socie-

dade desenvolve sobre si própria. Nesse sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada sociedade (p. 5-6).

A UFMS apresenta seu histórico no Plano Institucional, em que mostra a amplitude de sua criação no contexto estadual, vinculando seu processo de fundação à criação do estado, o que a tornou a primeira e, até 2005, a única instituição federal de Mato Grosso do Sul. Ressalta sua característica *multicampi*, desde o início, apresentando seus dez *campi* existentes no momento anterior à implantação do REUNI. Ao justificar a sua adesão ao programa, aponta a necessidade de sua expansão para o interior do estado, com vistas a fortalecer a sua atuação no contexto estadual e da região Centro-Oeste brasileira. Na súmula que faz para o seu Plano Institucional, aponta a intenção de criar mais três *campi* como sua principal justificativa para a adesão ao REUNI nacional.

No diagnóstico apresentado para a construção das metas e estratégias, a UFMS manifesta necessidade de melhor aproveitamento de sua estrutura física, quando apresenta dados sobre a oferta de cursos, na capital, focada no período diurno e em regime integral, com possibilidades para a ampliação de cursos no período noturno. Por outro lado, aponta que no interior a oferta de cursos está concentrada no período noturno, possibilitando condições para a expansão de cursos no período diurno e/ou integral.

De forma geral, o Plano Institucional da UFMS apresenta como diagnóstico as condições para a expansão institucional com foco no interior, e no período noturno, considerando as condições da capital. Também trata do melhor aproveitamento das vagas ociosas existentes. A principal justificativa para a adesão do Plano centra-se na expansão, considerando as condições existentes de aproveitamento da estrutura física existente.

A UFGD, em seu histórico, apresenta como característica o recente processo de criação, a partir do desmembramento da UFMS, instituído por meio da Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005. Embora seja uma instituição nova, com pouco mais de dois anos de criação, quando ocorreu o processo de elaboração do REUNI, a UFGD busca esclarecer por meio de seu histórico, o seu perfil de instituição consolidada na região geográfica da Grande Dourados, uma vez que, por ser um *campus* avançado da UFMS, estava inserida na região desde 1970, ofertando até o ano de sua criação, 2005, 12 cursos de graduação, três mestrados acadêmicos e um doutorado. Com a sua criação houve processo de expansão que permitiu a criação, em 2006, de mais sete cursos de graduação e mais dois de mestrado, perfazendo, à época de elaboração do Plano Institucional, um total de dezenove cursos de graduação, cinco mestrados e um doutorado.

Outro fator destacado em seu delineamento histórico é a apresentação das condições sociais e econômicas da região da Grande Dourados, a partir de dados consolidados em indicadores sociais, geográficos e econômicos que apresentam uma região promissora para o desenvolvimento do país, no qual se destaca o papel da universidade na qualificação de recursos humanos, para potencializar os avanços dessa região.

Em seu diagnóstico, a UFGD reforça o fato de se constituir como uma universidade nova e em expansão, propondo-se, a partir do REUNI, a crescer mais, contribuindo com o desenvolvimento da região em que está inserida.

Esse delineamento permite compreender os motivos por que o Plano Institucional da UFGD procura contemplar a todas as dimensões presentes nas diretrizes nacionais do REUNI, uma vez que se encontra como universidade nova e com perspectiva de cresci-

mento, justificando o seu forte interesse em se vincular ao programa que pretende contribuir com o processo de expansão das IFES.

Os planos de reestruturação e expansão das universidades federais: seus críticos

Nessa seção retrata-se o processo de construção dos planos institucionais das universidades de Mato Grosso do Sul, com vistas a destacar os embates e entraves desencadeados no processo. No entanto, a análise documental e as entrevistas realizadas permitem verificar a ausência de críticas explícitas ao processo de formulação do Plano, especialmente considerando o processo desencadeado para sua elaboração e aprovação. Detalhamentos desse processo são delineados a seguir:

A UFMS

Para a elaboração de seu Plano Institucional, a UFMS adotou a metodologia que envolveu a participação de suas unidades, sendo que a adesão ao REUNI pela universidade foi aprovada em reunião extraordinária de seu Conselho Universitário no dia 24 de outubro de 2007.

Conforme mencionado anteriormente, o grupo de trabalho indicado para elaboração do plano institucional da UFMS era composto essencialmente por membros da administração central da instituição. A partir das propostas elaboradas por esse grupo realizou-se reunião junto ao Conselho Universitário para deliberar sobre a adesão ao REUNI pela UFMS.

Na reunião do Conselho Universitário da UFMS, cuja pauta era “Apreciação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”, as palavras do pró-reitor

de ensino de graduação, Cezar Augusto Carneiro Benevides, constantes na ata de sua aprovação, explicitam o foco dado à expansão da instituição no Plano Institucional.

As decisões referentes à adesão ao Programa REUNI pela UFMS a serem tomadas pelos membros, durante a reunião do Conselho Universitário, apoiaram-se nas falas do pró-reitor de ensino de graduação, que se constituiu como presidente do Grupo de Trabalho de elaboração do Plano, cujo teor é explicitado na ata da reunião:

Continuando discorreu sobre a importância da UFMS aderir ao REUNI, em razão das possibilidades de contribuir com a inserção do Governo Federal no ensino superior em Mato Grosso do Sul, ampliando as oportunidades para os jovens da faixa etária de 18 a 24 anos. Ao mesmo tempo, informou que a UFMS ampliará a sua interiorização no Estado, incluindo mais três cidades onde funcionarão as três novas Unidades Setoriais Acadêmicas, que serão chamadas Faculdades, ocupando localizações estratégicas no cenário macroeconômico do Estado. Outro aspecto salientado pelo Conselheiro Cezar Benevides é a distribuição de cursos pelo Estado voltados para a formação de professores, contribuindo em grande parte para o referido crescimento do número de jovens que serão os futuros professores e profissionais da educação. Falou também que a UFMS pretende ampliar o número de cursos noturnos com vistas a oportunizar o acesso àqueles que ocupam atividades laborais no período diurno e possam paralelamente melhorar o seu nível de escolaridade e levarem o nível de qualidade de vida com reflexos junto à sociedade onde se encontram inseridos. Apresentou ainda através de uma projeção em data-show todas as mudanças que vão ocorrer no âmbito da UFMS, caso a IFE aprove a adesão ao REUNI [...] (COUNI/UFMS, 2007, p. 1-2).

Nota-se, a partir da fala do pró-reitor, que a concepção do Programa REUNI, para a comissão que elaborou o Plano Institucio-

nal, estava baseada na expansão da instituição por meio da criação de novas faculdades no interior do estado e o incremento de cursos novos. Desse modo o foco das ações se concentrava no crescimento da instituição e de sua abrangência no estado por meio da ampliação de suas unidades no interior.

Diante dessa representação, que expõe a concepção inicial dos formuladores para a expansão e reestruturação da IFES, a expectativa de aprovação do Plano Institucional é acolhida por unanimidade pelo Conselho Universitário:

Após a apresentação do Projeto, e discussão da matéria a mesma foi colocada em votação pelo Senhor Presidente, sendo aprovada nos seguintes termos: “Resolução 60/2007 – COUNI – O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, em reunião extraordinária realizada em 24 de outubro de 2007, considerando o contido no decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, resolve, por unanimidade: Art. 1º Aderir ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Art. 2º Aprovar o Plano de Reestruturação da UFMS, anexo, conforme as diretrizes do Programa. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação (COUNI/UFMS, 2007, p. 2).

Observa-se no texto da Ata que a aprovação da adesão ao REUNI pela UFMS aponta para a não existência de vozes dissonantes no Conselho Universitário, já que não houve nenhum voto contrário.

A representatividade, durante a reunião do Conselho Universitário, era composta essencialmente por docentes, com predominância em número, daqueles que possuíam funções administrativas:

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às nove horas e vinte minutos na Sala de Atos da Reitoria, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a Presidência do Reitor, Professor MANOEL CATARINO PAES PERÓ. **Compareceram os seguintes Conselheiros:** Amaury de Souza, Vice-Reitor; Roberto Assad Pinheiro Machado, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças; Sebatião Luiz de Mello, Pró-Reitor de Administração; Cezar Augusto Carneiro Benevides, Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Célia Maria da Silva Oliveira, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e Rosa Maria Fernandes de Barros, Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Diretores de Centro, Campus e Faculdades:** Flávio Dantas dos Santos (CCBS); Amâncio Rodrigues da Silva (CCET); Luiz Carlos de Mesquita (CCHS); José Antonio Menoni (CPTL); Rosana Mara Giordano de Barros (FAODO); Antônio Firmino de Oliveira Neto (CPAQ); Gustavo de Faria Theodoro (CPCS); Cícero Lacerda Faria (FAMEZ); Célio Vieira Nogueira (CPNA); Ivonete Bittencourt A. Bittelbrunn (CPAR) e, Aurélio Ferreira; **Representantes Docentes:** Everton da Silva Neiro, Hugo Souza Paes de Barros; Robert Shiaveto de Souza; Silvia Salles Público; Marcelo Pereira Longo e Charlei Aparecido da Silva e Idinaura Aparecida Marques. **Representantes de Associações e Sindicatos:** Olímpio Crisóstomo Ribeiro⁴⁵; Paulo Roberto Haidamus de O. Bastos⁴⁶; Ademar Macedo dos Santos⁴⁷; Silmar de Fátima Lima Ramos⁴⁸ e, Luzia Mar-

45 Olímpio Crisóstomo Ribeiro, representante da Associação dos Aposentados e Pensionistas da UFMS.

46 Haidamus é presidente da ADUFMS (Associação de Docentes da UFMS) e assessor do reitor Peró.

47 Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido ver: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4789400P2>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

48 Servidora técnica lotada no Hospital Universitário da UFMS. (Comissão de Humanização Hospitalar do Núcleo de Hospital Universitário - Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul). Nesse sentido ver: <http://www.sistams.org.br/04_matraca/pdf/2009_ed_04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

tins de Souza⁴⁹. **Ausência justificada dos Conselheiros:** Rosana Carla G. Cintra (CPCX), Maria Neuza Gomes de Souza e, Leocir Paulo Montagna. **Não compareceram e não justificaram suas ausências:** Fabrício Simplício Maia⁵⁰; Maria Cristina Lanza de Barros; Wilma Eliza Trindade; Ângela Mendonça, João Pereira da Rosa, Jair SoaresMadureira e Jorge João Chacha. [...] (COUNI/UFMS, 2007, p. 1).

Nessa reunião, além de poucos representantes docentes sem vínculos com a administração central, não se nota a representatividade discente conforme se observa na composição do Conselho Universitário constituída por reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores, representantes docentes e representantes de associações e sindicatos de docentes e de técnicos da UFMS.

Conforme mencionado anteriormente, não há a representação de alunos, mesmo no item avaliação e acompanhamento da proposta. A comissão da UFMS é composta, basicamente, pelas mesmas pessoas que fizeram parte do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta do REUNI para a UFMS.

A composição das comissões, bem como a representatividade no Conselho Universitário, conformou com o resultado que aprovou por unanimidade a adesão ao Programa REUNI pela instituição, de modo que os debates observados em nível nacional, com críticas ao Programa REUNI, particularmente pela ANDES, não foram acolhidos no contexto das decisões do Conselho Universitário.

Algumas mudanças ocorreram posteriormente na estrutura curricular, como a adoção do sistema de matrículas semestral por disciplinas em substituição ao sistema de matrículas seriado anual,

49 Técnica-administrativa da UFMS.

50 Docente UFMS. Nesse sentido ver: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4731784H5>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

conforme resoluções nº 166, de 13 de outubro de 2009, do Conselho de Ensino de Graduação (COEG), que aprovou a reformulação das Regras de Transição entre o Regime de Matrículas por Série e o Regime de Matrículas por Disciplinas para os Cursos de Graduação da UFMS e a resolução nº 43, de 24 de fevereiro de 2010.

A mudança no regime de matrículas seriado anual para semestral em disciplinas ocorreu em função das adaptações acerca da mobilidade acadêmica que poderia ser inviabilizada no sistema seriado, conforme explicita o seguinte trecho do Parecer Geral ADHOC da SESU/MEC: “[...] A sua estrutura acadêmica é seriada e anual, o que se coloca como uma dificuldade adicional para a mobilidade estudantil em relação a outras IFES. Na proposta apresentada, a IFES indica que não pretende mudar sua estrutura acadêmica” (COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO: REUNI/UFMS, 2007, p.1).

Essas adaptações atendem, em parte, a recomendação da Comissão de Homologação da proposta enviada ao MEC, conforme explicitado a seguir:

A estrutura acadêmica seriada e anual utilizada (que não será modificada), e as propostas apresentadas de obrigatoriedade de disciplinas nas áreas diferentes às dos cursos, não parecem dar condições à UFMS de atender as diretrizes do REUNI de ampliação da flexibilidade curricular, de liberdade na criação de itinerários alternativos e de mobilidade estudantil. É importante que a IFES desenvolva um processo de discussão nesse sentido (COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO REUNI/UFMS, 2007, p. 1-2).

Em outro trecho, o Parecer da Comissão de Homologação é mais explícito, indicando a necessidade de superar essa deficiência, como segue:

A Comissão corrobora as observações apresentadas nos pareceres, especialmente no que se refere às dimensões relativas à mobilidade estudantil e flexibilidade curricular, conforme as diretrizes do Programa, e propõe à Universidade que realize as ações necessárias à superação das restrições assinaladas (COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO REUNI/UFMS, 2007, p. 12).

Nota-se que a adoção de um regime de matrículas diferenciado ao que vinha sendo praticado na UFMS não se configurou como uma voz dissonante ao Plano Institucional ou à adesão ao REUNI pela instituição, mas sim como uma adequação às recomendações da Comissão que analisou o Plano Institucional.

Apesar da não representatividade discente na reunião que aprovou a adesão ao REUNI e o Plano Institucional da UFMS, o movimento estudantil chegou a reivindicar a rediscussão do REUNI quase um ano após sua aprovação, conforme explicita o blog do movimento de ocupação da UFMS⁵¹. No entanto, devido às circunstâncias com que se concretizaram os protestos, esse movimento acabou se desfazendo.

Fora do contexto do COUNI da UFMS, a ocupação do prédio da reitoria comandada pelo Diretório Central dos Estudantes da UFMS do dia 7 de agosto de 2008, até o dia 24 do mesmo mês, apontava como uma de suas reivindicações a “rediscussão do REUNI”, no entanto o principal item da pauta de ocupação era a defesa de mudanças na distribuição dos votos para eleição para reitor e vice-reitor da instituição. Os alunos exigiam o voto paritário, que garantiria igualdade no peso entre os três setores nas eleições para

51 A ocupação da reitoria da UFMS pelo diretório central de estudantes da UFMS foi amplamente divulgada pela mídia local. Nesse sentido ver: <<http://ocupacaoufms.blogspot.com/>>. Acesso realizado em: 20 dez. 2010.

reitor. Mas, como a eleição com contagem de votos proporcional, (os votos são distribuídos da seguinte forma: alunos e técnicos representam 15% cada; e docentes 70%), é prevista na LDB, as reivindicações não foram acatadas pelo Conselho Universitário da instituição. Ao final dos 17 dias, os alunos foram obrigados a deixar o prédio mediante mandado de reintegração de posse, sob a alegação de que os acadêmicos estariam destruindo patrimônio público.

A UFGD

A UFGD adotou, para o processo de construção de seu plano institucional, mecanismos de envolvimento de suas unidades acadêmicas, partindo de uma comissão central identificada como Grupo de Trabalho, de acordo com a Portaria nº 335, de 21 de setembro de 2007.

Esse Grupo de Trabalho, conforme já mencionado, era constituído por membros ligados à administração central e de representantes docentes escolhidos para esse propósito. Para essa elaboração, o Grupo de Trabalho apoiou-se nas propostas encaminhadas e previamente aprovadas pelos Conselhos Superiores da UFGD, a partir da divulgação junto às Unidades Acadêmicas, realizada por grupo de servidores identificados como facilitadores. Assim informa o pronunciamento de uma representante do Grupo de Trabalho, conforme trecho da Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Universitário da UFGD a seguir transcrito:

O Presidente declarou aberta a reunião, passando ao único assunto da pauta: **01- REUNI**: O presidente passou a palavra à profª Marilda membro da comissão que elaborou a proposta final de participação da UFGD no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. A professora disse que a Comissão trabalhou em torno de 15

(quinze) dias para fazer a revisão da proposta e o trabalho foi basicamente no sentido de uma leitura textual e a ideia original já aprovada nos Conselhos não foi mudada (COUNI/UFGD, 2007, p. 2, grifos do original).

Diante desse quadro, que explicita o movimento desencadeado para o processo de elaboração do plano institucional, verifica-se que a perspectiva de sua aprovação é acolhida por unanimidade. Esse fato é registrado nos seguintes termos: “[...] o Presidente colocou o assunto em discussão e após observação dos conselheiros a respeito do Programa REUNI/UFGD o documento foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade, conforme Resolução nº 114/2007/COUNI” (COUNI/UFGD, 2007, p. 2).

Nessa Reunião do COUNI, que aprovou o Plano Institucional, houve a presença de 92,59% dos membros do Conselho, sendo que os ausentes eram representantes da comunidade externa. O processo desencadeado para a elaboração do Plano Institucional, que teve como ênfase a presença dos segmentos administrativos ao longo de seu desenvolvimento é respaldado pelas relações de poder existentes no contexto institucional, que diminui espaços de conflitos e de desestabilização (OFFE, 1990).

Nesse sentido, ao consultar as Atas dos Conselhos Superiores da instituição posteriores à Ata de Aprovação, que incidiam na viabilização da implantação do Plano Institucional pode-se observar que, embora não tenham surgido vozes dissonantes, houve pequenas mostras de críticas para algumas propostas, que em sua maioria foram aprovadas por unanimidade.

Um dos temas em que houve pequena divergência durante a Reunião Extraordinária do COUNI da UFGD, realizada em 1 de setembro de 2008, refere-se à adoção de cursos de dupla entrada, conforme explicita a seguinte transcrição da Ata nº 13:

7) Cursos com Dupla Entrada - Em discussão. O conselheiro Reinaldo propôs complementar a redação com o termo “mediante reingresso”. O conselheiro Wellington propôs manter o texto original. Após discussão foi colocada em votação a proposta de alteração, a qual foi aprovada com dois votos contrários, conforme segue: “O aluno cursa as disciplinas básicas, com pelo menos duas disciplinas de formação de licenciado, desde o primeiro semestre e depois faz a opção por uma ou duas modalidades (licenciatura e/ou bacharelado). Se optar por licenciatura poderá fazer o bacharelado posteriormente e vive-versa, mediante reingresso” (COUNI/UFGD, 2008, p. 4).

Pode-se perceber que a divergência foi mínima, em que a discussão estava em propor uma alteração ou manter o texto original. A mesma Ata, da 13ª Reunião Extraordinária do COUNI, menciona que algumas propostas foram aprovadas por maioria como atestam as seguintes transcrições:

IV – Número de disciplinas no tempo de formação comum: aprovada a seguinte proposta: “no mínimo 15 disciplinas de 72h cada”. V – CH profissional: Em discussão. Após discussões em votação as seguintes propostas: a) 36 e 72h – 1 voto; b) 72h – 2 votos; c) Proposta do CEPEC: mínimo de 36h e múltiplos de 18 – aprovada por maioria (COUNI/UFGD, 2008, p. 3).

4) Aproveitamento de Créditos, Progressão e Mobilidade: I – Aproveitamento de créditos para mobilidade: Em discussão. Após discussões foram colocadas em votação as seguintes propostas: a) 100% de aproveitamento na área comum e na área de conhecimento – 4 votos; b) 80% de aproveitamento na área comum e na área de conhecimento – aprovado por maioria; c) mobilidade por reingresso no início da segunda etapa para candidatos com diploma de graduação na área do curso, após re-opção dos alunos da UFGD – aprovado; II – Critérios para prosseguir no curso: Em discussão. Após discussões foram colocadas em votação

as seguintes propostas: a) não ter nenhum critério de exigência para prosseguir no curso – 4 votos; b) no mínimo 50% de aproveitamento dos créditos – aprovado por maioria (COUNI/UFGD, 2008, p. 3, grifos do original).

Os demais temas, de forma geral, tiveram aprovação por unanimidade, conforme explicita o trecho a seguir exposto: “**Eixos Temáticos Comuns na Universidade** - a conselheira Márcia propôs a inserção da FCS no eixo Território, Fronteiras e Globalização – aprovado. Sem mais acréscimo, foram colocados em votação e aprovados por unanimidade” (COUNI/UFGD, 2008, p. 3-4, grifos do original).

A Ata do CEPEC da UFGD corrobora os fatos que ocorreram no contexto do COUNI, que evidencia a ausência de críticas ao Plano. Inclusive as atas mencionam que não houve a participação discente nestas reuniões que buscam subsidiar a implementação do plano institucional, conforme explicita o trecho da 6ª Reunião Extraordinária do CEPEC: “Não houve representação discente nem representante dos Conselhos Regionais pelo fato de terem vencido os mandatos dos mesmos e ainda não estar regularizado junto ao Conselho” (CEPEC: UFGD, 2008, p.1).

Os documentos analisados mostram que a formulação do plano institucional não passou por embates explícitos, nem apresentam críticos formais em relação às propostas aprovadas ou mesmo ao Programa REUNI. No entanto, a partir do processo de implementação do Plano Institucional, observou-se que houve necessidades de se procederem algumas alterações.

Apesar de poucas, algumas das alterações nos itens que compõem a estrutura acadêmica proposta no Plano Institucional da UFGD, como as propostas posteriores de redução dos componentes curriculares dos eixos de formação geral, podem se configurar como vozes dissonantes acerca da estruturação acadêmica da gra-

duação adotada no contexto do REUNI. Essas propostas se referem ao ciclo de formação, particularmente da formação geral por meio de componentes curriculares organizados em eixos temáticos comuns ao ensino de graduação.

Os componentes comuns da Universidade são oferecidos na forma de eixos temáticos inter/multidisciplinares. Esses componentes curriculares devem fazer parte da formação inicial do aluno, sendo que, conforme a Resolução nº 101, de 30 de agosto de 2007, os cursos devem ser estruturados em sistemas de ciclos, considerando duas fases de formação com “A primeira na área de conhecimento, sendo que 25% de sua carga horária será composta por disciplinas comuns a todos os cursos. A segunda, com formação específica, sendo que 10% da carga horária total, será composta de disciplinas eletivas” (COUNI/UFGD, 2007).

É importante observar que durante a 6ª Reunião do CEPEC, ocorrida em 26 de agosto de 2008, que antecedeu a do COUNI, ficou determinado o número mínimo de seis eixos comuns para a formação geral do acadêmico com nove votos, contra três votos para a outra proposta, conforme descrito em sua Ata:

Eixos Temáticos Comuns na Universidade – A conselheira Flaviana destacou que os Eixos apresentados estão muito bem definidos e elaborados pela Comissão do Reuni e propôs aprovar como está. Não havendo discussão o Presidente colocou em votação. Aprovado. A seguir em apreciação as Diretrizes dos Eixos. Em discussão. Após discussão foi colocado em votação e aprovado com as seguintes alterações: a) o acadêmico fará opção, no mínimo por 6 (seis) – 9 votos; b) o acadêmico fará opção, por no mínimo 5 (cinco) – 3 votos; c) substituir a redação a seguir: “A regência de cada eixo poderia ser dividida com até 3 docentes” por: “A organização dos eixos temáticos será compartilhada por diferentes áreas do conhecimento e/ou unidades acadêmicas” – aprovada (CEPEC/UFGD, 2008).

A Resolução nº 89, de 1 de setembro de 2008, que aprova as propostas e diretrizes para a implantação do REUNI na UFGD, regulamentou a oferta de componentes curriculares dos eixos temáticos para a formação inicial do acadêmico conforme transcrito abaixo:

Os componentes comuns da Universidade seriam oferecidos na forma de eixos temáticos inter/multidisciplinares;

- A UFGD constituirá um banco de eixos com 12 componentes comuns à Universidade, dos quais no mínimo 9 seriam oferecidos em turnos diferentes, todo semestre;

- O acadêmico deverá cursar no mínimo 6 componentes a sua escolha.

- O limite de alteração deste banco (inclusões e exclusões) seria de no máximo 1/3 ao final de cada triênio;

- Deste banco de eixos, cada Unidade teria que oferecer um mínimo de 2 e um máximo de 4 eixos, todo semestre;

- A Faculdade oferecerá o número de turmas igual ou até 15% a mais do número de alunos que possui na etapa de formação comum. No mínimo, uma turma por turno, com no máximo de 70 e no mínimo 20 alunos.

- A organização dos eixos temáticos será compartilhada por diferentes áreas do conhecimento e/ou unidades acadêmicas;

- A gestão acadêmica de cada eixo será de responsabilidade de apenas um professor por turma (COUNI/UFGD, 2008).

No ano de 2009, o número de componentes curriculares dos eixos temáticos a serem integralizados para a formação geral do acadêmico foi modificado, passando do mínimo de seis componentes curriculares para o mínimo de quatro componentes curriculares comuns à área de conhecimento, conforme redação dada pela Resolução nº 117, de 3 de novembro de 2009 do COUNI da UFGD. Essa resolução é resultado das decisões tomadas a partir de votação dos conselheiros, conforme descrito na Ata da vigésima sexta reunião ordinária do Conselho Universitário da UFGD:

9- Alteração da Estrutura Acadêmica de Graduação (conf. Proposta dos Diretores das Faculdades: FCA/FCBA/FACET/FCS)

– Em apreciação. a) reduzir de 6 (seis) para 4 (quatro), o número de disciplinas comuns à UFGD (disciplinas do “eixo”) e a área de conhecimento que devem ser cursadas pelos estudantes de graduação ingressantes; b) possibilitar que as disciplinas do “eixo” possam ser ministradas para um total de até 150 estudantes. O presidente disse que “este assunto já esteve em pauta e também foi assunto de Seminário do REUNI, no mês de outubro/2009 e as Faculdades apreciaram no seu Conselho Diretor e agora na reunião do COUNI, estaremos aprovando estas propostas”. Em discussão. O conselheiro Reinaldo disse que a FAED é favorável a não alterar os eixos e também o número de alunos. A conselheira Célia disse que a FACALE aprovou 6 eixos da área comum e o número de 70 alunos. O conselheiro Wellington disse que a FACET é favorável as propostas. O conselheiro discente Bruno, disse que na FACET não houve discussão para deliberar este assunto. Após discussões o presidente colocou em votação as seguintes propostas: I) - manter a estrutura atual – 9 votos; - alterar a estrutura acadêmica – 16 votos. Aprovada a alteração da estrutura. II) – Eixos Interdisciplinares comuns à Universidade: flexibilizar de 4 a 6 eixos – aprovada. III) - Disciplinas comuns às áreas do conhecimento: - manter 6 disciplinas – aprovado com 16 votos; alterar – 2 votos; abstenção – 2 votos. IV) Número máximo de alunos por turma em disciplinas: - manter a proposta atual de no máximo 70 alunos por turma – aprovado com 2 votos contrários, conforme Resolução n°. 117/2009/COUNI (COUNI/UFGD, 2009, p. 8-9, grifos do original).

Nota-se que essa alteração foi proposta pelos diretores de quatro faculdades, das nove existentes à época, ou seja, de 44,4% das faculdades. Somente dois conselheiros se pronunciaram favoráveis a manter o número de eixos aprovados anteriormente.

A partir dessas decisões, a Resolução n° 117, de 03 de novembro de 2009, flexibilizou a utilização de no mínimo quatro e no

máximo seis Componentes Curriculares dos Eixos Temáticos Comuns à Área de Conhecimento.

Cumpre destacar que algumas faculdades, como a Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA), a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET) e a Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR), já haviam emitido resoluções aprovando a solicitação de redução de eixos temáticos de seis para quatro⁵². Essas manifestações apontam para a resistência, em alguns aspectos do REUNI, a partir do processo de sua implementação.

Segundo a fala do conselheiro representante discente, não obstante a proposta de redução do número de eixos ter sido aprovada anteriormente na FACET, nesta não houve a discussão para deliberar o assunto.

Nota-se que, apesar da presença de representação discente nesta reunião do Conselho, não houve um maior envolvimento dos discentes nesta decisão, que não participaram de discussões anteriores que pudessem embasar as decisões de seu representante no COUNI. O percentual de 64% de votos em favor da mudança de estrutura, que diminui o número de componentes curriculares dos eixos de formação comum na UFGD, mostra a preocupação acerca da organização acadêmica baseada em ciclos de formação geral e específica.

Diante disso, observa-se que, tanto no caso da UFMS, quanto no caso da UFGD, as vozes dissonantes que não se manifestaram durante a aprovação dos planos institucionais em seus Conselhos Universitários, tendem a se configurar no contexto de sua implanta-

52 Resolução CD/FCBA n.º 91, de 22 de maio de 2009; Resolução CD/FACET n.º 182, de 28 de outubro de 2009 e Resolução CD/FADIR n.º 166, de 8 de outubro de 2009.

ção, que se iniciou no ano de 2008 com previsão de ações a serem desenvolvidas até o ano de 2012.

Similaridades e divergências nos planos de reestruturação e expansão

As instituições de Mato Grosso do Sul, embora tenham como parâmetro de construção de seus Planos de Reestruturação e de Expansão as condições históricas, econômicas, sociais e geográficas comuns ao estado de Mato Grosso do Sul, apresentam propostas que possuem entre si similaridades e focos divergentes. Para tanto, pode-se considerar, especialmente, o próprio processo de construção de suas identidades nesse contexto.

O principal ponto convergente entre os Planos Institucionais das duas universidades encontra-se ao focar a dimensão “A”, que trata da ampliação da oferta de educação superior. O processo de expansão é concebido por ambas as instituições como o principal motivo de adesão ao REUNI. A UFMS explicita esse fato em seu Plano Institucional nos seguintes termos: “A UFMS tem interesse em participar do REUNI em razão da possibilidade de contribuir com a inserção do governo federal no ensino superior em Mato Grosso Sul ampliando as oportunidades para os jovens da faixa etária de 18 a 24 anos” (UFMS, 2007, p. 2).

Em outros momentos do documento, é explicitado o seu foco na expansão institucional, quando informa:

[...] Ao mesmo tempo a UFMS amplia a sua interiorização em Mato Grosso do Sul incluindo mais três cidades onde funcionarão as três novas Unidades Setoriais Acadêmicas, ocupando localizações estratégicas no cenário macroeconômico do Estado. Outro aspecto a ser ponderado é a distribuição de cursos pelo Estado voltados para a formação de professores, contribuindo em grande parte para o referido crescimento do número de jovens que serão os futuros professores e profissionais da educação. A UFMS pretende ampliar o número

de cursos noturnos com vistas a oportunizar o acesso àqueles que ocupam atividades laborais no período diurno e possam, paralelamente, melhorarem o seu nível de escolaridade e elevarem o nível de qualidade de vida com reflexos junto à sociedade onde se encontra inserido (UFMS, 2007, p. 2).

A UFGD também explicita o seu foco na expansão institucional, conforme esclarece a transcrição a seguir:

[...] face à condição de Universidade nova e em expansão, a UFGD propõe-se a crescer mais. A Universidade Federal da Grande Dourados planeja, no REUNI, a contratação de 120 professores DE para 9 cursos novos, totalizando um conjunto de 460 novas vagas. Baseado no simulador do REUNI, no SIMEC, apresentado na tabela 2, o total de matrículas projetadas subiria de 4712, 90 5064,35 para 7337,49, um acréscimo de mais 2273,14 para a UFGD. (UFGD, 2007, p.19).

Os planos também se referem à expansão da pós-graduação, presente na dimensão “F”, conforme segue:

Em relação à ampliação e construção de espaços para atender às necessidades de laboratórios para que possam atender a demanda da pesquisa dos programa de pós-graduação e da iniciação científica da graduação, estão previstas as seguintes edificações no período de 2008 a 2009:

- . Prédio para abrigar laboratório de pesquisa em produção de agroenergia e conservação ambiental, com área de 725,17 m².

- . Prédio para laboratório de produção e formulação de alimentos, com 360 m².

- . Prédio de 284 m² para abrigar os seguintes laboratórios: espectrofotometria e cromatografia, águas e efluentes, análise de materiais, espectroscopia molecular, espectrometria atômica, ótica, microbiologia de alimentos e higiene industrial, preparação de amostras, usina de frutas e hortaliças e bioprocessos.

Além dessas edificações descritas, outras deverão ser plane-

jadas e executadas conforme a demanda, bem como a aquisição de equipamentos para funcionamento destes laboratórios para uso em ensino e pesquisa.

Em 2008, os seguintes programas serão implantados: Mestrado em Letras, Mestrado em Educação, Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática/Profissional, Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental (todos em processo de avaliação na CAPES), e os cursos de Especialização em Direito, Ciências Sociais e Matemática. Para 2009 deverão ser implantados os cursos de Mestrado em Zootecnia, o Doutorado em História e os cursos de Especialização em Química e em Contabilidade. Para 2010 serão os cursos de Mestrado em Ciências Sociais, Mestrado em Ciências Biológicas e o Doutorado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade. Em 2011 será vez dos cursos de Mestrado em Direito, Mestrado em Química e o Mestrado Acadêmico em Educação Científica e em Matemática. Finalmente, em 2012 serão implantados os cursos de Mestrado em Administração, Mestrado em Medicina e Doutorado em Geografia. (UFGD, 2007, p. 79-80)

III - Metas (2008-2012):

1. Ampliação da produção científica da UFMS em média de 6% ao ano, totalizando 30% em 5 anos;
2. Aumento do número de doutores em média de 6% ao ano, totalizando 30% em cinco anos;
3. Criação em média de 3 cursos de mestrado e um de doutorado por ano, totalizando 15 cursos de mestrado e 5 de doutorado em 5 anos;
4. Redução do percentual de cursos com conceito 3, em média de 30% nos cinco anos;
5. Ampliação em média de 10% no número de vagas por ano nos cursos de pós-graduação;
6. Ampliação em média de 4% da produção tecnológica da UFMS ao ano; e
7. Criação em média de 1 curso de mestrado profissionalizante por ano, totalizando 5 em cinco anos (UFMS, 2007, p. 32).

Com isso, pode-se inferir que, ao aderir ao REUNI, as metas das instituições sul-mato-grossenses estavam focadas na busca por captação de recursos para viabilizar a ampliação e a expansão institucional, traduzida por aumento de cursos, vagas e *campi*, no caso da UFMS, na graduação e na pós-graduação.

Outro aspecto similar entre os Planos Institucionais analisados está na preocupação secundarizada da dimensão “E”, que trata do “compromisso social da instituição”. As medidas propostas nessa dimensão se constituem como uma decorrência do processo de expansão institucional, conforme se pode observar pelos trechos a seguir apresentados:

As metas para ampliar e implantar políticas de Assuntos Estudantis na UFMS são: Reestruturação dos benefícios de assistência estudantil com a criação e fortalecimento do Programa de Permanência do acadêmico na UFMS. Tendo em vista a expectativa de aumento de vagas na UFMS, deverá haver um aumento anual de 10% na quantidade de 3.600 bolsas oferecidas a partir de 2008 no valor de um salário mínimo vigente (UFMS, 2007, p. 23-24).

Ampliar o número e o valor das bolsas-permanência tendo em vista auxiliar o custeio de moradia para combater a evasão dos acadêmicos de baixa renda; (UFGD, 2007, p. 64).

[...]

Considerando a criação de novos blocos no Campus II da UFGD, para onde as atividades do *campus* I serão transferidas, os espaços serão ocupados com atividades de extensão e cultura (UFGD, 2007, p. 72).

Nessa dimensão, ambos os Planos Institucionais adotam o sistema de cotas sociais como a principal inovação. A divergência, no entanto, é que a UFMS até o presente momento não implantou as cotas para seu vestibular, conforme mencionado anteriormente. Cumpre destacar que, embora o

“compromisso social” tenha sido considerado como um aspecto secundário no contexto dos dois planos e configurem como aspectos congruentes, há algumas características que permitem atestar para a existência de pontos distintos. Nesse sentido, observa-se que há uma preocupação da UFGD em implantar uma política de inclusão, tanto para o acesso quanto para a permanência de estudantes especiais, entendida como compromisso social, que não é verificada no Plano Institucional da UFMS.

Outra dimensão que tem foco semelhante nos dois Planos refere-se à “Renovação pedagógica da educação superior”, identificada como dimensão “C”. Pode-se observar que as instituições não propõem renovação pedagógica aos seus cursos ou mesmo em seus contextos institucionais, conforme previam as Diretrizes Nacionais. Os planos procuram explicitar medidas que as universidades desenvolvem usualmente, como: revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, implantação de bolsas PIBID, realização de eventos de interação com a educação básica, entre outras. É importante observar que o Parecer Geral *ad hoc* emitido pela Comissão de Homologação da SESU/MEC identifica como “não atendido” as proposições da UFGD para essa dimensão, explicitando que:

A UFGD propõe claramente a articulação da educação superior com a educação básica, entretanto não há proposta explícita de articulação com a educação profissional e tecnológica. A atualização de metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem não está claramente definida pela UFGD. Reconhece a necessidade de mudança, mas não há proposição dirigida para esta finalidade (COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO: REUNI/UFGD, 2007, p.1).

As concepções distintas presentes nos dois planos institucionais encontram-se nas dimensões “B” e “D”, que tratam respectivamente da “reestruturação acadêmico-curricular” e da “mobilidade acadêmica”. Nesses itens pode-se observar que a UFGD procurou dar características próprias a essas dimensões, aproximando-se dos pontos tratados nas Diretrizes Nacionais. Assim, a UFGD realizou processo de reestruturação acadêmico-curricular de todos os seus cursos, adotando, além do regime de créditos, a modalidade de ciclos de formação. O que não se evidenciou no contexto da UFMS, que se limitou nessa dimensão “B” a tratar de questões administrativas e não curriculares propriamente ditas, conforme sinaliza o texto de seu Plano Institucional:

Implantação de uma nova Coordenadoria, no âmbito da Pró-reitoria de Ensino de Graduação, através da transformação da Divisão de Currículos e Programas (DICP/CDA/PREG), hoje vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA/PREG), responsável pela orientação técnica para a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso, Setorial e Institucional (UFMS, 2007, p. 11).

A ênfase nos processos administrativos aparece em todas as subdimensões, conforme os exemplos:

Cada curso de graduação até o final do REUNI deverá ter o seu responsável pela coordenação de curso. Cada curso de graduação até o final do REUNI deverá ter o seu colegiado de curso implantado e em funcionamento (UFMS, 2007, p. 13).

Consolidação da Faculdade de Computação até o final do período do REUNI. Envolvimento integral de docentes das outras unidades setoriais no acompanhamento da experiência. Envolvimento integral da pós-graduação nos cursos da Faculdade de Computação, consideradas as suas especificidades e pertinências (UFMS, 2007, p. 14).

A mobilidade acadêmica, tema evidenciado no Acordo de Bolonha, e apresentado nas Diretrizes Nacionais, foi tratada de forma distinta pelos Planos analisados. Cumpre destacar que essa questão não é enfatizada pelas instituições, embora a UFGD tenha procurado realizar mudanças curriculares, no sentido de viabilizar mobilidade entre os cursos de mesmas áreas dentro da própria instituição. Para tanto, incorporou como componentes curriculares eixos de formação comuns à universidade e à área comum de conhecimento, no ciclo de formação comum. A UFMS tem como meta para essa dimensão fazer “Levantamento periódico das ações neste sentido” (UFMS, 2007, p. 20), o que evidencia pouca importância para a mobilidade em seu Plano. Pode-se inferir que para a UFMS a mobilidade acadêmica não é uma questão central para a sua expansão e reestruturação.

Embora a UFGD em seu Plano Institucional tenha tratado a mobilidade de forma mais objetiva que a UFMS, pode-se observar que as metas definidas têm como objetivo “[...] superação da falta de integração disciplinar, evasão escolar e, conseqüentemente da existência de vagas ociosas [...]” (UFGD, 2007, p. 54). Portanto, a mobilidade não é concebida como uma estratégia de melhoria da qualidade da educação, mas como uma alternativa subsidiária para o melhor aproveitamento das vagas ofertadas.

Em síntese, pode-se observar que as similaridades e divergências entre os dois Planos explicitam a forma como cada instituição desenvolve sua concepção de expansão e reestruturação. Nesse sentido, a expansão e a reestruturação almejadas por essas instituições estão relacionadas ao binômio quantidade-qualidade, uma vez que buscam a expansão e reestruturação como mecanismos de ampliação do sistema público federal, que teria a melhor qualidade.

O binômio quantidade e qualidade no contexto institucional

A formulação do Programa REUNI ocorre em um período em que o principal desafio da educação superior brasileira está centrado no binômio quantidade-qualidade, traduzido na viabilização do acesso à educação com qualidade para todos, conforme aponta Dourado (2009):

Variadas indagações se colocam no contexto paradoxal das políticas em curso para a educação, revelando a complexidade desse campo, o que nos remete a sofisticar os processos analíticos, no sentido de avançar na busca de que caminhos e/ou alternativas criar para garantir a expansão da educação superior com qualidade, num país marcado por forte desigualdade social e educacional (p. 163).

A Constituição Brasileira de 1988 traz a informação acerca da qualidade como um princípio educacional em seu artigo 206:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]

VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1999).

Essa preocupação se constitui também a partir do cenário internacional. A Conferência Mundial de Educação, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, trouxe como tema a “educação para todos”, explicitando a necessidade de se garantir qualidade educacional. A esse respeito, a UNESCO/OREALC (2007) observa: “O direito à educação se exerce na medida em que as pessoas, além de terem acesso à escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo. Isso significa que a educação terá de ser de qualidade para todos e por toda a vida” (p. 12).

A partir dessa conferência as diretrizes internacionais vêm destacando a busca por expansão educacional com qualidade. Nes-

se sentido, várias conferências mundiais foram desencadeadas pela UNESCO e por outros órgãos internacionais participantes de Jomtien, nas diversas áreas educacionais, inclusive para o ensino superior, apontando diretrizes no sentido de viabilizar a educação para todos. A Conferência Mundial de Educação Superior⁵³ foi realizada em Paris no ano de 1998, trazendo como um de seus artigos a qualidade do ensino superior, no qual aponta as seguintes diretrizes:

14. A qualidade do ensino superior está em função da:

- . qualidade do pessoal, o que exige um *status* social e financeiro conveniente; uma vontade de reduzir as desigualdades, como aquelas ligadas ao gênero; o cuidado em administrar o pessoal, segundo o princípio do mérito e de lhe assegurar as formações continuadas indispensáveis, para que possa assumir seu papel numa sociedade em mutação; a implementação de incentivos e estruturas que levem os pesquisadores a trabalhar em equipes pluridisciplinares, centradas em projetos temáticos, rompendo assim com os hábitos do trabalho científico exclusivamente solitário;

- . qualidade dos programas, o que exige um cuidado especial na definição dos objetivos da formação, em estreita ligação com as necessidades do mundo do trabalho e as da sociedade; adaptação dos métodos pedagógicos, para tornar os estudantes mais ativos e desenvolver um espírito empreendedor; ampliação e maior flexibilidade dos instrumentos de formação, para explorar as possibilidades oferecidas pelas NTIC e levar em consideração as características dos contextos, a internacionalização e a constituição de redes, em relação a programas, estudantes e professores;

- . qualidade dos estudantes, que constituem a matéria-prima do ensino superior, o que requer uma atenção especial para os problemas relativos a seu acesso, em função de critérios ligados ao mérito (capacidades e motivação); políticas obstinadas em favor do público desfavorecido; entendimentos com o ensino secundário e os órgãos envolvidos na transição

53 Dados disponíveis em: <http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_spa.htm>. Acesso em: 22 jan. 2011.

entre o ensino secundário e os órgãos envolvidos na transição entre o ensino secundário e o ensino superior e, assim, assegurar uma verdadeira cadeia educativa;

- . qualidade da infraestrutura e do ambiente interno e externo, sem esquecer a infra-estrutura indispensável à utilização e desenvolvimento das NTIC, sem as quais a constituição de redes, os instrumentos de ensino a distância e as possibilidades da universidade virtual não parecem viáveis;
- . qualidade de gestão da instituição como um todo coordenado e coerente, em estreita interação com o ambiente, porque a instituição de ensino superior não pode ser uma ilha fechada em si própria (UNESCO, 1999, p. 103-104).

Nessa perspectiva, a qualidade depende de avaliação e regulação de natureza sistêmica, conforme segue:

15. A qualidade do ensino superior é estreitamente dependente de uma avaliação e de uma adaptação de natureza sistêmica. Isto exige a introdução, no seio da instituição, de uma cultura de avaliação, isto é, o cuidado de instaurar os instrumentos de coletas de informações pertinentes, válidas e confiáveis, a fim de permitir, aos agentes responsáveis, tomar as decisões necessárias para melhorar as ações e os resultados. Isto exige também introduzir uma cultura de adaptação, isto é, uma busca participativa e solidária, com base nas informações coletadas, das estratégias a implementar para melhorar a eficácia das ações propostas ou reajustar às necessidades, os objetivos e ações. Isto exige, ainda, uma cultura da autonomia, da responsabilidade e da necessidade da prestação de contas (UNESCO, 1999, p. 104).

Essas mesmas diretrizes são reforçadas dez anos depois, na Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada em 2009, que tinha como objetivo, entre outros, avaliar os efeitos da Conferência anterior. Essa Conferência reafirma como uma das questões centrais para a educação superior a ampliação do acesso com qualidade para todos, conforme se pode apreender do trecho a seguir exposto:

7. En los últimos diez años se han realizado ingentes esfuerzos a fin de mejorar el acceso y garantizar la calidad. Este empeño debe continuar. Pero el acceso, por si solo, no es suficiente. Será preciso hacer mucho más. Hay que llevar a cabo esfuerzos para lograr que los educandos obtengan buenos resultados.

8. La ampliación del acceso se ha convertido en una prioridad en la mayoría de los Estados Miembros y el aumento de los índices de participación en la enseñanza superior es una de las grandes tendencias mundiales. Sin embargo, aún subsisten considerables disparidades, que constituyen una importante fuente de desigualdad. Los gobiernos y las instituciones deben fomentar el acceso, la participación y el éxito de las mujeres en todos los niveles de la enseñanza.

9. Al ampliar el acceso, la educación superior debe tratar de alcanzar simultáneamente los objetivos de equidad, pertinencia y calidad. La equidad no es únicamente una cuestión de acceso – el objetivo debe ser la participación y conclusión con éxito de los estudios, al tiempo que la garantía del bienestar del alumno. Este empeño debe abarcar el adecuado apoyo económico y educativo para los estudiantes que proceden de comunidades pobres y marginadas⁵⁴ (UNESCO, 2009, p. 756-757).

54 7. Nos últimos dez anos foram realizados grandes esforços a fim de melhorar o acesso e garantir a qualidade. Este empenho deve continuar. Mas apenas o acesso não é o suficiente. Será necessário fazer muito mais. Devem ser levados a cabo esforços para garantir que os educandos obtenham bons resultados.

8. A ampliação do acesso se converteu em uma prioridade na maioria dos Estados Membros e o aumento dos índices de participação no ensino superior é uma das grandes tendências mundiais. No entanto, ainda subsistem consideráveis disparidades, que constituem uma importante fonte de desigualdade. Os governos e as instituições devem fomentar o acesso, a participação e o êxito das mulheres em todos os níveis do ensino.

9. Ao ampliar o acesso, a educação superior deve tratar de alcançar simultaneamente os objetivos da equidade, relevância e qualidade. A equidade não é unicamente uma questão de acesso – o objetivo deve ser a participação e conclusão com êxito dos estudos, ao mesmo tempo em que garante o bem-estar do aluno. Este empenho deve incluir o adequado apoio econômico e educativo para os estudantes que provêm de comunidades pobres e marginalizadas (Tradução de Rudinei Lopes Magalhães).

Nesse contexto é sancionado o decreto nº 6.096, que instituiu o REUNI. Esse programa é formulado como uma alternativa para garantir expansão com qualidade para a educação superior, a partir da análise de aproveitamento de recursos e de infraestrutura das universidades federais (BRASIL, 2007). Assim, questiona-se: como e em que medida os Planos Institucionais das IFES em Mato Grosso do Sul vão responder a essa alternativa, ou seja, como os Planos Institucionais buscam garantir quantidade com qualidade?

Para responder a essa questão, tomou-se como referência os planos institucionais elaborados pelas duas instituições federais de Mato Grosso do Sul.

A preocupação com a expansão com qualidade é explicitada nos planos institucionais desde o item em que se produz a súmula do plano.

A UFMS expõe como a missão de seu plano: “gerar e disseminar conhecimento para a sociedade obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, com qualidade” (UFMS, 2007, p. 4).

A UFGD trata da questão da qualidade nos seguintes termos:

Sendo assim, os principais pilares que formam o atual perfil da UFGD são: Crescimento e formação profissional; Desenvolvimento regional, social e ambientalmente comprometidos; Formação profissional humanista e transdisciplinar; Universidade com maior inclusão social; Ensino superior articulado com o ensino básico e, qualidade institucional (UFGD, 2007, p. 17).

Pode-se observar que a expressão qualidade é apresentada nesses planos como forma de explicitar a busca por eficácia no desenvolvimento de suas funções relacionadas com a produção do conhecimento e a contribuição institucional com o desenvolvimento da sociedade.

A qualidade está associada à ideia de eficácia institucional. Segundo Sander (1995), “A eficácia converte-se, assim, no critério dominante de desempenho administrativo da administração burocrática. Como critério de desempenho administrativo, preocupação central da eficácia é alcançar os objetivos institucionais” (p. 86).

Nesse aspecto dos planos institucionais é observada ruptura imediata entre o processo de expansão e de qualidade, uma vez que na dimensão “A” que trata da “ampliação da oferta de educação superior pública” não se agregam informações acerca da qualidade gerada a partir da expansão produzida. A qualidade está relacionada ao desencadeamento de suas ações internas.

A preocupação com a qualidade é apresentada na dimensão “B”, que trata da reestruturação acadêmico-curricular. Para a UFMS, a melhoria da qualidade está associada à existência de projetos pedagógicos para cada curso e com a adoção de processo de avaliação rotineiro, conforme explicitam os trechos a seguir expostos:

Mesmo assim está se buscando a melhoria da estrutura pedagógica de cada curso que represente a elevação da qualidade do curso de graduação. Paralelamente está sendo cobrada em cada projeto pedagógico a auto-avaliação do curso de modo a tornar-se rotineiro o processo de avaliação. Neste sentido a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS) disponibilizou as ferramentas para fomentar o uso e o envolvimento da comunidade acadêmica na avaliação do seu próprio curso e estendendo-o ao limite de sua atuação.

[...]

Viabilizar a transformação da atual Divisão de Currículos e Programas/CDA/PREG em uma Coordenadoria com a força de trabalho formada pela chefia e, no mínimo, mais cinco profissionais técnicos, sendo três de nível superior e dois de nível intermediário. A Coordenadoria será responsável para orientar, acompanhar e avaliar a implantação dos projetos

pedagógicos de cursos com vistas a busca da elevação da qualidade dos cursos e das ações pedagógicas (UFMS, 2007, p. 11).

Nesse sentido, o Plano Institucional conjuga qualidade com avaliação. No Plano da UFGD, também há uma associação da melhoria da qualidade com a adoção de processos de avaliação, conforme esclarecem as seguintes transcrições:

O foco pretendido pelas estratégias aqui apontadas busca potencializar o processo já desencadeado de revisão da estrutura acadêmica que vem sendo desenvolvido pela UFGD, para isso aponta-se a avaliação curricular como ponto fundamental do processo de revisão da estrutura acadêmica, visando a constante elevação da qualidade que vem sendo ofertada (UFGD, 2007, p. 29).

[...]

Outro ponto de diagnóstico da qualidade dos cursos têm sido os resultados das avaliações externas como o ENADE, que vem pautando as orientações para a reestruturação curricular (UFGD, 2007, p. 33).

Em outros momentos, o Plano Institucional da UFGD também agrega qualidade aos procedimentos de avaliação, conforme explicita o seguinte trecho:

Como indicadores para o processo de revisão da estrutura acadêmica, que visa à qualidade de ensino, busca-se considerar os seguintes pontos:

- . Os índices de fluxo escolar, que possibilitem desenvolver análises comparativas entre os dados existentes no momento anterior à implantação do processo e após;
- . Os resultados das avaliações externas como ENADE, pareceres das comissões de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso;
- . Os resultados da auto-avaliação institucional, tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos, envolvendo toda a

comunidade acadêmica;

. Os resultados da avaliação processada pelas Unidades Acadêmicas e pela Comissão de Avaliação do Processo de Reestruturação Curricular, anexa à CPA Institucional;

. As análises e pareceres comparativos dos técnicos da PROGRAD (UFGD, 2007, p. 32).

Pode-se observar que a avaliação se configura nos planos institucionais como mecanismo de indução da qualidade institucional na medida em que é capaz de atribuir juízos de valor, como medida de qualidade.

Ainda na dimensão “B”, o plano institucional da UFGD apresenta qualidade relacionada às funções sociais da instituição, particularmente no que tange à inclusão e inserção regional, o que pode ser observado no trecho a seguir exposto:

As metas aqui propostas sinalizam para a implementação de uma política comprometida com a formação da sociedade brasileira, mais justa e equânime. Acredita-se que a qualidade dos cursos e da instituição só será efetivada quando se tiver presente a heterogeneidade da nossa sociedade no contexto institucional. Além da heterogeneidade que vem sendo observada por meio do acesso de jovens acima de 25 anos de idade no contexto da Universidade, há a necessidade de consolidar essa heterogeneidade para outros focos e estra-tos sociais, que explicitam a identidade do povo brasileiro, e especialmente da comunidade sul-mato-grossense (UFGD, 2007, p. 34).

O plano institucional da UFGD também analisa a qualidade associada às funções sociais da instituição em outras dimensões como a “C”, que trata da “renovação pedagógica da educação superior” e na dimensão “E”, que trata do “compromisso social da instituição”, conforme se pode notar nos trechos a seguir:

[...] a UFGD vem implementando ações no sentido de garantir a qualidade da graduação e pós-graduação na educação pública, têm buscado reafirmar o compromisso social dos educadores e a articulação de seus cursos, programas, projetos com as demandas dos diferentes segmentos sociais e da comunidade local e regional (UFGD, 2007, p. 42).

[...]

Assim, a UFGD assume a função social de garantir a igualdade de oportunidades, através da implementação de ações afirmativas que possibilitem o acesso, a permanência e a promoção da aprendizagem de todos os educandos. Nesse sentido, busca promover uma educação de qualidade, voltada ao contexto, às necessidades peculiares e à produção de conhecimento capaz de transformar a realidade social e econômica da população local e regional (UFGD, 2007, p. 57)

A dimensão “C” também articula qualidade ao apoio pedagógico, conforme mostra as seguintes transcrições:

Implementar núcleos de estudos, pesquisas e formação contínua sobre metodologia e didática do ensino superior e educação básica para a melhoria da qualidade de ensino;

[...]

Implementar ações de melhoria da qualidade do ensino e promoção da aprendizagem por meio de procedimentos didático-metodológicos diferenciados, utilização de recursos tecnológicos, laboratórios e de práticas pedagógicas inclusivas (UFGD, 2007, p. 43).

A qualidade do ensino conformada com o apoio pedagógico aparece novamente, de forma mais explícita, no plano institucional da UFGD, conforme exposto:

As discussões referentes a necessidades de prever ações de capacitação pedagógica vêm sendo realizadas, ainda de forma incipiente e desde o início da implantação da UFGD, o que vem garantindo as possibilidades de conhecer seu cor-

po docente e de pensar em práticas de que possibilitem a renovação pedagógica no ensino superior. Nesse sentido, a UFGD buscará alternativas que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino e oferecer aos professores da própria universidade e de outras da região, projetos de capacitação que viabilizem apoio pedagógico e, de uma forma geral, promover seu aperfeiçoamento profissional, científico e pedagógico (UFGD, 2007, p. 50-51).

Pode-se observar que há no plano institucional da UFGD uma tentativa de articular as várias dimensões de qualidade, explicitada por Sander (1995):

É possível valorar a educação em termos substantivos ou políticos e termos instrumental ou acadêmicos. A qualidade substantiva de educação reflete o nível de consecução dos fins e objetivos políticos da sociedade. A qualidade instrumental define o nível de eficiência e eficácia dos métodos e tecnologias utilizados no processo educacional. Também é possível valorar a educação em termos individuais e em termos coletivos. A qualidade individual define a contribuição da educação ao desenvolvimento da liberdade subjetiva e do interesse pessoal. A qualidade coletiva mede a contribuição da educação à promoção da equidade social e do bem comum (SANDER, 1995, p. 152).

A UFGD, em seu plano institucional, almeja a qualidade política ou substantiva ao aderir especialmente ao sistema de cotas sociais. Intenta-se a qualidade instrumental ou acadêmica ao definir critérios de eficácia e eficiência, quando se foca a avaliação interna e externa, inclusive mencionando mecanismos de acompanhamento do fluxo acadêmico. Também busca-se associar a qualidade individual, em que há manifestação de formação continuada de seu quadro docente, e a reestruturação curricular, com a qualidade coletiva, em que manifesta a sua preocupação com a presença da heterogeneidade da sociedade em sua interior.

A expressão qualidade é observada com centralidade na relação pós-graduação e graduação na dimensão “F” dos dois planos institucionais. A UFMS expressa essa premissa por meio dos programas de iniciação à pesquisa, além da implementação de novas modalidades de formação em nível de pós-graduação, conforme explicita o seguinte trecho:

As experiências realizadas durante o desenvolvimento do trabalho de Iniciação Científica, as suas análises e as apresentações dos relatórios técnicos contribuem de maneira ímpar na formação dos alunos de graduação. Além de requerer habilidades técnicas, as atividades de pesquisa promovem o trabalho em equipe e o desenvolvimento de técnicas de comunicação, que são cada vez mais importantes para o mercado competitivo. Além da Iniciação Científica, também o Programa de Educação Tutorial – PET permite a integração de estudantes da graduação com a pós-graduação, contribuindo para elevar a qualidade de formação acadêmica dos alunos de graduação.

[...]

A pós-graduação da UFMS precisa ganhar um novo dinamismo: entender o que a sociedade precisa, em termos de ensino e de conteúdo, e responder a essa demanda. Isso não significa nem perda de foco e nem perda de qualidade. Uma estratégia é aprofundar na capacitação tecnológica por meio do oferecimento de programas de mestrado e de doutorado profissionalizantes, um novo desafio para a nossa pós-graduação (UFMS, 2007, p. 31).

A produção de conhecimento na instituição universitária por meio de seus programas de pós-graduação é explicitada também no plano institucional da UFGD, conforme trecho transcrito a seguir:

A Pós-Graduação por meio do estreitamento das relações com a graduação tem permitido incluir a valorização da produção dos conhecimentos obtidos em seu âmbito no ensino da graduação. Em todos os Programas de Pós-Graduação,

seus professores participam no ensino da graduação, na orientação dos graduandos em Iniciação científica, PET, estagiários voluntários, Trabalho de Conclusão de Curso, estágio supervisionado, refletindo em melhorias na qualidade do ensino (UFGD, 2007, p. 75).

A existência de programas de pós-graduação e de programas de iniciação à pesquisa pressupõe a institucionalização da pesquisa, de modo que a qualidade nos planos aparece atrelada às funções que caracterizam a instituição universitária.

A tripla função universitária como pressuposto de qualidade da educação superior vai ao encontro da noção de ensino superior em Cunha (1989a), para o qual a universidade se conforma como a instituição própria de educação superior, de modo que a qualidade da educação superior está atrelada à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Apesar de a expressão qualidade não aparecer na dimensão “A”, que trata da “Ampliação da oferta de educação superior pública”, a qualidade associada à expansão institucional é observada na dimensão “B”, conforme esclarecem os seguintes trechos do plano institucional da UFGD:

A presente proposta objetiva a atuação da UFGD em dois eixos de ação, sendo o primeiro a expansão institucional por meio da criação e implantação de novos cursos, e um segundo eixo de ações que incide na expansão por meio da reestruturação acadêmico-curricular, viabilizando maior acesso de alunos, com otimização dos recursos internos. A base que fundamenta esses eixos de ação tem como parâmetro a consolidação da qualidade de cursos, que por sua vez implica a qualidade institucional como base para a construção de sua identidade no contexto na qual está inserida (UFGD, 2007, p. 27).

Da mesma forma, a qualidade associada à expansão institucional está presente no item “impactos globais” nos planos de rees-

truturação e expansão das duas instituições, conforme os trechos a seguir transcritos:

Considerando o processo de crescimento e a expansão resultante do REUNI, a UFGD tornar-se-á uma importante instituição de ensino superior do país, sobretudo para o Estado de Mato Grosso do Sul e a Região da Grande Dourados. Nas diferentes áreas do conhecimento, nossa Universidade terá um corpo docente, técnico e discente fortalecido e articulado voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Tanto a graduação quanto a pós-graduação possibilitarão amplas oportunidades de formação de qualidade à população em geral, considerando-se o fato de que estaremos duplicando o número de matrículas existentes (UFGD, 2007, p. 94).

Os impactos da presente proposta estão em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) proposto pelo governo brasileiro. A proposta de 28 novos cursos de graduação, sendo 20 destes cursos noturnos; a ampliação de 11 novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* com objetivo de formação e qualificação de docentes para as áreas básicas da Educação e desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul e a ampliação de 749 novas vagas em cursos de graduação tem como objetivo a política inclusiva de qualidade na educação superior, oferecendo oportunidades de ingressar na Educação Superior e ao mesmo tempo promovendo estratégias de permanência do acadêmico na universidade. Tal política tem impacto fundamental para diminuir a desigualdades sociais existentes no Brasil (e, especial no Mato Grosso do Sul) e desta forma oportunizar uma sociedade mais justa e igualitária (UFMS, 2007, p. 40-41).

A expressão qualidade não aparece na dimensão “D” que trata da “mobilidade intra e interinstitucional” nos planos institucionais da UFMS e da UFGD. As instituições não relacionam a mobilidade acadêmica como mecanismo capaz de gerar qualidade institucional.

No plano institucional da UFMS a expressão qualidade não é agregada nas dimensões “A”, “C”, “D” e “E”, sendo que esta é contada com menor frequência nas dimensões em que aparece o termo. Portanto, a UFMS agrega o conceito de qualidade às questões de reestruturação curricular e à pós-graduação e a pesquisa, de forma que explicita a qualidade às funções universitárias. Assim, na medida em que a universidade expande o ensino e desenvolve pesquisa e pós-graduação, está proporcionando qualidade de educação e contribuindo com o governo federal no desenvolvimento do ensino superior.

Pode-se inferir que, ao se formular os planos institucionais, a qualidade e a quantidade são os principais eixos norteadores das ações previstas, em que estão marcados os ideais de educação para todos em seus textos formulados, o que explicita o consenso político-pedagógico de cunho internacional gestado desde 1990.

O Reuni e os planos de reestruturação e expansão das universidades em MS

O Programa REUNI, ao ser apresentado para as instituições federais, criou mecanismos para a elaboração dos planos institucionais, a partir do documento intitulado “Diretrizes Gerais”. Nesses procedimentos havia a necessidade de aprovação dos Planos Institucionais a serem realizados por Comissão ad hoc previamente designada pelo Ministério da Educação, descrita no capítulo 2. Nesse sentido, pode-se observar a presença de indicações indutivas para planos institucionais. No entanto, em Mato Grosso do Sul observa-se que as universidades estabeleceram características particulares, com focos diferenciados na elaboração de seus planos.

Assim, se os planos educacionais podem ser percebidos como “instrumentos de introdução da racionalidade na ação educativa, entendida esta como um processo global que articula a mul-

tiplicidade dos seus aspectos constitutivos num todo orgânico” (SAVIANI, 2007, p. 1242), os planos de reestruturação e expansão das IFES do estado de Mato Grosso do Sul se constituem como linhas diretivas para as ações institucionais nos cinco anos subsequentes à sua formulação, ou seja, para o período de 2008 a 2012, procurando envolver a multiplicidades de seus aspectos.

Nesse sentido, é necessário explicitar que o período para formulação dos Planos Institucionais ocorreu durante o ano de 2007. O decreto que instituiu o REUNI data de 24 de abril de 2007 e as instituições aderiram ao Plano no dia 29 de outubro deste mesmo ano. Nesse sentido, pode-se observar que houve um período de seis meses para a formulação dos planos institucionais. Esse período pode ser considerado pequeno, haja vista os processos administrativos que compõem o espaço universitário, em que as decisões são tomadas em órgãos colegiados, que demandam debates e discussões nas diversas esferas institucionais. Esse fato é inclusive explicitado pela representante do Grupo de Trabalho do REUNI da UFMS, que o menciona, conforme expõe o seguinte trecho da entrevista realizada:

Considerando que o Decreto foi publicado em abril de 2007 e as propostas teriam que ser encaminhadas, foi rápido, não houve grandes discussões com a comunidade, sobre o que iria fazer e como iria fazer, dentro das diretrizes estabelecidas. Em outubro já deveria estar com esse projeto pronto e aprovado e dessa forma a comunidade não teve muito tempo para discutir, mas ainda assim foi aprovado, com resolução do Conselho Universitário e encaminhada a proposta para adesão ainda na primeira fase do REUNI, já que o MEC estabeleceu data com a primeira fase e liberação de recursos em início de 2008, e depois uma segunda fase, quando outras universidades aderiram⁵⁵.

55 Entrevista realizada no dia 03/02/2011, com a assessora da Reitoria da UFMS,

A literatura recente⁵⁶ tem procurado fazer relação entre as políticas de educação superior e as influências internacionais como a do Processo de Bolonha e do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Inclusive, menciona-se a existência de iniciativas de constituição de um Setor Educacional do Mercosul (SEM) para o caso de países da América Latina no contexto do acordo do Mercosul, a exemplo do que ocorreu na União Europeia por meio do Acordo de Bolonha para a constituição do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Azevedo (2008), no que diz respeito ao assunto, acrescenta:

Preservadas as proporções, o Processo de Bolonha na Europa e a Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior do Mercosul têm sido fontes indutoras de reformas dos sistemas nacionais de educação superior com vistas à comparabilidade, reconhecimento de créditos e mobilidade acadêmica entre os distintos sistemas nacionais de educação superior [...] (p. 875).

Outros autores apontam para a possível relação existente entre algumas das políticas para a expansão da educação superior no Brasil e os modelos adotados nesses espaços transnacionais. Nesse sentido, podem-se citar autores como Lima, Azevedo e Catani (2008), que mencionam que a reorganização na estrutura acadêmica das universidades federais “trata-se, em essência, de estabelecer uma política que procura estimular a adesão a um novo modelo de universidade” (p. 23). Para esses autores, tal modelo de universidade, cuja adoção seria viabilizada por meio do Programa REUNI, trata-se da “Universidade Nova”, cuja estrutura acadêmica se

representante do Grupo de Trabalho de acompanhamento e avaliação do REUNI na instituição.

56 Nesse sentido, ver: Robertson (2009); Azevedo (2008); Lima; Azevedo; Catani (2008).

assemelha, em parte, ao adotado no Processo de Bolonha. Lima, Azevedo e Catani (2008), a esse respeito apontam:

Efetivamente, os formuladores da Universidade Nova são reticentes em admitir coincidências com os modelos existentes nos EUA ou na Europa. Naomar de Almeida Filho, reitor da UFBA e principal sistematizador da ideia, intitula um dos principais capítulos de seu livro, *Universidade Nova: textos críticos e esperançosos*, de “Universidade Nova: Nem Harvard Nem Bolonha” (ALMEIDA FILHO, 2007a, p. 259). Entretanto, em essência, a Universidade Nova não é uma negação dos modelos existentes nos EUA ou em implantação na Europa (Processo de Bolonha), mas sim, uma mescla tímida de ambos (p. 26).

Da mesma forma, para a ANDES, a reestruturação curricular proposta no REUNI é baseada no modelo de Universidade Nova cuja ideia central é “a revisão da atual estrutura acadêmica das universidades com a criação de um “bacharelado interdisciplinar” como forma obrigatória de ingresso na educação superior” (ANDES, 2007).

De modo geral, pode-se dizer que os sistemas de ensino, no contexto do Acordo de Bolonha devem ter a seguinte arquitetura: sistemas de ciclos na estrutura curricular, mobilidade acadêmica dos estudantes, programas integrados de estudos, currículos compatíveis entre as instituições/países parceiros, sistema de créditos e avaliação para acreditação da qualidade dos cursos e instituições. Dias Sobrinho (2009) sintetiza a Declaração de Bolonha nos seguintes termos:

Em resumo a Declaração de Bolonha propõe a criação de um Espaço Europeu de Educação Superior, incluindo os seguintes objetivos e instrumentos:

- 1) Adoção de um sistema comparável de titulações e graus que facilite o reconhecimento acadêmico e profissional nos distintos países membros;
- 2) Adoção de um sistema baseado em dois ciclos (com alguma flexibilidade, 3 anos para o Bacharelado, equivalente a 180 créditos, e 2 para o Mestrado, com 120 créditos);
- 3) Estabelecimento de um sistema comum de créditos (ECT-S-European Credit Transfer System), que permita flexibilidade, transparência, transferência, comparabilidade internacional e acumulação;
- 4) Promoção de mobilidade de professores, pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo;
- 5) Promoção de cooperação para assegurar qualidade;
- 6) Promoção de desenvolvimento curricular comparável (p. 139).

Os sistemas de ensino no interior do EEES devem ser compatíveis e comparáveis, de modo que possam se estabelecer critérios comuns para o controle da qualidade da educação nesse contexto. O EEES, formulado a partir do Processo de Bolonha, se traduz numa política de educação superior supranacional comum aos estados membros da União Europeia.

Conforme aponta Erichsen (2007), o foco do Processo de Bolonha concentra-se na garantia da qualidade e refere-se na prática às formas de avaliação e de credenciamento das instituições do EEES.

Ao buscar comparação entre o que se propõe no Processo de Bolonha e o que se concretiza nos planos institucionais, nota-se que não há correlação direta entre as propostas contidas nas dimensões dos planos institucionais das IFES de Mato Grosso do Sul e a arquitetura do EEES.

A partir dos dados empíricos, coletados junto aos planos institucionais e às diretrizes gerais, as universidades não enfatizaram a mobilidade acadêmica em seus planos institucionais. Os ciclos de

formação geral e específica propostos na dimensão “B” do plano institucional da UFGD e da UFMS não se assemelham ao adotado no Processo de Bolonha. Na proposta curricular da UFGD, há a adoção de eixos comuns aos cursos da instituição num total de quatro componentes curriculares e na UFMS o aluno é obrigado a cursar duas disciplinas fora da área de seu curso. Cumpre destacar que inicialmente a UFGD propunha seis componentes curriculares comuns e no processo de sua implementação esse número foi diminuído para quatro. Pode-se afirmar que essa opção de reestruturação curricular não se caracteriza como sistema de ciclos de formação, como seria a proposta do Processo de Bolonha.

Pode-se perceber, também, que no item que propunha a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, as duas instituições analisadas não trataram dessa questão. Assim, não houve alteração no sistema de certificação dos títulos e graus emitidos pelas duas universidades. O que se pode perceber é que ambas as instituições adotaram o regime de matrículas pelo sistema de créditos, e que anteriormente adotavam o regime seriado. A UFMS manteve em sua proposta inicial o regime seriado anual de matrículas, mas após o parecer da comissão *ad hoc* do MEC passou para o regime de matrícula em disciplinas de caráter semestral. Esse sistema pode contribuir com o processo de mobilidade e transferência de estudantes, mas por si só não é indutor de práticas de mobilidade.

No que se refere à mobilidade docente e de pessoal administrativo, tanto as Diretrizes Gerais quanto os Planos Institucionais são omissos. Quando se referem ao corpo docente, explicitam a necessidade de mecanismos de formação continuada. Conforme se pode observar pelas transcrições a seguir apontadas:

Nesse sentido, a UFGD buscará alternativas que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino e oferecer aos professores da própria universidade e de outras da região, projetos de capacitação que viabilizem apoio pedagógico e, de uma forma geral, promover seu aperfeiçoamento profissional, científico e pedagógico [...]. Assim sendo, serão definidas a priori e em conjunto com os docentes quais as necessidades prementes para a formação continuada dos professores e, sobretudo, a capacitação em prol do atendimento ao novo instrumento aqui proposto, o de reformular os processos de ensino aprendizagem (UFGD, 2007, p. 51).

[...] Por outro lado a elevação do número de mestres e doutores tem contribuído para a busca de metodologia e tecnologia do ensino-aprendizagem. Entendemos que o assunto precisa de incentivo e a maior participação dos envolvidos na discussão do assunto (UFMS, 2007, p. 18).

Nos planos institucionais não são explicitados mecanismos de cooperação para a qualidade, mas esta é concebida por meio do desenvolvimento de avaliações tanto interna quanto externa, além da definição de outros indicadores, como o fluxo acadêmico, a inclusão social, a contribuição com o desenvolvimento regional, e a ampliação do acesso e da permanência de estudantes em instituições públicas.

De forma geral, pode-se observar que, embora haja a presença de similaridades das características do Processo de Bolonha nas Diretrizes Gerais do REUNI, como a mobilidade estudantil, a proposta de reorientação curricular para o sistema de ciclos de formação, a certificação intermediária para itinerários formativos de grau e títulos compatíveis e o sistema de créditos, os planos institucionais não incorporaram integralmente essas proposições.

As próprias universidades analisadas, ao apresentarem seus planos institucionais para a comunidade interna e externa, focam a

importância do REUNI para o seu crescimento e melhoria da qualidade, ou seja, a adoção ao REUNI é vista pelas Instituições como forma de garantir quantidade e qualidade.

A UFMS apresentou seu plano institucional por meio da criação de espaço específico para a divulgação do REUNI em sua página institucional na *internet*, além da elaboração de uma revista intitulada “REUNI: Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul”, e por informações divulgadas no jornal institucional. A UFGD traz seu plano institucional publicado na íntegra em sua página institucional na *internet*, e publicou folheto específico sobre o REUNI, intitulado “Com você, nossa universidade fica cada vez melhor”, bem como divulgou notas no jornal institucional.

O material de divulgação desenvolvido pela UFMS, tanto na *internet* quanto na revista impressa, traz como foco a expansão de cursos, *campi* e vagas tanto na graduação quanto na pós-graduação, viabilizadas por meio dos investimentos agregados a partir da adesão institucional ao REUNI. As palavras da reitora constantes na revista trazem as seguintes informações:

Dentre as oportunidades de crescimento, podemos destacar o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Em 2008 e 2009, com a adesão ao REUNI, a Instituição aumentou as vagas oferecidas para ingresso nos cursos de graduação e implantou novos *Campi* na cidade de Bonito, Naviraí e Ponta Porã.

Em 2009, as verbas investidas representaram um dos maiores volumes de recursos aplicados na UFMS nos últimos anos. Foram R\$ 13 milhões em obras, R\$ 7 milhões destinados para compras de materiais permanentes e R\$ 4,5 milhões para aquisição de materiais de consumo (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

As informações vêm apresentadas com fotos, tabelas, mapas e gráficos, tanto no material impresso quanto no apresentado na *internet*. As imagens apresentam o número de crescimento de vagas, cursos e matrículas na graduação e na pós-graduação, destacando os turnos diurno e noturno, e o aspecto geográfico do crescimento no interior e na capital; também apresentam dados sobre o investimento em pessoal, infraestrutura, equipamentos e obras. A maior ênfase é dada às fotos que retratam o processo de construção dos *campi* e das unidades na capital, as reformas para a acessibilidade e eficiência energética da universidade, e também ilustram os equipamentos, a frota de veículos, o ônibus, os laboratórios, o ginásio de esportes adquiridos e construídos a partir dos investimentos com a adesão ao REUNI. Outras informações são apresentadas, como a ampliação do número de bolsas de assistência estudantil e de extensão. A revista também apresenta as diretrizes gerais do REUNI e as diretrizes pactuadas. Nesse sentido, a UFMS socializa com a sua comunidade, por meio da revista publicada, as razões de adesão ao programa, explicitadas em seu plano institucional quando informa: “A UFMS manifestou interesse em participar do REUNI em razão da possibilidade de contribuir com a inserção do governo federal no ensino superior em Mato Grosso do Sul” (UFMS, 2009, p.12).

Conforme mencionado anteriormente, a UFGD divulga o seu plano institucional por meio de folheto específico sobre o REUNI. Ao sintetizar a sua proposta, informa:

A proposta de reestruturação apresentada pela UFGD e aprovada pelo MEC incluem uma série de ações em cinco grandes frentes de atuação: ampliação do acesso; elevação da permanência; redução da taxa de evasão; fortalecimento da extensão; reestruturação acadêmica e curricular (UFGD, 2009, p. 4)

O foco na expansão com qualidade pode ser observado na folha inicial quando se explicita:

Este ano será também de grande realizações na UFGD: está previsto um significativo volume de edificações, que qualificarão ainda mais a estrutura física da universidade. Ressalta-se, ainda, a contratação de novos docentes e técnico-administrativos e a realização de grandes eventos acadêmicos e culturais, a exemplo de anos anteriores (UFGD, 2009, p. 2).

Nesse material a UFGD traz quadros e tabelas que tratam da expansão de cursos e vagas e dos programas de bolsas e assistência estudantil. Embora mencione como uma de suas frentes a reestruturação acadêmica e curricular, traz poucas informações a respeito. Quanto se refere a isso, esclarece que foi adotado o sistema de matrícula de créditos, em que serão disponibilizadas disciplinas eletivas e mobilidade acadêmica que será desenvolvida da seguinte forma:

A mobilidade acadêmica interna é outro instrumento interessante para o aluno. Ao término da formação comum, ele poderá migrar para outro afim. O número de vagas disponíveis para mobilidade interna é de 10% do total de vagas ofertadas. Para ter direito à mobilidade, o aluno deverá ter aprovação em pelo menos 80% das disciplinas de formação comum (UFGD, 2009, p. 10).

Pode-se observar que, quando trata da mobilidade estudantil, o plano institucional da UFGD concentra suas previsões na mobilidade interna. Não são divulgadas ações voltadas à mobilidade externa, conforme prescrevem as diretrizes do Processo de Bolonha.

Sobre o tempo de formação comum, o material apresentado pela UFGD, informa: “O aluno que ingressou em 2009 terá um tempo de formação comum, com duração de três semestres. Nesse período, o acadêmico cursará disciplinas pertencentes aos eixos te-

máticos da universidade e da área de ingresso, além de disciplinas específicas” (UFGD, 2009, p. 10).

O foco nesse material está na assistência estudantil e na ampliação do acesso, inclusive destaca a adoção de cotas sociais e as alterações no vestibular. Outro foco de atenção é a avaliação, inicialmente porque traz a seguinte inscrição destacada: “A UFGD é a melhor universidade de MS, na avaliação de 2008 do MEC” (UFGD, 2009, p. 4). E em outros momentos menciona que se pretende “Construir o Programa de Avaliação Institucional” (p. 9), e trata da avaliação da aprendizagem (p. 10).

As imagens ainda trazem como *slogan* o tema: “UFGD sempre na frente” (UFGD, 2009, p. 1), em que explicitam a importância do binômio quantidade-qualidade para sua proposta. Assim, aparecem as seguintes inscrições: “UFGD sempre na frente: em qualidade” (UFGD, 2009, p. 4); “UFGD sempre na frente: em ampliação de vagas” (UFGD, 2009, p. 5); e “UFGD sempre na frente: em oportunidades” (UFGD, 2009, p. 7).

Pode-se observar que os planos institucionais buscam a partir da adoção ao REUNI ampliar o acesso com qualidade, o que passa a ser viabilizado em virtude dos recursos financeiros advindos desse programa. As ações voltadas à reestruturação curricular para o sistema de ciclos e de mobilidade estudantil desenvolvida no contexto interno à UFGD podem ser consideradas tímidas, em relação a possibilitar alterações nos padrões de mobilidade, competitividade e atratividade já desenvolvidos por essas instituições em Mato Grosso do Sul. O foco das instituições continua na missão de promoção do desenvolvimento regional e nacional.

Nesse sentido, se “Bolonha é a estratégia por excelência para alcançar objetivos da competitividade, da atratividade, da mobilidade, da empregabilidade e todos os demais objetivos que aparecem inoculados na apropriação mercadológica [...]” (BIANCHETTI, 2010, p. 266), os planos institucionais não tiveram como foco es-

ses objetivos, nem as ações formuladas dariam sustentação para se chegar a eles. As instituições declaram em seus planos que a intenção em aderir ao programa REUNI se concentra na ideia de expandir com qualidade, dentro de um contexto nacional, conforme já enunciado e conforme explicita o plano institucional: “A UFMS tem interesse em participar do REUNI em razão da possibilidade de contribuir com a inserção do governo federal no ensino superior em Mato Grosso Sul ampliando as oportunidades para os jovens da faixa etária de 18 a 24 anos (UFMS, 2007, p. 2).

Igualmente, o tempo de cinco anos, previsto para o desenvolvimento das ações propostas nos planos institucionais não viabilizaria a implementação de grandes mudanças que se configurariam numa reforma como a que vem ocorrendo no sistema de educação superior europeu. O prazo para a implantação do EEES era de dez anos, sendo que:

[...] o prazo de 10 anos para a concretização do “Espaço Europeu de Educação Superior” significava um tempo longo e as mudanças nas instituições não haviam sido, ainda, desencadeadas na extensão, profundidade e intensidade com que foram realizadas, na medida que a data-limite - 2010 - de implantação plena do “Processo” se aproximava. E mais: que se chegaria a um processo de unificação ou de “harmonização” dos currículos e outras convergências, como veio a acontecer (BIACHETTI, 2010, p. 265).

Com isso pode-se inferir que o tempo destinado à formulação dos Planos Institucionais adotado pelo MEC não viabilizou condições para que as concepções de Universidade Nova pudessem ser incorporadas pelas Instituições. As instituições elaboraram seus planos em um período de seis meses, a partir das concepções, da memória e das representações sociais que cada instituição tem sobre si mesmas. Segundo Azevedo (1997),

[...] o processo pelo qual se define e se implementa uma política não se descarta do universo simbólico e cultural próprio da sociedade em que tem curso, articulando-se, também, as características do seu sistema de dominação e, portanto, ao modo como se processa a articulação dos interesses sociais neste contexto (p. 67).

De modo geral, pode-se notar que a concepção de educação superior que pauta a elaboração dos Planos Institucionais está fundada a partir das Conferências Mundiais de Educação Superior, realizada em 1998 e ratificada em 2009, em que se busca educação para todos e por toda a vida, cujos ideais estão presentes na sociedade brasileira desde a década de 1990, quando o Brasil se fez presente nessas conferências.

Nos planos institucionais observou-se a busca por expansão focada nos princípios de inclusão social e da formação do cidadão. A UFGD foca a inclusão social como um indicador de qualidade, na medida em que traz a representatividade da sociedade para o seu interior. A UFMS, embora não trate da inclusão especificamente, estabelece a ampliação de vagas e *campi* para o atendimento tanto no interior do estado, quanto para a capital, em cursos noturnos e diurnos, de forma a viabilizar o acesso àqueles que ocupam atividades laborais no período diurno. Outro foco está na formação continuada dos professores, especialmente daqueles da educação básica, por meio de investimento em programas de mestrado e doutorado e de cursos de licenciatura. Diante desse quadro, pode-se observar que o programa REUNI e os planos institucionais elaborados pelas instituições federais sul-mato-grossenses fincam suas bases nas diretrizes da educação para todos, quando informam a busca por expansão com qualidade.

As metas de seus Planos Institucionais incidem no que San-der (1995) aponta: “O conceito de qualidade de educação para to-

dos implica desenvolver um ambiente qualitativo de trabalho nas organizações educacionais, mediante a institucionalização de conceitos e práticas técnicas e deveres cidadãos em matéria de educação” (p. 151-152).

Dessa forma, os resultados da análise processada junto aos Planos Institucionais permitem confirmar o que Bastos (2009) aponta em sua comparação com a reforma universitária brasileira e o Processo de Bolonha:

A preocupação com a mobilidade, competitividade, característica do Processo de Bolonha, não se coloca, portanto, como centralidade das discussões no contexto brasileiro porque grande parte dos jovens ainda são excluídos da educação pública no país. O acesso igualitário à educação superior de qualidade, conquistado pelo velho mundo, não é uma realidade brasileira. A reforma da educação superior brasileira é sob o nosso ponto de vista, mais interna no sentido de solucionar históricos problemas de débitos sociais perversos. Nessa perspectiva, entendemos a reforma brasileira como proposta mais alinhada às proposições dos documentos da UNESCO (Declaração Mundial para Educação Superior e Paris + 5) do que propriamente as idéias que têm norteado a implementação do Processo de Bolonha fortemente vinculada às questões de ordem econômico-sustentável do mundo globalizado (p. 162).

Embora não se concorde plenamente com as proposições da autora⁵⁷, é possível afirmar que os ideais do Processo de Bolonha,

57 Destaca-se que Bastos (2009) desconsidera a complexidade da relação quantidade e qualidade, quando menciona o contexto europeu. Nesse sentido, Neave (1988; 1998) aponta para a existência de um processo de massificação no leste europeu, quando a ampliação do acesso à educação superior possibilitou o ingresso de grupos de trabalhadores e de outros estratos sociais ao ensino superior, sem, por outro lado, promover alterações nos padrões pedagógicos utilizados pelas instituições. Ainda o sistema de avaliação adotado nesse espaço explicita a existência de padrões de qualidade distintos

ainda não estão presentes no contexto das instituições federais de educação superior de Mato Grosso do Sul, considerando o período até 2012, de vigência dos planos institucionais, quando a ênfase está em proporcionar a expansão da educação superior com qualidade, no contexto unicamente brasileiro.

nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho centralizou seu objeto de estudo no processo de formulação do Programa REUNI desencadeado no conjunto de políticas para a expansão da educação superior brasileira. Mais particularmente, buscou analisar os planos institucionais das IFES que aderiram ao REUNI no estado de Mato Grosso do Sul.

Com isso, pretendeu-se responder a seguinte problemática de pesquisa: como o programa REUNI se configura nos Planos Institucionais das universidades federais em Mato Grosso do Sul?

Para responder a tal problemática, buscou-se analisar os planos de reestruturação e expansão das universidades federais de Mato Grosso do Sul, com vistas a explicitar suas configurações a partir da proposta do Programa REUNI. Utilizou-se também atas, portarias e demais documentos produzidos pelas instituições analisadas. Destaca-se que foram utilizadas entrevistas, como fonte secundária, com vistas a facilitar o acesso aos dados e documentos institucionais.

Pode-se inferir que os planos institucionais foram construídos de forma a incorporar as Diretrizes Gerais estabelecidas pelo MEC, mas se considerou o histórico e a identidade de cada instituição, tendo como parâmetro a busca por expansão com qualidade e equidade. Os resultados obtidos, de forma mais detalhada, estão apresentados nos três capítulos que compõem o presente trabalho.

No primeiro capítulo foi possível observar que o ensino superior brasileiro expandiu consideravelmente no período de 2000 a 2009, e esse crescimento é observado tanto no setor público quanto no setor privado, nesse último com mais intensidade.

Essa expansão tem sido conformada, sobretudo pela ampliação das oportunidades educacionais, que com a universalização do acesso ao ensino fundamental e elevação dos níveis de acesso, permanência e conclusões no ensino médio, produziu uma demanda de egressos que busca acesso ao ensino superior.

Essa demanda de egressos da educação básica, que buscam alternativas de acesso, viabiliza a ampliação das vagas, cursos e instituições, como a que ocorre no setor privado, quando utiliza mecanismos de “barateamento” de suas mensalidades para atrair parcelas mais altas da população. Isso é verificado quando se observa o aumento do número de instituições não universitárias.

Nesse sentido, apesar de atender pouco mais de 14% da população na faixa etária correspondente, o sistema de educação superior no Brasil apresenta características de um sistema de massa, particularmente pela privatização, quando se observa um movimento de diversificação institucional, uma vez que as universidades abarcam um menor número de instituições que as demais formas de organização acadêmica, acompanhado de um processo de oligopolização na oferta da educação superior nesse setor.

Como alternativas, viabilizadas pelo poder público, decorrentes da pressão por aumento de vagas para a ampliação da educação superior, verifica-se a adoção de programas nas políticas educacionais como é o caso do FIES e do PROUNI para o setor privado, e programas como a UAB, a rede tecnológica federal e o REUNI direcionados para a expansão do setor público.

Assim, o REUNI é formulado num contexto de expansão da educação básica, em que há a pressão por ampliação do acesso ao ensino superior. O REUNI foi instituído com a proposta de ampliar o acesso a este nível de ensino “por meio do melhor aproveitamento da estrutura existente e de recursos humanos nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

O interlocutor com o MEC na elaboração desse Programa foi a ANDIFES, inclusive para a construção das Diretrizes Gerais foi constituído um grupo de Trabalho, nomeado pelo próprio Ministério da Educação, composto essencialmente por reitores e membros de cargos administrativos do MEC, não havendo espaço para representantes das associações de docentes, de técnicos-administrativos ou de movimentos estudantis. Essa conformação delineou um processo direcionado de articulação junto às instituições, que replicou no contexto das IFES do MS. Isso pode ser observado na composição dos grupos de trabalho para a elaboração dos Planos Institucionais, que foram compostos, essencialmente, pelos pró-reitores e representantes de funções administrativas.

A falta de um diálogo mais próximo com a comunidade acadêmica da IFES, especialmente com os docentes, pode ter influenciado para a pouca receptividade ao programa, particularmente pela associação nacional de docentes de educação superior.

As críticas ao REUNI se sustentaram, particularmente, nas metas adotadas pelo programa, de 90% de conclusões e da razão de dezoito alunos por professor. Para os autores consultados, essas metas poderiam aprofundar um processo de precarização do trabalho docente, seja pela superlotação de salas, seja pela sobrecarga de atividades de ensino, em prejuízo especialmente à pesquisa.

A questão da qualidade ganha centralidade nos debates especialmente pelos desafios postos para a atividade docente num contexto de aumento das oportunidades de escolarização da população, em que novos públicos são inseridos nos diversos níveis de educação.

Há que se considerar, no entanto, que a expansão da educação superior com qualidade é uma demanda da sociedade, sendo que o setor privado avança em detrimento do público. Nesse sen-

tido, deve-se buscar alternativas de crescimento do setor público, sem deixar de considerar que a ampliação das oportunidades educacionais no ensino superior não pode ser discutida a partir de parâmetros característicos da educação de elite do passado.

No segundo capítulo, ao se considerar o movimento de universalização do ensino fundamental em Mato Grosso do Sul, que ocorreu da mesma forma como no cenário nacional nos anos de 1990, observam-se reflexos nos índices de conclusão do ensino médio que, a cada ano, gera novas demandas para ingresso no ensino superior, além da demanda represada já existente de anos anteriores.

A ampliação das oportunidades de escolarização da população no MS pôde ser notada quando se verificaram o acréscimo da taxa de matrícula bruta e líquida do Ensino Fundamental e Médio. O aumento da procura pelos níveis posteriores de educação também pôde ser observado através dos números referentes às inscrições nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação nas IES do estado.

Apesar disso se observou um grande número de vagas ociosas nas IES, sendo a grande maioria concentrada nas privadas. Esse dado aponta para, de fato, uma necessidade de melhor aproveitamento desses espaços, especialmente o público, que se constitui como uma das diretrizes do REUNI.

A capacidade instalada, no sistema de educação superior do MS, de atendimento à população na faixa etária é baixa, sendo que as taxas de matrícula bruta e líquida estão próximas de 37,2% e 13,4%, respectivamente. A título de ilustração, observa-se que o Projeto de Lei do PNE que está em trâmite, estabelece como meta, para 2021, elevar as taxas de matrículas da educação superior para 33% e 50%, respectivamente.

No MS o percentual de matrículas na rede pública, bem como a concentração de matrículas em universidades, está acima da média nacional, sendo que das 41 IES localizadas no estado, 31 possuem sede nas cidades do interior. Esse dado aponta para a interiorização da educação superior no estado, que é apreendida nos Planos Institucionais como forma de proporcionar expansão com equidade, especialmente ampliando a formação de professores para a educação básica, como forma de integrar educação superior com educação básica, estabelecendo parâmetros para a melhoria da qualidade da educação, especialmente no nível básico.

As estatísticas oficiais também sinalizam para o caráter privatista da educação superior no presente estado, sendo que das 41 IES existentes, 38 são privadas, o que justifica a adoção do REUNI pelas IFES do MS, que pretendem contribuir com a expansão do setor público.

A UFMS e a UFGD aderiram ao Programa REUNI com aprovação por unanimidade em seu conselho universitário, não havendo críticas no processo de sua formulação. Os Grupos de Trabalho para a elaboração dos Planos Institucionais e para acompanhamento e avaliação da proposta foram compostos essencialmente por membros de cargos da administração central das IFES, o que pode ter conformado para agilidade nos processos internos de aprovação, bem como para a sua adesão por unanimidade.

As “Diretrizes Gerais” do REUNI estabeleceram desenho para a elaboração dos Planos Institucionais, no entanto cada instituição incorporou de maneira específica as dimensões do Programa, sendo que os enfoques de cada uma para a definição de suas metas e estratégias apontam para aspectos congruentes e outros distintos na concepção de reestruturação e de expansão desencadeado a partir do REUNI no contexto nacional.

O terceiro capítulo explicita que, apesar da não representatividade de alguns segmentos da comunidade externa e interna, quando houve a aprovação dos Planos Institucionais nos Conselhos Universitários das IFES, poucas foram as críticas às medidas até agora implementadas para implementação do REUNI.

Durante o processo de implementação do Plano observou-se que houve a diminuição dos componentes curriculares obrigatórios dos eixos temáticos de formação comum na UFGD, que de seis passou a quatro, o que pode ser indicado como a única crítica quanto ao processo de reestruturação curricular. Na UFMS houve inicialmente a ocupação da Reitoria por estudantes, em um movimento desorganizado, que, entre outras reivindicações, solicitou a revisão do REUNI, no entanto, o movimento acabou se dissolvendo, sem promover alterações ao Plano institucional.

De forma geral, observou-se a ausência de representantes de estudantes durante todo o processo de elaboração e aprovação dos Planos Institucionais, que foram elaborados e aprovados pelo MEC em um período de seis meses, o que por si só, inviabiliza a adoção de mecanismos mais amplos de discussão junto à comunidade interna e externa.

A adoção ao REUNI é justificada pelas IFES como forma de promover expansão com qualidade, na medida em que recebem recursos financeiros que viabilizam insumos como: construção de estrutura física, contratação de pessoal técnico e docentes, aquisição de equipamentos e a adaptação energética e de acessibilidade. É nesse sentido que as IFES analisadas buscam socializar o REUNI e, especialmente, seus Planos Institucionais à comunidade interna e externa. Para essa divulgação apresentam por meio de fotos, das obras e dos equipamentos adquiridos, e gráficos, com indicadores de expansão, o crescimento de oportunidades de acesso a bolsas

e assistência estudantil, e de criação de *slogan* como: “com você, nossa universidade fica cada vez melhor”. Esse material é apresentado sob a forma de material impresso específico, além da divulgação junto às páginas institucionais existentes na *internet*.

Com isso, foi possível reconhecer que a chave para adesão ao REUNI, de forma unânime nos contextos institucionais, concentrou-se no binômio quantidade-qualidade. Inclusive qualidade produzida por meio da criação de instrumentos de avaliação interna e de medida do fluxo acadêmico e da avaliação externa. Também entendem qualidade aquela conquistada por meio da inclusão de jovens trabalhadores, de alunos especiais e daqueles oriundos de escolas públicas. No que se refere à reestruturação curricular observou-se que as instituições incluem dois para a UFMS e quatro para a UFGD, disciplinas/componentes obrigatórias (os) de áreas distintas àquela do curso realizado.

Essas propostas de reestruturação curricular não se assemelham àquela proposta pelo Processo de Bolonha, que estabelece ciclos de formação. Além desse aspecto, pode-se observar que a mobilidade apontada pelo Processo de Bolonha, também não se configura no contexto das instituições analisadas. A adoção de sistema de créditos semestrais, embora possibilite mobilidade, não é estratégia suficiente para viabilizá-la. Apenas a UFGD propõe para 10% de suas vagas a mobilidade interna. Outro aspecto omissos nos Planos Institucionais é a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos próprios. As IFES mantêm a forma de titulação convencional. Apesar desses aspectos não serem atendidos ao que estava proposto nas Diretrizes Gerais estabelecidas pelo MEC, os Planos Institucionais foram aprovados.

Em síntese, quando se propõe associar o REUNI às diretrizes do Processo de Bolonha, ou mesmo à ideia de Universidade Nova,

em que se busca competitividade, atratividade e empregabilidade, em espaços transnacionais de educação superior, observa-se que esses aspectos não estão explícitos nos Planos Institucionais. Por outro lado, verifica-se, nos planos a presença dos ideais de expansão, qualidade e equidade. O que caracteriza a base de construção dos Planos Institucionais é a diretriz da “educação para todos e por toda a vida”, presente no contexto brasileiro, desde os anos 1990, por influência da realização das Conferências Mundiais de Educação, e especialmente das Conferências de Educação Superior, realizadas em 1998 e 2009, em Paris, das quais o Brasil fez parte.

Em última instância, é possível apontar que programas como o REUNI podem contribuir para a qualidade da educação superior, partindo do conceito gramsciano, quando a ampliação do acesso nas IES públicas se configura como possibilidade de reter a expansão da mercadorização da educação desencadeada pelo setor privado.

O presente trabalho focou os Planos Institucionais das IFES de Mato Grosso do Sul. Dada a relevância do tema, sugere-se que sejam feitas mais pesquisas acerca da formulação do REUNI no contexto de outros estados/regiões do Brasil. Análises posteriores também poderão focar o processo de implementação dos Planos Institucionais, quando ficam perguntas como as seguintes: “Quais as condições em que se processa a expansão a partir de metas como as propostas no decreto que instituiu o REUNI?”, Quais os efeitos da reestruturação curricular proposta pelo REUNI no processo de empregabilidade de seus egressos?

Nesse sentido, espera-se estar contribuindo com o desvelar do cenário da educação superior no Brasil, ao focar o REUNI, que pelas intenções presentes na política educacional, representada no atual Projeto de Lei que trata do Plano Nacional de Educação, suas

metas permanecem para os próximos dez anos, como estratégias para a ampliação da educação superior brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. E. M.; FIDELES, S. M.; PISTORI, M. I. S. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: modelo diferenciado de interiorização. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 7., 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2004, p. 1-12.

ALMEIDA, M. M.; SOUZA, A. O. A criação da Universidade Federal da Grande Dourados no contexto do desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ALMEIDA, W. M. Ensino superior privado atual: tentáculos e novas configurações de um velho ator. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2008.

AMARAL, N. C. A gestão das instituições de ensino superior: o foco do financiamento. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003, p. 219-239.

_____. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação**. Campinas, v.13, n.3, p. 647-680, 2008.

_____. Avaliação e financiamento de instituições de educação superior: uma comparação dos governos FHC e LULA. **Atos de pesquisa em educação**. Blumenau: FURB, v. 4, n. 3, p. 321-336, set./dez. 2009.

_____. A vinculação avaliação-financiamento na educação superior brasileira. **Impulso**. Piracicaba: Unimep, v. 16, n. 40, p. 81-92, mai./ago. 2005.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

AZEVEDO, M. L. N. A formação de espaços regionais de educação superior: um olhar meridional – para o Mercosul. **Avaliação**. Campinas, v. 13, n. 3, p. 875-879, set./dez. 2008.

BALDUINO, G. **REUNI**. Portal Andifes: 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=248:reuni&catid=50&Itemid=100017>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BASTOS, C. C. B. C. O Processo de Bolonha no espaço europeu e a reforma universitária brasileira. In: PEREIRA, E. M. A.; ALMEIDA, M. L. P. (Org.). **Universidade contemporânea: políticas do Processo de Bolonha**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 153-164.

BAUER, C. Política de expansão do ensino superior: a classe operária vai ao *campus*. **Eccos**: Revista Científica. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 449-470, jul./dez. 2006.

BEISIEGEL, C. R. O ensino médio sob a perspectiva da educação básica. In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Org.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 33-45.

BIANCHETTI, L. O Processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch. **Educação e Sociedade**. São Paulo, v. 31, n. 110, p. 263-285, 2010.

BITTAR, M.; SILVA, M. G. M.; VELOSO, T. C. M. A. Processo de interiorização da educação superior na região Centro-Oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. **Série-Estudos**. Campo Grande: UCDB, n. 16, p. 147-164, jul./dez. 2003.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Orgs.). **Escritos de Educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 127-144.

BRASIL. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF: Senado, 1999.

_____. **Decreto n.º 2.207, de 15 de abril de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos Arts. 19, 20, 45, 46 e § 1.º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais do sistema federal de ensino. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 28 jun. 2010.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 jun. 2010.

_____. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 30 jan. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal/CEGRAF, 1996.

_____. **Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998.** Institui a gratificação de estímulo à docência no magistério superior, e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9678.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. **Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007.** Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11552.htm>. Acesso em: 15 jan. 2011.

CASTRO, C. A. **Cursinhos alternativos e populares:** movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2005.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista.** Curitiba, n. 28, p.125-140, dez. 2006.

CEPEC/UFMG. **Ata da sexta reunião extraordinária do Conselho de Ensino Pesquisa, Extensão e Cultura da UFGD**. Dourados: UFGD, 2008.

CHAVES, V. L. J.; MENDES, O. C. REUNI: O contrato de gestão na reforma da educação superior pública. In: CHAVES, V. M.; NETO, A. C.; NASCIMENTO, I. V. (Org.). **Políticas para a Educação Superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 49-67.

COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO: REUNI/UFMG. **Parecer Geral SESU e Parecer Geral ADHOC**. Brasília: Simec, 2007.

COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO: REUNI/UFMS. **Parecer Geral SESU e Parecer Geral ADHOC**. Brasília: Simec, 2007.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO – COUNI/UFMG. **Ata da décima terceira reunião extraordinária do Conselho Universitário da UFGD**. Dourados: UFGD, 2008.

_____. **Ata da oitava reunião extraordinária do Conselho Universitário da UFGD**. Dourados: UFGD, 2007.

_____. **Ata da vigésima sexta reunião ordinária do Conselho Universitário da UFGD**. Dourados: UFGD, 2009.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO – COUNI/UFMS. **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 24 de outubro de 2007**. Campo Grande: UFMS, 2007.

CPDO/UFMS. **UFGD**: projeto de criação e implantação. Dourados: CPDO/UFMS, 2004. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/sobre/projeto-criacao-ufgd.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

CUNHA, L. A. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. **Em Aberto**. Brasília, ano 8, n. 43, p. 2-9, jul./set. 1989a.

_____. **A universidade crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989b.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n.88, p. 795-817, out. 2004.

_____. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007.

_____. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação [online]**. Rio de Janeiro, n.28, p. 164-173, jan./abr. 2005.

DIAS SOBRINHO, J. O Processo de Bolonha. In: PEREIRA, E. M. A.; ALMEIDA, M. L. P. (Org.). **Universidade contemporânea**: políticas do Processo de Bolonha. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 129-152.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações. **Políticas e gestão da educação no Brasil**: novos marcos regulatórios? São Paulo: Xamã, 2009, p. 149-166.

_____.; OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. **Políticas e gestão da educação superior**. São Paulo: Xamã, 2003, p. 17-30.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada: 1808-2000. In: BROCK, C; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 197-240.

_____.; SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.110, p.7-37, jul. 2000.

ERICHSEN, H. Tendências europeias na graduação e na garantia da qualidade. **Sociologias**. Porto Alegre, n.17, p. 22-49, jun. 2007.

FACEIRA, L. S. **O ProUni como política pública em suas instâncias macroestruturais, meso-institucionais e microsociais**: pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas Universidades na Região Metropolitana do Rio. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA, N. M. D.; LIMA FILHO, D. L. Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2004.

GEWEHR, D. Opinião do mercado. In: BINKOWSKI, G. I. **Empresa em foco**: Anhanguera Educacional. 2009. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/empresa_em_foco/100609_empresa_em_foco_anhanguera.htm>. Acesso em: 4 dez. 2010.

GOMES, A. M.; MORAES, K. M. A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009. Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2009.

GOMES, C. A.; CARNIELLI, B. L. Expansão do Ensino Médio: temores sobre a educação de jovens e adultos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 119, p. 47-69, jul. 2003.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

GRESSLER; L. A.; VASCONCELOS, L. M. **Mato Grosso do Sul**: aspectos históricos e geográficos. Dourados: L. Gressler Editora, 2005.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2003/default.shtm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2000. Brasília: INEP, 2001a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

_____. **Censo da Educação Superior – 2000**. Brasília: INEP, 2001b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/Sinopse_Superior-2000.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2010.

_____. **Censo da Educação Superior – 2008**. Brasília: INEP, 2009a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **Censo da Educação Superior – 2009**. Brasília: INEP, 2010b. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. **Resumo técnico**. Censo da Educação Superior de 2009. Brasília: INEP, 2010c. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2011.

_____. **Resumo técnico**: Censo da Educação Superior de 2008. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2010.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia, precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 34, p. 49-64, jan./abr. 2009.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**. Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MATO GROSSO DO SUL (ESTADO). **PORTAL MS**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>>. Acesso em: 29 set. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **REUNI 2008** – Relatório de Primeiro Ano. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502>. Acesso em: 16 dez. 2009.

_____. **REUNI**: diretrizes gerais. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

MELLO, V. A. **A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização**: nexos com os bons resultados do IDEB em Mato Grosso do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NEAVE, G. On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe -1986-1988. **European Journal of Education**. Paris, v. 23, n. 1/2, p. 7-23, 1988.

_____. The evaluative state reconsidered. **European Journal of Education**. Paris, v. 33, n. 3, p. 7-23, 1998.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, n. 35, p. 9-57, abr. 1990.

OLIVEIRA, C. M. Palavra da reitora. In: TRISTÃO, D. M. (Org.). **REUNI**: Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Revista). Campo Grande: UFMS, 2009.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

_____. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

_____. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. (Org.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 77-94.

_____.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo Direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-23. jan./abr. 2005.

OLIVEN, A. C. Arquipélago de competência: universidades brasileiras na década de 90. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 75-78, ago. 1993.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989, p. 35-61.

PEREIRA, E. M. A. A Universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação**. Campinas/ Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.

REAL, G. C. M. **Impactos da avaliação na educação superior**. Dourados: UFGD, 2008.

ROBERTSON, S. L. O Processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? Tradução de Alfredo Macedo Gomes, Roderick Somerville Kay. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.14, n.42, p. 407-422, set./dez. 2009.

SANDER, B. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**. Campinas, Edição Especial, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

SEGENREICH, S. C. D; CASTANHEIRA, A. M. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, jan./mar. 2009.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

_____. Reforma universitária no Brasil (1995-2006): precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006.

_____; SILVA JUNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.10, n. 29, p. 5-27, maio/ago. 2005.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **Dossiê REUNI**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.andes.org.br/dossie_reuni.htm>. Acesso em: 11 ago. 2010.

TEIXEIRA, J. A. Visão da empresa. In: BINKOWSKI, G. I. **Empresa em foco**: Anhanguera Educacional. 2009. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/empresa_em_foco/100609_empresa_em_foco_anhanguera.htm>. Acesso em: 4 dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD). Boletim de Serviço/UFGD. **Portaria número 335 de, 21 de setembro de 2007**. Dourados: UFGD, 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/recursos/boletim/boletim_pdf.php?boletim=129>. Acesso em: 26 nov. 2010.

_____. **Com você, nossa universidade fica cada vez melhor** (folheto). Dourados: UFGD. 2009.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2008 -2012. Dourados: UFGD, 2008. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/proap/coplan/downloads/pdi-ufgd>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

_____. **Reestruturação e expansão das universidades federais**: diretrizes gerais da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2007. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/soc/couni/normas-e-regulamentos/reuni-diretrizes-gerais-para-a-ufgd>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Boletim de Serviço/UFMS. **Portaria nº 704, de 14 de dezembro de 2007**. Campo Grande: UFMS, 2008. Disponível em: <http://www.apitt.ufms.br/documentos/copergi_portaria_703_2007.pdf>. Acesso em: 15 dez 2010.

_____. Projeto REUNI. In: TRISTÃO, D. M. (Org.). **REUNI**: Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Revista). Campo Grande: UFMS: 2009.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2010-2014. Campo Grande: UFMS. 2010. Disponível em: <<http://www.pdi.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=486>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

_____. **Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 2007. Disponível em: <<http://www-nt.ufms.br/reuni>>. Acesso em: jun. 2010.

_____. **Relatório de Gestão – 2007**. Campo Grande: UFMS, 2008. Disponível em: <<http://www.ufms.br/prpl2610/Relatorio-UFMS-2007.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Conferencia Mundial sobre la Educación Superior – 2009: La nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo (Sede de la UNESCO, París, 5-8 de julio de 2009). COMUNICADO (8 de julio de 2009). **Avaliação**. Campinas/ Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 755-766, nov. 2009.

_____. **Tendências da educação superior para o século XXI**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, out. 1999, Paris. **Anais...** Paris, 5-9 out. 1999, 2. ed. Brasília: UNESCO/ CRUB/ MEC, CAPES, 1999.

_____./ OREALC. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. Brasília, 2007.

